



Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais/CCHN
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

ELISA MARLY HERINGER HERKNER

Dissertação de Mestrado

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA:
O CASO DA SAMARCO S/A EM ANCHIETA, ES**

Vitória

2022

ELISA MARLY HERINGER HERKNER

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: O CASO DA
SAMARCO S/A EM ANCHIETA, ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) para obtenção do título de mestre.

Orientação: Prof.^a Dr.^a. Marta Zorzal e Silva.

Vitória

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

H531r Herkner, Elisa Marly Heringer, 1994-
 Responsabilidade social corporativa : o caso da Samarco S/A
 em Anchieta,ES / Elisa Marly Heringer Herkner. - 2022.
 123 f. : il.

 Orientadora: Marta Zorzal e Silva.
 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

 1. Ciência política. I. Silva, Marta Zorzal e. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 316

ELISA MARLY HERINGER HERKNER

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: O CASO DA
SAMARCO S/A EM ANCHIETA, ES**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Marta Zorzal e Silva

PGCS/UFES

Professora Orientadora

Prof.^a Dr.^a Cristiana Losekann

PGCS/UFES

Professora Convidada Interna

Prof. Dr. Bruno Milanez

PoEMAS/UFJF

Professor Convidado Externo

Vitória

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARTA ZORZAL E SILVA - SIAPE 99991236
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN
Em 01/04/2022 às 17:14

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/394270?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CRISTIANA LOSEKANN - SIAPE 1778603
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS/CCHN
Em 01/04/2022 às 17:31

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/394300?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos a minha família, em especial a minha mãe Claudia que sempre me apoiou incondicionalmente, e que, se não fosse por ela, eu não teria ido ao Brasil. Também aos meus tios, tias, primos e primas, em especial o Tio Chico e a Raíssa que são uma inspiração minha e que admiro muito, e por fim, a minha avó Marly, que tenho a honra de carregar seu nome.

Meus profundos agradecimentos ao Fernando que com seu carinho, amor, compreensão e apoio incondicional me ajudou a chegar até esse momento. Agradeço também a sua família que me apoiou de todas as formas.

No mais, agradeço profundamente à minha orientadora Professora Marta Zorzal, que me carregou até o final e que, com uma imensa compreensão e carinho me acolheu e me proporcionou aprendizados únicos. A admiro como pesquisadora e professora, mas também como uma das pessoas mais incríveis que pude conhecer. Sem ela e sua insistência e paciência comigo, eu não teria chegado até aqui.

Também dedico meus agradecimentos aos demais professores que me acompanharam durante a minha trajetória, em especial à coordenadora Cristiana Losekann, que nos acolheu durante o período difícil da pandemia da Covid-19 e que, com a maior compreensão e flexibilidade nos permitiu estender os prazos, acolhendo aqueles que passaram por momentos de muita dificuldade durante a pandemia e a crise política.

Aos meus colegas da turma e do grupo de pesquisa, obrigada. Em especial gostaria de mencionar meus amigos do grupo Insultos Decoloniais, Izzy, Eliane, Isa, Paula, Rayane e Rodrigo, que me levou a fazer o mestrado na UFES. Obrigada aos amigos Lorraine e Alex, que me acompanharam em todos os momentos e me proporcionaram muitos aprendizados, risadas e trouxeram leveza para caminhada da Pós-Graduação.

Escrever uma dissertação durante a pandemia da Covid, momento que assombrou não só a minha vida, mas me colocou sob uma dificuldade que nunca pude imaginar, de deteriorar minha saúde mental ao ponto de querer desistir, é um ato de imensa força e resistência.

Meu agradecimento especial vai para a Marize, que foi uma das pessoas que me acolheu quando eu mais precisei e que sempre me colocou para cima.

Aguardo ansiosa pelos próximos capítulos e muito aliviada de ter encerrado esse ciclo.

À Claudia e à Marly,
Ao Fernando,
Com amor e carinho

RESUMO

A dissertação tem por objeto de estudo as atividades denominadas de Responsabilidade Social Corporativa da empresa Samarco Mineração S/A, joint-venture de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce e da BHP Billiton Ltda. Trata-se de uma empresa que extrai minério de itabirito nos municípios de Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais, transporta a produção por meio de minerodutos para o município de Anchieta, no litoral do Espírito Santo, onde por meio de usinas pelotizadoras transforma o minério em pelotas para exportação para o mercado externo. A escolha do objeto de estudo foi motivada pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em 05/11/2015, pertencente a empresa, que colocou por terra uma trajetória ascendente de expansão, sucesso e alta lucratividade, iniciada a partir de 2005. Considerado o maior desastre de barragens de mineração do mundo, causou múltiplos danos ambientais e socioeconômicos no município de Mariana e em toda calha principal do rio Doce. A indagação que orientou a pesquisa visou entender que estratégias foram utilizadas pela empresa, sobretudo, em relação às comunidades diretamente impactadas, para obter consentimento, confiança e crença de que os negócios da empresa trazem benefícios e ‘desenvolvimento’ para elas. A base teórica e metodológica que iluminou o processo e os achados da pesquisa ancorou-se no modelo teórico-metodológico de Rede Global de Produção Mineral (PGPM) e na revisão da literatura sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC). A combinação das categorias destes dois aportes teóricos forneceu elementos para pensar as práticas de RSC no caso da mineradora Samarco S/A. Ancorada no entendimento propiciado pelos referidos aportes, foi realizada uma análise crítica dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade da empresa Samarco, dos anos 2005 a 2015. Com auxílio do Software Nvivo, foi feita uma pesquisa qualitativa de conteúdo, para identificar as ações de RSC, e, posterior avaliação das ações denominadas de desenvolvimento ambiental sustentável e as caracterizadas de desenvolvimento social, considerando o contexto socioeconômico, histórico e cultural onde a empresa atua. A análise evidenciou que as ações de comunicação, cumprimento de termos de compromisso (TAC), atividades de educação e proteção socioambiental, obras de melhoria de infraestrutura, fortalecimento de lideranças e incentivo ao empreendedorismo, predominaram no período. À luz da literatura mobilizada concluímos que a empresa investe em RSC para criar vínculos sociais duradouros, mecanismos de dependência, fortalecimento de sua imagem e reputação, para minimizar críticas e neutralizar os possíveis Riscos Sociais Corporativos.

Palavras-chaves: Responsabilidade Social Corporativa, Samarco, Redes Globais de Produção, Mineração, Anchieta-ES.

ABSTRACT

This work aims to study the activities classified as Corporate Social Responsibility of the company Samarco Mineração S/A, a joint venture owned by Companhia Vale do Rio Doce and BHP Billiton Ltda. The company extracts itabirite ore in the municipalities of Mariana and Ouro Preto, in Minas Gerais, transports it through pipelines to Anchieta, located on the coast of Espírito Santo, where, through pelletizing plants, it processes the ore into pellets in order to export to the foreign market. The choice of the object of study is justified by the Fundão tailings dam failure in Mariana, on 11/15/2015, which put an end to the company's upward trajectory of expansion, success and high profitability. Considered the biggest mining dam disaster in the world, it caused multiple environmental and socioeconomic damages in the municipality of Mariana and in the entire Doce River. The question that guided the research aimed to understand what strategies were used by the company, especially with respect to the communities directly impacted, to obtain their consent, trust and belief that the company's business is beneficial and prosperous for them. The theoretical and methodological basis that guided the process and the research findings was based on the theoretical-methodological model of the Global Network of Mineral Production (GNMP) and in the literature review on Corporate Social Responsibility. The combination of the categories of these two theoretical contributions provided elements to think about CSR practices in the case of the mining company Samarco S/A. Based on the understanding provided by these contributions, a critical analysis of the Annual Sustainability Reports of Samarco, from 2005 to 2015, was carried out. Through Nvivo Software, a qualitative content research was performed to identify CSR actions. The evaluation showed that most actions were directed to sustainable environmental development and social development, considering the socioeconomic, historical and cultural context of the company. The analysis showed that communication actions, compliance with terms of commitment (TAC), education and socio-environmental protection activities, infrastructure improvement works, strengthening of leadership and encouraging entrepreneurship predominated in the period. In light of the literature, we conclude that the company invests in CSR to create lasting social bonds, mechanisms of dependence, improvement of its image and reputation, in order to minimize criticism and neutralize possible Corporate Social Risks.

Key Words: Corporate Social Responsibility, Samarco, Global Network of Mineral Production, Mining, Anchieta-ES.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama das dimensões da estratégia corporativa	27
Figura 2 - A pirâmide de RSC conforme Carroll.....	35
Figura 3 - Rota dos Minerodutos	58
Figura 4 - Indicadores do Pacto Global.....	69
Figura 5 – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.....	69
Figura 6 - Localização da Planta Industrial e do Bairro Mãe-Bá, em Anchieta	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB per capita do município de Anchieta	62
Gráfico 2 - Lucro Líquido (Em Milhões de U\$S)	83

LISTA QUADROS

Quadro 1 - Cronologia dos Antecedentes e Origens da Responsabilidade Social Corporativa	38
Quadro 2 – Dimensão da Responsabilidade Social Corporativa e possíveis conexões com as Estratégias Corporativas das RPG's	44
Quadro 3 - História da Samarco e sua expansão em Anchieta, ES	59
Quadro 4 - Expansão da Samarco entre 2005 e 2015.....	68
Quadro 5 – Codificação dos Temas e Subtemas contidos nos Relatórios.....	71
Quadro 6 - Relação dos Temas e Subtemas Codificados	73
Quadro 7 - Indicadores Ethos da Samarco (2005-2007)	87
Quadro 8 – ‘Reputação’ nos Relatórios de Sustentabilidade da Samarco.....	89
Quadro 9 - Relação dos Índices nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade da Samarco (2009 - 2014)	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Samarco S/A: Investimentos em Sustentabilidade (Em Milhares de R\$)	81
Tabela 2 - Samarco S/A: Faturamento Bruto, Lucro Líquido e Margem Bruta.....	82
Tabela 3 – Percentual de Investimentos em Sustentabilidade em relação ao Faturamento Bruto e ao Lucro Líquido (2012-2014).....	82

LISTA DE ABREVIATURAS

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

ES – Espírito Santo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente

MG – Minas Gerais

PIB – Produto Interno Bruto

RASS – Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RMGV – Região Metropolitana Grande Vitória

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TCA – Termo de Compromisso Ambiental

TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

S/A – Sociedade Anônima

Sumário

Introdução.....	15
Metodologia.....	20
CAPÍTULO I.....	22
Fundamentação Teórica	22
1.1 Redes Globais de Produção Mineral	23
1.2 Responsabilidade Social Corporativa.....	28
1.2.1 A origem histórica da RSC.....	31
1.2.2 Desenvolvimento atual da RSC e suas principais críticas.....	36
1.3 – Conexões entre as estratégias corporativas e as dimensões da Responsabilidade Social Corporativa.....	41
1.4 – RSC como estratégia de Enraizamento Social e autorregulação responsável	45
CAPÍTULO II.....	47
A empresa Samarco Mineração S/A.....	47
2.1 – O caso Samarco no contexto recente da mineração de ferro no Brasil	48
2.2 – A Samarco na transformação social e econômica de Anchieta – ES	54
2.2.1 – O início e a expansão da Samarco (1970 – 2015)	55
2.2.2 – Características do complexo industrial e portuário instalado em Anchieta - ES.....	57
2.3 – Anchieta após a paralisação da Samarco	61
CAPÍTULO III	64
As estratégias de Responsabilidade Social Corporativa da Samarco	64
3.1 Análise dos relatórios – Períodos de expansão.....	67
3.2 Análise dos Relatórios – Principais características	68
3.3 – Análise dos Relatórios - Definição dos códigos e classificação dos temas e subtemas	70
CAPÍTULO IV	76
Responsabilidade Social Corporativa: análise das principais ações realizadas pela Samarco S/A.....	76
4.1 Temas	76
4.2 – Mãe-Bá – Território prioritário para as ações de RSC em Anchieta.....	92
Conclusões	98
Referências Bibliográficas	104
Anexo I – Faixas de Codificação de Mãe-Bá.....	112

Introdução

Ao analisar a composição econômica do estado do Espírito Santo, nota-se que esta tem um grande lastro na exportação de minério voltada ao mercado internacional como alavanca do processo de desenvolvimento urbano industrial estadual. Devido à centralidade que a exportação de *commodities* ocupa no desenho econômico do Brasil, nota-se como tal modelo influenciou profundamente a economia do estado do Espírito Santo. Como trata-se de um estado litorâneo, cujas fronteiras à oeste fazem divisa com o estado de Minas Gerais, local de grandes jazidas de ferro, o território do Espírito Santo tornou-se berço de grandes portos. Sobretudo, a partir de meados do século XX, a ascensão da Companhia Vale do Rio Doce propiciou o crescimento do número e das escalas dos portos construídos no litoral do estado, o que reforçou o papel desta grande mineradora na formação da economia capixaba (ZORZAL E SILVA, 2004).

Tendo em vista estes aspectos, foi necessário ampliar a visão para compreender o papel da Samarco Mineração S/A, empresa criada, em 1973, mas que a partir de 2000 se tornou uma joint-venture pertencente a Vale S/A e a BHP Billiton, na economia estadual. Compreender estas conexões pretéritas é crucial para entender o crescimento da economia do Espírito Santo, e deste ângulo verificar que a Samarco S/A é um ator com muita influência no sul do estado, mais precisamente em Anchieta. O território capixaba está sob um fluxo de poderes e influências industriais que tem na produção e exportação de minério uma de suas âncoras.

O perfil econômico capixaba passou por profundas transformações desde o final dos anos de 1950, quando a Vale passou por uma mudança substancial que a colocaria como ator institucional principal na exportação de minério de ferro brasileiro no ranking mundial. Cerca de 30 anos depois, a Samarco se instalou em Anchieta e trouxe com ela, uma profunda mudança na disposição socioeconômica até então presente no município. Onde havia pescadores artesanais que sustentavam suas famílias com a pesca, consumo e venda de pescados se instalou uma estrutura de produção de pelotas de minério, um sistema de transporte via minerodutos e um porto onde atracam grandes navios do mundo inteiro. Cerca de 80% da produção de pelotas de minério da Samarco é destinada exclusivamente ao mercado externo, a partir do Porto de Ubu, localizado em Anchieta. Com as transformações induzidas pelo complexo minero-industrial-portuário, grande parte dos pescadores deixaram de pescar atraídos pelos empregos gerados, sobretudo, aqueles vinculados à base do sistema operacional. Embora a empresa tenha sido instalada na década de 1970 e começado a funcionar em 1979, foi a partir do final dos anos noventa que ela iniciou uma estratégia arrojada de expansão constante via ampliação de sua planta e sistema operacional. Como resultante se formaram novos bairros no município de

Anchieta os quais passaram a abrigar trabalhadores dedicados exclusivamente a expansão da Samarco (MATOS, 2014).

O ‘desenvolvimento’ veio se expandindo sobre a região, deixando obsoleta a prática tradicional de pesca e colocando em xeque os modos tradicionais de vivência, trazendo uma ampla transformação socioeconômica para o município. Com isso, as famílias não tiveram escolha se queriam participar, isto é, integrar ou não a essa nova dinâmica econômica, simplesmente aconteceu.

Não obstante, quando se rompeu a barragem de rejeitos de minério em Mariana, causando um tsunami de lama tóxica que se alastrou sobre Bento Rodrigues atingindo o rio Doce, por onde desceu até o mar, destruindo cerca de quase 700km neste percurso, a empresa viu as consequências de uma expansão acelerada, e displicente com o problema da segurança de barragens de rejeitos. Ganhou grande visibilidade na imprensa nacional e internacional, sendo apontada como a causadora do maior desastre ambiental do mundo (BOWKER; CHAMBERS, 2015). De imediato a empresa foi fechada. Grande parte dos trabalhadores diretos foram dispensados por meio de planos de demissão voluntária e os trabalhadores terceirizados das diversas prestadoras de serviço à empresa foram simplesmente demitidos devido ao encerramento dos contratos com estas empresas (BARBOSA, 2019, BARBOSA; PEREIRA, 2020)

A partir dali se questionou os benefícios do tão propalado desenvolvimento econômico trazido pela mineradora e se colocou em xeque os reais ganhos que a sociedade brasileira obteve com a exploração predatória de seu território. As tentativas de reparação feitas pela empresa até hoje se demonstram insuficientes para remediar as imensas perdas e as dores. A Samarco poluiu as águas, os ares, a terra e ainda por cima tomou a base de vivência de centenas de pessoas, em especial pescadores. A morte do rio Doce provocado pelo tsunami de lama é o reflexo de tudo que morre quando o lucro é colocado como princípio orientador sob todas as relações sociais presentes no território. O lucro não justifica a morte e a destruição, mas certamente a causou, evidenciando a realidade perversa de poderes desiguais e influências tóxicas, onde tomam a voz dos reais atingidos e valorizam apenas as narrativas que lhes convém.

Neste contexto é relevante entender os mecanismos e as estratégias de consentimento e alienação que a Samarco promoveu em relação à comunidade que está diretamente impactada pela sua atividade. Na discussão sobre os impactos do desastre de Mariana houve muitos trabalhos e esforços centrados nos atingidos de Mariana e do rio Doce, porém os moradores de Anchieta não obtiveram a mesma atenção e foco, porque não estão inclusos na categoria de atingidos por não estarem localizados às margens do rio Doce. Porém, Anchieta também sofreu

com a parada da empresa devido ao rompimento da barragem. Cabe então avaliar com mais precisão a relação da Samarco com as comunidades de Anchieta sob a perspectiva de desvendar as relações e a influência gerada a partir da interação da empresa com as comunidades. Para tanto, o foco foi centrado na análise das práticas oriundas da política de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) da empresa. A discussão sobre o papel social da empresa tem uma longa história, cujos debates resultaram em correntes que o defendem, enquanto outras o combatem veementemente. No âmbito das corporações mineradoras, Banerjee (2018, p. 801) argumenta que “a maioria das corporações das indústrias extrativas tem fortes políticas de RSC e de engajamento de stakeholders, mas há muitos estudos que mostram que as necessidades da população local não são atendidas, levando a conflitos”¹.

Embora no mundo acadêmico, institucional e empresarial exista um grande debate sobre o conceito de responsabilidade social corporativa, o qual vem se proliferando em revistas especializadas, programas de pós-graduação e empresas de consultoria que se dedicam ao tema, produzindo uma já extensa bibliografia, há ainda uma notável falta de avaliações críticas sobre o conteúdo e o real escopo da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) (ZUBIZARRETA, RAMIRO, 2009). Há uma relativa concordância de que um novo paradigma de comportamento no âmbito das grandes corporações transnacionais emergiu ultimamente, como resultado de adaptações às mudanças sociais que surgiram a partir da globalização econômica. Assim, para além da retórica e das boas intenções em torno da RSC, é importante analisar e caracterizar o que é esse novo modelo de gestão de negócios e quais são suas lógicas na reconfiguração das relações entre Estado, mercado e sociedade no âmbito da consolidação e expansão do poder econômico das empresas transnacionais. Questão abrangente, por certo, que demanda estudos das mutações da regulação das relações entre Estado e mercado, mais precisamente da regulação das relações entre Estado e corporações multinacionais

A questão que orienta essa pesquisa, no entanto, é bem mais modesta, ela busca entender em quais áreas a Responsabilidade Social Corporativa se desdobra e como é que a empresa implementa e apresenta tais ações em seus relatórios anuais sobre RSC. O intuito é avaliar criticamente, por meio da análise das atividades de RSC, as estratégias realizadas entre os anos de 2005 a 2015, para compreender melhor as dinâmicas de interação entre a sociedade e a empresa e, deste modo, compreender e caracterizar os tipos de ações empreendidas pela Samarco como sendo ações de RSC.

¹ Original: “Most corporations in the extractives industries have strong CSR and stakeholder engagement policies, yet there are many studies that show that needs of local people are not met, leading to conflicts”. (BANERJEE, 2018, p. 801)

A intenção é identificar empiricamente como a mineradora Samarco S/A estabeleceu e implementou políticas de RSC na sua área de influência direta, em especial a relação da empresa com as comunidades afetadas por seus empreendimentos. Para tanto, se busca circunscrever minimamente o contexto mais geral de atuação da empresa no âmbito da rede de produção global da mineração na qual ela se insere, e suas conexões com a Vale S/A e a BHP Billiton do Brasil Ltda., suas acionistas majoritárias. Além disso, visa destacar seu modo de inserção na economia brasileira, dos anos setenta, época de sua criação, assim como a trajetória das suas mutações, ocorridas mais amplamente a partir do século 21, caracterizado por processos de globalização no âmbito da economia mundial.

Neste sentido o objetivo central da pesquisa foi fazer uma análise dos relatórios de sustentabilidade publicados pela própria empresa na forma de um estudo longitudinal, para verificar sistematicamente quais intervenções e atividades foram descritas em seus relatórios, como sendo de RSC, e ao mesmo tempo confrontar com o contexto social, econômico e político de sua área de influência direta, de modo particular, e o contexto brasileiro, de modo geral. A intenção é analisar como a estratégia empresarial se relaciona com o seu entorno e qual é a lógica predominante dessa atuação. Nossa hipótese ancora-se no pressuposto de que tal estratégia tem como fundamento orientador a melhoria da imagem da empresa para justificar e legitimar a expansão e ampliação do empreendimento tanto na esfera nacional como transnacional.

Para tanto, um dos objetivos específicos visa a contextualização das atividades de RSC realizadas no município de Anchieta-ES, local onde estão instaladas as infraestruturas industriais e portuárias da empresa, na localidade denominada Mãe-Bá, área de influência direta da Samarco e onde está a lagoa Mãe-Bá que é utilizada pela empresa para descarte da água residual dos minerodutos².

Espera-se deste modo trazer evidências que mostrem as lógicas de ação que se constituem a partir do interesse empresarial em contraste com a situação econômica e social previamente vulnerável dos moradores da localidade. Ademais, espera-se que as análises ao buscar ampliar o conhecimento sobre as atividades e relações que se efetuam sob a chancela da RSC possam iluminar outras pesquisas, bem como indicar pistas para compreender a atuação da Samarco S/A, na sua relação com os atingidos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, ocorrido em 05/11/2015.

² Milhões de litros d'água descem de MG por meio das tubulações do transporte de minério de ferro, o qual, após ser separado na Mineradora Samarco, tem a água residual despejada na lagoa.

O trabalho está organizado em cinco capítulos principais. Além desta introdução, a primeira parte contém um capítulo referente a fundamentação teórica da pesquisa (Cap. 1), explicitando aqui o modelo teórico metodológico das Redes Globais de Produção Mineral (SANTOS; MILANEZ, 2017a; 2017b; 2018) como base da análise e, em seguida, uma discussão sobre o conceito de Responsabilidade Social Corporativa, caracterizando sua trajetória, desenvolvimento atual (CARROLL, 1999) e as críticas que têm sido formuladas sobre as práticas de RSC (ZUBIZARRETA; RAMIRO, 2009). Destaca-se que, do ponto de vista teórico metodológico, foi realizado um esforço para interligar os dois aportes teóricos e analíticos mencionados, com uma reflexão mais ampla visando estabelecer um diálogo entre os conceitos de Responsabilidade Social Corporativa e aqueles oriundos do aporte das Redes Globais de Produção, em especial o conceito de análise estratégica das grandes empresas.

O segundo capítulo traz um panorama (Cap. 2) sobre a indústria de extração do minério de ferro no Brasil em perspectiva histórica, traçando o desenvolvimento e a expansão desse setor inserido na lógica do desenvolvimento econômico do país. O capítulo seguinte (Cap. 3) trata das especificidades do município de Anchieta, em cujo território estão as instalações da Samarco S/A. O capítulo visa mostrar as características sociais e econômicas do município antes do empreendimento da Samarco, bem como as mudanças ocorridas desde a instalação da empresa, em 1979, e os efeitos após a paralisação da empresa causada pelo rompimento da barragem em novembro de 2015.

O quarto capítulo trata da Metodologia (Cap. 4) utilizada na análise qualitativa dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade da empresa Samarco (RASS) sob o ponto de vista crítico apresentado na fundamentação teórica. E, o capítulo 5, traz os temas que se constituíram em focos específicos da ação de RSC encontrados nos relatórios de RASS. A análise consistiu na verificação de temas predominantes nas ações de RSC da empresa. Entre eles foi identificado que as ações voltadas para a comunidade de Mãe-Bá, localizada próxima as Usinas de Pelotização e do Porto de Ubu são predominantes, e mostram como a Samarco atua em relação a mitigação dos impactos causados na lagoa de Mãe-Bá e demais comunidades do seu entorno.

As considerações finais trazem uma síntese dos principais achados da pesquisa, contextualizando-os no âmbito dos debates que tem sido feito sobre as práticas de RSC, em especial, o olhar crítico de alguns autores sobre estas práticas.

Metodologia

A metodologia privilegiou levantamento e estudo das teorias de Responsabilidade Social Corporativa e da teoria das Redes Globais de Produção Mineral (RGPM), como ponto de partida para fundamentação teórica e metodológica da pesquisa.

Desse modo, foi realizada revisão da literatura sobre RSC e sobre Redes de Produção Global, sobretudo a literatura que trata da Rede Global de Produção Mineral, para em seguida realizar levantamento nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade da Samarco S/A. Em seguida, os temas foram codificados e analisados com auxílio do programa Nvivo. Tendo em vista que a RSC é um assunto que abrange diferentes tipos de stakeholders, foi necessário fazer um recorte ainda mais preciso na codificação. Neste sentido, as diversas iniciativas e ações voltadas para os funcionários da empresa não foram contabilizadas, já que o foco da análise está voltado para a comunidade do entorno da empresa. As ações voltadas para os colaboradores também não foram incluídas no *corpus* analítico, mas certamente elas podem oferecer base para possíveis estudos complementares.

Os relatórios de sustentabilidade são publicados anualmente no site da Samarco, nos quais constam informações sobre o desempenho da empresa nas áreas social e ambiental. Além disso, eles são utilizados pela empresa como veículo de comunicação e de visibilização das suas iniciativas de ações de RSC. Em termos de padrões de apresentação os Relatórios Anuais de Sustentabilidade da Samarco (RASS) não seguem um padrão regular de apresentação, porém fazem parte do Global Reporting Initiative (GRI)³, que é considerado a maior iniciativa internacional de relatórios voluntários sobre o desempenho socioambiental de empresas do mundo e por isso se torna um instrumento de destaque importante para acompanhar o que a empresa declara e atesta nos relatórios como sendo atividades de RSC.

Foram analisados os relatórios dos anos de 2005 a 2015. Esse período foi definido de acordo com o escopo da pesquisa, que visa entender quais ações de RSC foram realizadas, para assim entender melhor as estratégias implementadas pela Samarco. Para tanto, optou-se pelo referido período tendo por base o período de 10 anos antes do desastre e o fato de que as estratégias de expansão da empresa se concentram-se neste período. Além disso, a disponibilidade de relatório de RASS, no site da empresa começa em 2005. Isto é, não havia relatórios anteriores, quando do início da pesquisa, por isso o recorte inicial foi 2005 e o recorte final 2015, o ano em que a barragem rompeu. Devido a limitação de tempo e recursos para a

³ O Global Reporting Initiative determina algumas categorias chaves em quais a empresa precisa apresentar seus resultados. As categorias mandatórias são práticas de relatório; atividades e trabalhadores; governança; estratégia, políticas e práticas; engajamento de stakeholders.

pesquisa o período após o rompimento não consta na análise. Essa proposta condiz também com Khan *et al.* (2020) que aponta a relevância de estudos de longitude para analisar as práticas de RSC, porque estes permitem entender o comprometimento e o interesse em RSC de uma empresa ao longo prazo. Como as práticas de RSC sempre se transformam de acordo com as mudanças na legislação e nas práticas de reportar a RSC, o estudo de longitude permite entender essa evolução sob uma visão de dependência de trajetória.

Após uma leitura extensa dos relatórios e feita a primeira codificação foi necessário reagrupar e organizar os conteúdos identificados, criando subgrupos específicos. A análise dos códigos consistiu na avaliação dos temas que se destacaram nas codificações e posterior avaliação sobre a forma e intensidade como foram mencionados, em termos de maior ou menor frequência, sempre tendo como pano de fundo a história e o processo de expansão da empresa.

Nesse ponto vale reforçar que o embasamento crítico utilizado na análise das ações de RSC foi baseada na crítica à RSC trabalhada por Zubizarreta e Ramiro (2009) dentro do contexto de identificar as práticas de autorregulação realizado por grandes multinacionais. Além disso, buscou-se identificar o tipo de discurso utilizado. Mahoney e outros (2012) reforçam, neste sentido, que adotar uma perspectiva sociopolítica em relação à RSC é imprescindível porque a economia sempre terá que ser estudada em seu contexto social e político. A RSC sendo um instrumento para legitimar as ações, elas precisam estar em concordância com a visão dos stakeholders. Portanto, questiona-se até que ponto os stakeholders determinam a ação da empresa, ou por outro lado, são as normas e práticas de RSC que influenciam visão dos stakeholders.

Com isso demonstrou-se no processo de pesquisa um foco temático específico sobre a localidade de Mãe-Bá. Para entender com mais detalhe o caso específico, foi necessário a utilização de um material complementar para embasar as questões apresentadas e situá-los com mais precisão no contexto histórico. Para tanto, foi utilizado o Relatório de Impacto Ambiental e matérias de jornais locais. Este material serviu para aprofundar e compreender as circunstâncias específicas e se tornou primordial para a compreensão do contexto.

Com a identificação dos temas em destaque nos relatórios foi possível fazer algumas reflexões e análises críticas diante de aspectos circunstanciais. Para um aprofundamento das análises foi utilizado material complementar oriundo de materiais de jornais locais e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA).

CAPÍTULO I

Fundamentação Teórica

Entender a dinâmica das interações entre atores transnacionais com Estados e sociedades nacionais é uma questão complexa e muito desafiadora. Sobretudo, considerando que o poder das grandes corporações e conglomerados multinacionais atingiram proporções inéditas, nesta quadra histórica de mundialização da economia. Significa dizer que não é possível compreender o processo de desenvolvimento capitalista e sua dinâmica, em curso, na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, sem ter claro a posição dependente e subordinada do continente neste contexto mais amplo. Apesar das especificidades que marcam cada um dos países latinos, o continente caracteriza-se por ser uma unidade decorrente do processo histórico de expansão do capitalismo global na região. Processo este que constituiu todos os países como espaços de valorização do capital, fornecedores de matérias-primas, mercados consumidores e exportadores de excedentes apropriados pelas economias centrais. Embora, as formas de dependência não sejam estáticas, isto é, variem conforme a dinâmica da economia mundial e as transformações econômicas, políticas e sociais internas e as diferentes correlações de forças resultantes desses complexos processos, os países da América Latina ainda não conseguiram romper com a condição de países subalternos no contexto da economia global (CORSI, SANTOS, CAMARGO, 2019).

Para situar o caso da Samarco S/A nesse contexto, utilizou-se como referencial o aporte teórico das Rede de Produção Global como modelo teórico-analítico para embasar e iluminar as complexas relações e interações constituídas na economia global. A teoria proposta inicialmente por Jeffrey Henderson e outros (2002)⁴ foi adaptada pelo grupo de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) da Universidade Federal de Juiz de Fora, incluindo a visão específica da exploração dos recursos minerais no território brasileiro, sugerindo então o termo Redes Globais de Produção Mineral (RGPM) para o estudo da exploração mineral, no qual está ancorado o desenho analítico da pesquisa.

Com o entendimento das teias de relação, foi preciso olhar para o fundamento histórico da Responsabilidade Social Corporativa e a trajetória de deslocamentos e mudanças da expressão conceitual no século 20. Isso permitiu entender a atual relevância do tema e situar o

⁴ “O paradigma das redes de produção globais (RPGs) surgiu no início dos anos 2000 na Escola de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SED) da Universidade de Manchester, Reino Unido. Os autores da chamada Escola de Manchester desenvolveram esta abordagem no âmbito do debate sobre a relação entre sistemas transnacionais de produção e desenvolvimento econômico” (SANTOS, 2011, p.129)

olhar na definição recente, que permitiu então traçar paralelos e compreensões fundamentais sobre as práticas de atuação da empresa em termos da sua política de RSC.

Desse modo, foi possível compreender como as práticas de RSC dialogam com diferentes atores que constituem, interferem e conformam as ações empresariais, os quais compõem a cena política, econômica e social. Por meio da interação destes atores, sobretudo da arena econômica e política, é que são delineadas as estratégias corporativas das grandes mineradoras, e neste âmbito as práticas de RSC. Entre as principais práticas estão as de *enraizamento social* que se constituem em ações estratégicas voltadas ao atendimento de demandas sociais no território onde se localizam os recursos minerais, com o objetivo de construir legitimidade social e política para exploração mineral e desse modo evitar contestações sociais.

Vale sublinhar, em linhas gerais, as discussões recentes sobre RSC e a avaliação crítica que é feita diante do contexto de globalização da economia mundial, no qual ocorreu o superciclo das *commodities* (2003-2011) para compreender o papel da RSC neste cenário. Entre os principais críticos das práticas de RSC estão Zubizarreta e Ramiro (2009), Banerjee (2018), Zarate (2016, 2018), entre outros que contribuem com o debate contemporâneo crítico as ações de Responsabilidade Social Corporativa, denunciando o papel que tais práticas representam para a sociedade. Segundo Ramiro (2009) “a RSC se torna uma estratégia oportuna para continuar promovendo a terceirização, reduzindo a atividade do Estado na economia, diminuindo suas operações, contribuindo para a abertura de novas linhas de negócios e entrando em outros mercados”⁵ (tradução livre da autora, do espanhol).

1.1 Redes Globais de Produção Mineral

Como fundamento analítico optou-se pelo modelo das Redes de Produção Globais (RPG) como aporte teórico-metodológico. O modelo, inicialmente proposto por Jeffrey Henderson, Peter Dicken, Martin Hess, Neil Coe e Henry Wai-Chung Yeung (2002), tem sido ampliado pelo grupo de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), da Universidade de Juiz de Fora, que aplicou o modelo à realidade da indústria extrativista de mineração, no Brasil, com o novo nome de Rede Global de Produção Mineral (RGPM).

⁵ RAMIRO, Pedro. La Responsabilidad Social Corporativa. Revista El Ecologista nº 63, 01/12/2009. Disponível em: <https://www.ecologistasenaccion.org/20350/la-responsabilidad-social-corporativa/>. Acesso em 20/01/22.

O modelo teórico-metodológico de Redes de Produção Globais (RPG), a partir de um enfoque sociológico, propõe uma categorização de fatores políticos, institucionais e sociais para analisar as corporações multinacionais como agentes sociopolíticos que agem em redes, as quais se consolidam desde sua escala local até a global, conforme as diferentes estratégias de ação de empresas transnacionais (SANTOS; MILANEZ, 2017a). O conceito de ‘rede’ engloba uma complexa teia de relações de sistemas de poderes e atores interligados entre si. A produção que ocorre nessa rede é compreendida como um processo social, incluindo condicionantes humanas necessárias na produção de *commodities*. O foco nos processos de produção global permite posicionar fluxos e processos de trocas em redes transnacionais, refutando o modelo estado-cêntrico e o compreendendo como um ator dentro da rede (HENDERSON *et al.*, 2011; MILANEZ; SANTOS, 2013).

A RGPM é definida por três categorias principais: (1) *valor*; (2) *poder*; e (3) *enraizamento*. A primeira categoria contempla não apenas o valor (monetário) do bem-produzido. Entende também a ampliação do valor por processos produtivos, pelo uso de tecnologia, pelas condições de trabalho e pela aplicação de conhecimento técnico.

O *valor* varia com a influência de entidades nacionais, como agências governamentais e sindicatos, e com a maneira como ele é capturado e distribuído e, conforme a estrutura da governança corporativa em questão. Isso torna o processo de produção de valor um conjunto de várias dinâmicas de acumulação, privatização e inserção do produto em grandes sistemas de logística (HENDERSON *et al.*, 2011; MILANEZ; SANTOS, 2013).

Na categoria (2) *poder*, os autores distinguem três tipos: *poder corporativo*, *institucional* e *coletivo*. O *poder corporativo* é a capacidade de influência da empresa na tomada de decisões e a realocação de recursos, principalmente em relação a decisões políticas. No caso da mineração, pode-se falar de uma relação de poder assimétrica devido a diversas vantagens que as corporações multinacionais da indústria extrativista possuem. O *poder institucional* compreende o papel das diferentes instituições públicas nacionais e internacionais. A categoria *poder coletivo* abrange os demais agentes que influenciam decisões empresariais, tais como sindicatos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, partidos políticos, etc. (HENDERSON *et al.*, 2011).

No que concerne ao (3) *enraizamento*, terceira categoria do modelo teórico-metodológico, ela diz respeito a dimensão sociocultural da RGPM. Esta categoria considera que o contexto local e as especificidades culturais do território onde a empresa está inserida influenciam e moldam decisões e atividades empresariais. Henderson *et al.* (2011) distinguem o enraizamento em duas dimensões: *territorial* e *em rede*. O *enraizamento territorial*

compreende a inserção empresarial no contexto local e a imersão de atores externos (em muitos casos estrangeiros) em uma localidade, criando vínculos e laços dentro de uma região. Por mais que as RGPM's possam ser classificadas como desterritorializadas, ao se tratar da inserção de empresas transnacionais em diferentes países, operando sob o controle de acionistas estrangeiros e nacionais, implica que o fator do enraizamento territorial é essencial na compreensão da empresa, tanto em termos de sua instalação física, quanto dos efeitos disso no território (HESS, 2004). A dimensão do enraizamento em rede se refere à conexão entre agentes internos e externos à empresa (trabalhadores, acionistas, apoiadores, movimentos sociais e políticos), diferenciando entre relações formais (por exemplo parcerias) e relações informais (HENDERSON *et al.*, 2011; MILANEZ; SANTOS, *et al.*, 2018).

A compreensão sobre a forma como as empresas mineradoras buscam enraizar-se em determinado território é uma dimensão central na análise das relações entre a empresa e a comunidade local, por isso Hess (2004) e Milanez et al. (2018) ampliaram a categoria incluindo mais uma dimensão o enraizamento social. Para Hess (2004) o enraizamento social abrange a visão de que cada ator carrega um 'código genético', uma história que determina sua percepção e seu comportamento. Por conseguinte, as ações dos atores são dependentes de sua trajetória. Outra diferenciação concerne ao aspecto do enraizamento material, segundo o qual o aspecto físico-material do território é outra condicionante central para a aquisição e a transformação de valor (MILANEZ et al., 2018).

A compreensão das Redes Globais de Produção Mineral e o entendimento aprofundado da relação das diferentes agências é um aspecto central da dinâmica das relações que se estabelecem entre elas. Existem três agentes principais, sendo o primeiro o agente político, mais precisamente, o Estado, que atua através de seus agentes e cujo papel se desdobra em seus arranjos institucionais. Em segundo lugar estão os agentes sociais, como os trabalhadores, movimentos sociais e organizações não-governamentais. O terceiro agente são as firmas, ou os agentes econômicos, cuja atuação é diretamente relacionada à sua relação com o outros dois agentes visando o aumento de poder corporativo. Milanez e outros definem mais precisamente da seguinte maneira:

Sendo assim, os agentes econômicos (firmas) funcionam como um elemento-chave da unidade de análise "rede", conduzindo estruturas e processos em torno dos quais orbitam uma variedade de outros agentes. Dessa forma, o modelo das RGP's reconhece que agentes políticos e sociais possuem interfaces complementares e essenciais no condicionamento das atividades econômicas. Nesse contexto, a avaliação de seus papéis é baseada em três categorias: enraizamento, poder e valor. (MILANEZ et al., 2018, p.6).

No modelo das RGP's as corporações constituem o foco central das análises, que além das 3 dimensões consideradas, os autores incluem uma nova categoria conceitual para definir

com mais precisão a atuação empresarial, que é a noção de estratégia. Como categoria que permeia as demais categorias mencionadas anteriormente (poder, valor e enraizamento), a estratégia empresarial justamente traz as dimensões de relacionamento entre os atores que é permeado por diferentes poderes e acessos. Por meio de suas estratégias a empresa visa assegurar e fortalecer sua posição na sociedade onde atua e no mercado. As estratégias das corporações multinacionais são criadas a partir das situações e dos problemas que elas enfrentam, principalmente nas suas relações com a sociedade. O conceito de estratégia, conforme Santos e Milanez (2018, p.10), engloba a captura de valor, a expansão do poder corporativo, a redução do poder contestatório e o enraizamento corporativo. A execução da estratégia é baseada na assimetria dos recursos e é dependente da estrutura sociopolítica.

Neste sentido, os autores destacam que existem pelo menos seis tipos de estratégias: A (1) **estratégia institucional** compreende o uso do poder corporativo para influenciar o poder institucional de acordo com os interesses da empresa, moldando os processos políticos e legislativos para compactuar com os interesses corporativos. Na (2) **estratégia social**, a empresa manipula socialmente os sentimentos da população para construir uma imagem favorável a ela, opõe-se a movimentos de contestação e evita o Risco Social Corporativo (RSC) (SANTOS; MILANEZ, 2017a). O Risco Corporativo ocorre quando stakeholders formam movimentos de contestação ao empreendimento, atingindo a reputação da empresa e a obriga a mudar sua atuação no mercado e/ou suas abordagens políticas (ACSELRAD; PINTO, 2009; KYTLE; RUGGIE, 2005). Respeitar os desejos dos stakeholders é uma prioridade estratégica na gestão empresarial, principalmente quando se trata da apropriação de recursos (território, bens, água, etc.) de uma comunidade (DUNFEE, 2008). Através do diálogo, participação das partes interessadas e em parcerias público-privadas a empresa consegue a licença social para operar e consegue alinhar seus objetivos empresariais com as expectativas da comunidade. Ao criar um clima de associação e alienação, ocorre uma identificação com os fins empresariais por parte da população, mesmo que talvez nem usufruam dos produtos ou bens produzidos (PINTO, 2018; MATIAS, 2014; DUNFEE, 2008).

Já a (3) **estratégia territorial** envolve a captura e a transformação de recursos (territórios com reservas minerais e hídricas) para fundamentar e impulsionar o desenvolvimento econômico da corporação. A (4) **estratégia financeira** envolve a gestão dos recursos financeiros, em especial, o planejamento das finanças em diversos locais, a inserção de capital estrangeiro, o endividamento e o controle proprietário, sendo que esta estratégia também é fundamental para a captura de valor e a inserção de poder. A (5) **estratégia de mercado** se refere à gestão de financiamentos internos, distribuindo-os em diversas frentes

produtivas, investimentos em pesquisas, novas tecnologias e na organização empresarial em si. Por meio dela consolida-se a posição da empresa frente à concorrência. Por fim, a (6) **estratégia de relações de trabalho** diz respeito às relações entre gestores e seus funcionários visando controlar e organizar o processo produtivo quanto às ferramentas de gestão de pessoas, como formas de contratação e de remuneração, fatores que influenciam o processo de criação de valor (SANTOS; MILANEZ, 2017a).

Todas as estratégias específicas constituem a **estratégia empresarial** como um todo e podem ser representadas da seguinte maneira:

Figura 1 - Diagrama das dimensões da estratégia corporativa



Fonte: SANTOS; MILANEZ (2017a, p.12).

Em suma, à partir dessas três categorias analíticas da RGPM (poder, valor e enraizamento) que no plano operacional se traduzem nas estratégias corporativas, é possível identificar e avaliar as ações de RSC realizadas pela Samarco Mineração S/A, no período de 2000 a 2015. Para tanto, é necessário estabelecer uma correlação entre as ditas *estratégias corporativas* com as *dimensões* da RSC definidas por Carroll (1991, 1999, 2016). No item subsequente, serão apresentadas, tanto a trajetória de desenvolvimento do conceito como as dimensões componentes da RSC, bem como, a correlação de suas dimensões com as estratégias corporativas, em especial, com aquelas que configuram estratégias de enraizamento da RGPM.

1.2 Responsabilidade Social Corporativa

Embora no mundo acadêmico, institucional e empresarial contemporâneo exista um amplo debate sobre o conceito de responsabilidade social corporativa, existe uma grande controvérsia sobre o tema, tendo em vista que ainda não se tem uma definição clara sobre o que se entende por RSC. Apesar da já notável bibliografia produzida, nos programas de pós-graduação e nas empresas de consultoria que se dedicam ao tema, há grandes polemicas sobre o conteúdo e o real escopo da RSC (ZUBIZARRETA; RAMIRO, 2009). Estes autores afirmam que: “(...) não se sabe muito bem se se trata de direitos humanos, de filantropia, de projetos de desenvolvimento, de marketing, de ações de qualidade interna da empresa, de todas essas coisas ou de nenhuma delas” (ZUBIZARRETA; RAMIRO, 2009, p.7, tradução nossa⁶).

No estudo da Responsabilidade Social Corporativa nota-se que a temática se apresenta um tanto complexa para se estudar pelo fato de que se trata de uma implementação de princípios éticos nas normas e formas de conduta de empresas, ou seja, a implementação de uma norma social ou ética em uma prática empresarial concreta, mensurável e envolvendo certos recursos.

Como não há um paradigma consolidado sobre o tema da RSC, para se obter uma maior compreensão, será feito um breve resgate do debate conceitual, a partir da década de 1960. A intenção é destacar as diferentes perspectivas e abordagens existentes para identificar alguns dos fundamentos e componentes, evolução temporal e relações existentes, até os conceitos mais contemporâneos que possam iluminar o olhar para caso empírico da Samarco Mineração S/A.

Do ponto de vista das abordagens Klonoski *apud* García-Santos e Madero-Gómez (2016, p. 40) distingue três tipos de teorias associadas à RSC, são elas: (1) personalidade e agência moral, (2) fundamentalismo e (3) instituições sociais. No primeiro caso as teorias focalizam a estrutura e a natureza ontológica das empresas com objetivo de discernir se as empresas são “agentes morais”. Os que defendem que as empresas são agentes morais, consideram que elas são “pessoas metafísicas”, e enquanto tal são membros plenamente desenvolvidos de uma comunidade moral estabelecida em nível de igualdade com os seres humanos. Aqueles que se opõem a esta visão, argumentam que não se pode estabelecer sanções morais às empresas enquanto tais, pode-se culpar e punir quem possui ou dirige empresas, mas não a empresa.

No segundo tipo de abordagem encontram-se as teorias ditas *fundamentalistas* que enfatizam que as empresas não têm ou têm responsabilidade social muito limitada. Um dos

⁶ “(...) no se sabe muy bien si se trata de derechos humanos, de filantropía, de proyectos de desarrollo, de marketing, de acciones de calidad interna de la empresa, de todas estas cosas o de ninguna de ellas” (ZUBIZARRETA, RAMIRO, 2009, p.7)

autores mais reconhecidos desta visão é Milton Friedman que no início da discussão sobre o liberalismo já pautava a responsabilidade individual, alegando que uma empresa ou corporação não poderia ser vista como ator responsável, pois é conduzida por indivíduos. Estes indivíduos, no caso os chefes das empresas, estariam na responsabilidade de suprir as principais necessidades e desejos de seus funcionários e acionistas que o elegeram com o intuito de atender essas necessidades. Portanto, cada empresa reconhece que sua responsabilidade é individual e baseada na boa vontade e generosidade de cada um e, com base nisso, investe seus recursos. As ações sociais de redistribuição cabem somente ao governo, que tem o poder de definir e coletar impostos para beneficiar o bem comum. Já um empresário só tem a única responsabilidade, que é de gerar lucro para seus funcionários e acionistas. Então, uma empresa não pode ser responsabilizada como ator social e sim seus indivíduos, que definem suas responsabilidades através dos seus próprios princípios éticos e morais. Tal visão sustenta a separação da esfera política da esfera do mercado (FRIEDMAN, 1970).

No terceiro tipo, referente a teoria das instituições sociais, o argumento dominante é o de que as empresas são instituições sociais com responsabilidades sociais. A principal expoente desta visão é Anshen. Esta autora defende que existe um contrato social para as empresas, que evolui continuamente, sendo que o referido contrato não é um documento enquanto tal, mas sim um acordo social implícito que estabelece as orientações para as pessoas e para as empresas no seio da sociedade. Desta perspectiva, o papel das empresas é servir. De acordo com García-Santos e Madero-Gómez (2016) a maioria dos estudos realizados sobre a RSE se apoia nessa teoria.

A visão fundamentalista foi amplamente criticada, sobretudo, no contexto mundial das grandes mudanças ocorridas entre os anos 1960 e 1980. As críticas ao livre mercado se intensificaram, notadamente em virtude das crises econômicas, dos longos períodos de recessão e altos níveis de desemprego, o que levou a uma intensificação de greves e luta de classes. Com o crescimento acelerado e internacionalização dos mercados, aumentou também a pressão sobre as grandes multinacionais para adotarem algumas responsabilidades em relação à prevenção à poluição, à políticas de defesa de direitos trabalhistas e questões de gênero e raça. Assim, as empresas passaram a ser consideradas como atores sociais que podem ser responsabilizadas por suas ações, enterrando o conceito individualista fundamentalista.

Neste contexto, o tema da responsabilidade social constituiu-se como uma área de interesse inter e multidisciplinar, transitando pelos campos de várias ciências sociais e humanas, inclusive pela filosofia (OLIVEIRA, 2013). Por volta das décadas de 1980 e de 1990 este amplo debate institucionalizou-se sob a forma de três grandes correntes de pensamento ancoradas em

distintos pressupostos teóricos-filosóficos⁷. São elas: a corrente da Ética Empresarial (*Business Ethics*) que emergiu como ramo da ética aplicada, fundada numa abordagem filosófico normativa, centrada em valores e julgamentos morais; a corrente denominada Mercado e Sociedade (*Business & Society*), que ancora-se numa perspectiva sociopolítica e adota uma abordagem contratual para tratar dos problemas entre empresa e sociedade; e a corrente denominada de Gestão de Questões Sociais (*Social Issues Management*), fundada nos pressupostos utilitaristas, trata os problemas sociais como variáveis a serem consideradas no âmbito da gestão estratégica da empresa (KREITLON, 2004).

Ao longo do tempo a noção restrita de RSC foi modificada, compreendendo cada vez mais o papel e as obrigações que as empresas precisam assumir frente aos seus impactos na sociedade e no território. Uma noção básica sobre a RSC é a derivada do conceito de Social Issues Management (Gestão de Questões Sociais). Esse conceito representa uma abordagem mais metódica do assunto e mais direcionada de acordo com as diferentes demandas. A visão antes pautada na ética foi transformada e operacionalizada em ações concretas da empresa sempre visando reduzir riscos empresariais. Tal visão antecede o que conhecemos como Stakeholder Management. De acordo com Kreitlon (2004) essa abordagem mais metódica serve para diminuir ou até antecipar contestações sociais de maneira que as ações da empresa sejam percebidas como sensíveis às problemáticas sociais, transformando essa gestão em um mecanismo de vantagem competitiva para a empresa.

Essa mudança de visão conduziria ao reconhecimento da importância dos *stakeholders* na ação empresarial e, portanto, na gestão de seus interesses. Neste sentido, a gestão corporativa passa a focalizar na externalização dos interesses dos grupos e atores influentes, tais como: clientes, fornecedores, *shareholders*⁸, órgãos governamentais, colaboradores, as comunidades de seu entorno, ONG's e os movimentos sociais. O engajamento desses atores influencia e molda as ações empresariais e a corporação tem obrigação de prestar conta a esses agentes (PINTO, 2018; KREITLON, 2004). Destaca-se que na teoria dos stakeholders entende-se que a empresa precisa prestar contas as várias partes interessadas, e não apenas aos acionistas. Freeman (2001) sob este ponto de vista argumenta que “as corporações tem *Stakeholders*, isto

⁷ Para uma exposição sobre as principais correntes teóricas que buscam justificar o conceito de Responsabilidade Social Empresarial, ver: KREITLON, 2004

⁸ Acionistas

é, um grupo ou indivíduos que são beneficiados ou prejudicados, e, cujos direitos são violados ou respeitados por ações corporativas” (p. 41, *tradução livre nossa*⁹).

Existem diferenças importantes entre os tipos de *stakeholders*. Estas são definidas de acordo com três fatores: (1) o *poder* de realizar e se impor, sendo de forma coercitiva, utilitarista ou normativa; (2) a *legitimidade* de fazer demandas, por exemplo, dada por leis ou regulamentações e, por fim, (3) a *urgência* com qual a demanda é apresentada (DUNFEE, 2008). De acordo com a existência de um, dois ou os três fatores acima, os *stakeholders* conseguem influenciar na atividade empresarial e conquistam espaços para fazer valer suas opiniões de aprovação e/ou de desaprovação em relação a empresa. Como há *stakeholders* com poderes distintos, destacam-se dois tipos principais: *stakeholders tradicionais* que são clientes, fornecedores, acionistas e empresas adversárias, e os *stakeholders emergentes*, que são agências governamentais, agências de regulação, ONGs, movimentos sociais etc. As estratégias empresariais se direcionam para estes grupos, seja para conseguir a aprovação, minimizar ou neutralizar suas críticas ou evitar riscos (PINTO, 2018, p. 219).

Dependendo do tipo de *stakeholder* a empresa reage de formas diferentes, sempre de acordo a urgência da demanda e a legitimidade com que esta é imposta (DUNFEE, 2008)¹⁰. Entre os tipos existentes, Pinto (2018) ressalta que, em geral, é para o *stakeholder discricionário* — grupo que em geral tem apenas legitimidade, mas que não tem poder de influência, nem tão pouco apresenta urgência de atendimento — que as empresas tendem a destinar as ações de RSC, pois costumam ser mais receptivos (PINTO, 2018; DUNFEE, 2008).

1.2.1 A origem histórica da RSC

Retomando o debate focado na evolução dos principais fundamentos da concepção de RSC, destaca-se a partir do trabalho de Archie Carroll (1979, 1991, 1999), as contribuições mais relevantes da discussão. Deste modo, desde a contribuição seminal de Howard R. Bowen (1953), considerado o pai da RSC, cuja compreensão sobre o tema, “...refere-se às obrigações dos empresários de buscar essas políticas, para tomar essas decisões ou para seguir essas linhas de ação que são desejáveis em termos dos objetivos e valores da sociedade” (BOWEN, 1953,

⁹ Do original: “Corporations have stakeholders, that is, groups and individuals who benefit from or are harmed by, and whose rights are violated or respected by, corporate actions” (FREEMAN, 2001, p.41)

¹⁰ Existem diferentes tipos de stakeholder de acordo com a apresentação de uma ou duas das características básicas. Para uma discussão mais detalhada e aprofundada sobre os tipos de stakeholders e seus diferentes poderes de influência ver: PINTO, 2018; DUNFEE, 2008.

apud CARROLL, 1999, p.270, *tradução nossa*¹¹); passando pela contribuição de Keith Davis (1960) que considerou que a noção de RSC precisa ser assumida como técnica de gestão que, a longo prazo, pode gerar vantagens econômicas; de Joseph McGuire (1960) que enfatizou que a RSC tem que ir além da responsabilidade econômica e responsabilidade legal. “[A] corporação deve ter interesse pela política, pelo bem-estar da comunidade, pela educação, pela ‘Felicidade’ de seus funcionários, e, de fato, por todo o mundo social. Portanto, as empresas devem agir ‘com justiça’” (MCGUIRE, 1963, *apud* CARROLL, 1999, p.271); e de Harold Johnson (1971), primeiro a inserir a noção de multiplicidade de interesses, dando abertura para a teoria dos *stakeholders* diferentes que exercem poder e interesses sob a empresa (CARROLL, 1999); até a contribuição do Committee for Economic Development (CED) que publicou o ‘*Social Responsibilities of Business Corporations*’ (Responsabilidade Social de Corporações), em 1971, introduzindo a noção de que as empresas agem devido a permissão pública e que parte do seu escopo é para servir aos interesses coletivos. “(...) Na medida em que os negócios existem para servir a sociedade, seu futuro dependerá da qualidade da resposta da administração às mudanças nas expectativas do público” (CED, 1971, p.6 *apud* CARROLL, 1999, p.275, *tradução nossa*¹²). Nos anos 1970 também se consolidou a ‘responsividade social’, sendo esta mudança relevante para enfatizar que a ação corporativa deve ser proativa e assumir obrigações sociais relevantes e não apenas cumprir regulamentações e leis.

Na sequência, em 1973, Keith Davis adicionou mais um elemento ao afirmar que a RSC começa onde a lei acaba, ou seja, ações sociais não são consideradas apenas seguir as regras e as leis, é preciso ir além, pois elas constituem a obrigação ética da empresa como a de qualquer cidadão (CARROLL, 1999); S. Prakash Sethi (1975) distinguiu três dimensões da RSC: obrigação social, responsabilidade social e responsividade social; Bowman and Haire (1975) iniciaram estudos empíricos analisando relatórios sustentabilidade empresariais; Abbot e Monsen (1979) deram continuidade a essas análises em mais de 500 empresas, para tanto construíram uma escala (*social involvement disclosure* - SID) para comparar as empresas, e definiram seis categorias principais: meio ambiente, oportunidades iguais, pessoas, envolvimento na comunidade, produtos e outros, por meio das quais foi feita uma tentativa válida de operacionalizar e medir a RSC (CARROLL, 1999).

¹¹ Do original: “It refers to the obligations of businessmen to pursue those policies, to make those decisions, or to follow those lines of action which are desirable in terms of the objectives and values of our society” (BOWEN, 1953, p.3 *apud* CARROLL, 1999, p.270)

¹² Do original: “(...) Inasmuch as business exists to serve society, its future will depend on the quality of management’s response to the changing expectations of the public.” (CED, 1971, p.6 *apud* CARROLL, 1999, p.275)

No âmbito destes desenvolvimentos conceituais, Carrol (1979) sistematizou o conhecimento produzido até então, visando apresentar uma visão concisa englobando todos os aspectos e fundamentos discutidos até então. Com isto apresentou a seguinte concepção: “A Responsabilidade Social dos negócios abrange as expectativas *econômicas, legais, éticas e discricionárias* que a sociedade tem das organizações em um determinado momento” (CARROLL, 1979, p.500 *apud* KAYSHAP; MIR, R.; MIR, A., 2004, p.53, tradução e grifos nossos¹³). Nesse momento Carroll já sublinha as quatro dimensões principais que dão base para a sua pirâmide de Responsabilidade Corporativa.

Posteriormente, Peter Drucker (1984), levantou a discussão sobre lucratividade e responsabilidade, alegando que empresas devem ‘converter’ suas responsabilidades sociais em oportunidades de negócio. Drucker (1984) argumentou que a “(...) ‘responsabilidade social’ dos negócios é domar o dragão, que é transformar um problema social em oportunidade econômica e benefício econômico, em capacidade produtiva, em competência humana, em empregos bem pagos e em riqueza (DRUCKER, 1984, p. 62 *apud* CARROLL, 1999, p. 286, tradução nossa¹⁴).

Na década de 1990, a partir dos conhecimentos já adquiridos, proliferaram distintas teorias focando aspectos distintos, tais como: Teoria dos *Stakeholders*, Ética Empresarial e cidadania corporativa. Neste período, Donna J. Wood revisitou o modelo de Carroll trazendo novas contribuições, ela relacionou as quatro dimensões de RSC (econômica, legal, ética e discricionária) com os princípios de legitimidade social (nível institucional), responsabilidade pública (nível organizacional) e descrição gerencial (nível individual). No mais, ela identificou os padrões de responsividade corporativa (baseado nas categorias estabelecidas de Wartick e Cochran-1985) e salientou alguns processos como avaliação ambiental, gestão de stakeholders e gerenciamento de problemas. Com isto, o modelo de Wood mostrou ser mais compreensivo dos diferentes elementos componentes da RSC e o colocou num contexto mais amplo, focando em resultados e performance (CARROLL, 1999).

Em seguida, Carroll (1991), com base nos componentes já definidos do modelo — responsabilidade econômica, legal, ética e discricionária —, revisitou a formulação e mudou o componente discricionário para filantrópico, incorporando a noção de cidadania corporativa, e

¹³ Do original: “Social responsibility of business encompasses the economic, legal, ethical, and discretionary expectations that society has of organizations at a given point in time.” (CARROLL, 1979, p. 500 *apud* Kashyap; Mir R.; Mir A., 2004, p.53)

¹⁴ Do original: “But the proper ‘social responsibility’ of business is to tame the dragon, that is to turn a social problem into economic opportunity and economic benefit, into productive capacity, into human competence, into well-paid jobs, and into wealth” (DRUCKER, 1984, p. 62 *apud* CARROLL, 1999, p. 286).

articulou os quatro componentes em um formato de pirâmide. Ele explicita nos seguintes termos a racionalidade que orienta a representação do modelo em pirâmide.

Para que a RSC seja aceita pelo empresário consciente, deve ser enquadrada de tal forma que toda a gama de responsabilidades de negócios é abrangida. Sugere-se aqui que quatro tipos de responsabilidades sociais constituem RSC total: econômica, legal, ética e filantrópica. Além disso, essas quatro categorias ou componentes da RSC podem ser representados como uma pirâmide. Para ter certeza, todos esses tipos de responsabilidades sempre existiram em certa medida, mas só nos últimos anos é que a ética e a filantropia ocuparam um lugar significativo. (CARROLL, 1991, p. 40, tradução nossa¹⁵)

Deste modo, na base da pirâmide de RSC está a (1) *Responsabilidade Econômica*, caracterizando a empresa como provedora de bens e serviços com a geração de lucro como incentivo máximo. Todas as outras responsabilidades são baseadas na responsabilidade econômica (CARROLL, 1991). A segunda categoria refere-se a (2) *Responsabilidade Legal* da empresa, significando que ela deve agir conforme as leis e regulamentações do país, do estado e do local de instalação. O cumprimento das leis faz parte do cumprimento do ‘contrato social’ definido entre a sociedade e a empresa de gerar lucro dentro das regras estabelecidas (CARROLL, 1991). A terceira refere-se a (3) *Responsabilidade Ética*, dimensão que compreende a visão além das legislações, caracterizadas pelas atividades e práticas que são esperadas ou proibidas pela sociedade, mesmo não estando implícitas nas leis.

A Responsabilidade Ética compreende comportamentos que consumidores, colaboradores, acionistas e a sociedade como um todo definem como justo. Por isso, as dimensões éticas estão em constante mudança e sob discussão e reavaliação contínua, pois é nela que emergem as mudanças socioculturais que criam necessidades de novas regras e leis. A ideia de Responsabilidade Ética implica em estar atento aos novos valores emergentes e agir conforme normas e valores que se sobressaem nas leis. Em razão da constante influência mútua, a categoria responsabilidade ética também está em constante interações com as responsabilidades legais (CARROLL, 1991).

O topo da pirâmide representa a (4) *Responsabilidade Filantrópica*, noção que compreende que empresas devem se engajar em ações filantrópicas, porém não se trata de uma obrigatoriedade a cumprir, como no caso das normas legais e éticas. Inclui a participação da empresa no financiamento de arte e cultura da comunidade. A principal diferença da

¹⁵ Do original: For CSR to be accepted by the conscientious business person, it should be framed in such away that the entire range of business responsibilities is embraced. It is suggested here that four kinds of social responsibilities constitute total CSR: economic, legal, ethical and philanthropic. Furthermore, these four categories or components of CSR might be depicted as a pyramid. To be sure, all of these kinds of responsibilities have always existed to some extent, but it has only been in recent years that ethical and philanthropic functions have taken a significant place. (CARROLL, 1991, p. 40)

Responsabilidade Ética para a Responsabilidade Filantrópica é que as ações filantrópicas não são exigidas pela sociedade, elas são apenas desejadas, porém a empresa não sofre consequências se não as cumprir. Tal distinção se faz necessária, tendo em vista que, devido a história de RSC, muitas empresas realizam ações de caridade, apresentando-se como cidadãos corporativos responsáveis, então Carroll (1991) reafirma:

Essa distinção traz à tona o ponto vital de que a RSE inclui contribuições filantrópicas, mas não se limita a elas. Na verdade, seria argumentado aqui que a filantropia é altamente desejada e valorizada, mas na verdade menos importante do que as outras três categorias de responsabilidade social. Em certo sentido, a filantropia é a cereja do bolo - ou da pirâmide, usando nossa metáfora (CARROLL, 1991, p. 42, tradução nossa¹⁶)

A representação do modelo teórico em formato de pirâmide, de acordo com Carroll (1991) visou facilitar a compreensão dos quatro componentes da RSC, mas ela ressalta que eles não podem ser vistos separadamente, porque nem sempre, na prática, é simples para se separar. O modelo visa explicitar os diferentes componentes da responsabilidade corporativa e destacar os diferentes tipos de obrigações dos gestores. Carroll (1991) destaca que existem tensões entre os componentes, como por exemplo entre a responsabilidade econômica e a responsabilidade ética. Porém, visto da perspectiva de RSC ou de *Stakeholder* tais componentes compõem como interdependentes quando se foca na pirâmide como um todo.

Figura 2 - A pirâmide de RSC conforme Carroll



Fonte: CARROLL (2016, p. 5).

¹⁶ Do original: This distinction brings home the vital point that CSR includes philanthropic contributions but is not limited to them. In fact, it would be argued here that philanthropy is highly desired and prized but actually less important than the other three categories of social responsibility. In a sense, philanthropy is icing on the cake - or on the pyramid, using our metaphor (CARROLL, 1991, p.42).

1.2.2 Desenvolvimento atual da RSC e suas principais críticas

Como se sublinhou, anteriormente, a concepção de RSC consolidou-se no final do século 20, a partir de desenvolvimentos que se tornaram mais intensos, sobretudo desde as décadas de 1970 e 1980, cuja conjuntura de crises e de mudanças no sistema capitalista mundial, conduziria a reordenamentos significativos na lógica das relações entre Estado, Mercado e Sociedade.

Emergiu, nas décadas subsequentes, um novo padrão de desenvolvimento capitalista, cuja fonte de produtividade, de acordo com Castells (2003), passou a ancorar-se nas novas tecnologias de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. A reestruturação das relações Estado/mercado, via reformas de cunho neoliberal, ao lado das inovações tecnológicas e mudanças organizacionais, gerou um novo padrão sociotécnico que produziu a expansão e rejuvenescimento do capitalismo, cujos efeitos tiveram configurações muito diferentes nas regiões e sociedades de todo o mundo. Na esteira destes processos de mudanças, na última década do século 20, estavam dadas as condições para intensificação dos processos de *globalização*, via nova infraestrutura propiciada pelas TIC's — tecnologias de informação e comunicação — e ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e de liberalização econômica postas em prática pelos governos nacionais e instituições internacionais.

Paralelamente, as últimas décadas do século 20, também foram marcadas por protestos e contestações sociais. Inúmeros movimentos sociais passaram a dirigir seus questionamentos e suas reivindicações tendo como alvo as grandes empresas. Em suas pautas estavam os temas da poluição, do emprego, das discriminações raciais ou de gênero, da destruição do meio ambiente, entre outros. Insurgiu, assim, uma crescente constatação de que tanto o meio ambiente quanto às questões sociais precisava ser enfrentado, com o crescimento dos índices de pobreza, desemprego, fome, e outras formas de exclusão, que marcavam o cenário socioeconômico tanto dos países do norte global quanto os do sul global (CASTELLS, 2003; KREITLON, 2004).

Neste contexto de relações crescentemente globalizadas, as dinâmicas de ação entre diferentes países e diferentes governos salientou o crescimento das desigualdades e trouxe à tona a lacuna existente, no âmbito do direito internacional, em relação à regulação dos mercados. As convenções e leis nacionais de cada país produziriam uma lógica de mercado muito distinta daquela presente no âmbito global. Os mecanismos de regulação nacional não são capazes de lidar com as novas dinâmicas internacionais, o que criou a necessidade de estabelecer um novo ramo de leis de mercado de validade internacional (RAMIRO, 2009).

A evolução do pensamento sobre RSE foi ganhando crescente importância tanto no meio empresarial quanto no meio acadêmico. A partir do limiar do século 21, evidenciou-se um crescente interesse pelo tema “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade”, os quais foram conduzidos à integração com os estudos e discussões sobre responsabilidade social corporativa (CARROLL; SHABANA, 2010). Novas contribuições e ampliações do conhecimento sobre o tema se fizeram presentes. Entre elas destaca-se os estudos de Quazi e O’Brien (2000) que construíram um modelo bidimensional para classificação da RSC, com o foco na aplicação das dimensões sobre a temática no cotidiano das empresas e em todas as esferas da sociedade. De fato, a literatura sobre RSC prosperou de forma significativa no decorrer das duas últimas décadas sendo possível corroborar esta afirmação a partir dos inúmeros estudos que vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos, conforme atestam a diversas revisões sistemáticas da literatura que foi levantada pela pesquisa¹⁷.

Com o intuito de sintetizar cronologicamente os desenvolvimentos em torno da concepção de Responsabilidade Social Corporativa, o Quadro 2, a seguir, extraído de Ramiro (2009), mostra os antecedentes, as origens e o desenvolvimento das ideias e práticas de RSC discutidos ao longo deste capítulo.

¹⁷ Amarante, Deretti, Silva (2015); Masip, Valiño (2018); Garcia-Santos, Madero-Gomes (2016); Soschinski, Brandt, Klann (2019)

Quadro 1 – Cronologia dos antecedentes e origens da Responsabilidade Social Corporativa

1850 – 1920	Eliminação do trabalho infantil na Europa.
1920 – 1940	Criação de fundação e projetos de filantropia empresarial.
1953	H. Bowen publica seu primeiro livro no qual se desenvolve a ideia de Responsabilidade Social Corporativa
1958	T. Levitt alerta dos “perigos” de implantar a RSC.
1970	M. Friedman: “A única responsabilidade social das empresas é incrementar seus benefícios”.
1974	Criação da Comissão e Centro de Empresas Transnacionais nas Nações Unidas
1976	Publicação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais
1977	Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da OIT.
1984	E. Freeman propõe a teoria dos <i>stakeholders</i> ou grupo de interesse.
1987	Informe de Brundtland e nascimento do “desenvolvimento sustentável”.
1992	Cúpula da Terra no Rio de Janeiro e o alerta sobre o câmbio climático.
1994	Desmantelamento da Comissão e do Centro de Empresas Transnacionais na ONU.
1995	Shell é denunciada pelos seus impactos na Nigéria e no Reino Unido.
1999	Lançamento do <i>Global Compact</i> das Nações Unidas.
2000	Firmação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Milênio da ONU.
2001	Quebra da empresa Enron e crise da confiança empresarial.
2001	A comissão europeia publica o Livro Verde sobre a responsabilidade social das empresas.
2003	Normas sobre a Responsabilidade de Empresas Transnacionais e outras Empresas Comerciais das Nações Unidas.
2015	Rompimento da barragem em Fundão
2019	Rompimento da barragem em Brumadinho
2019	Saída da Vale do Pacto Global

Fonte: RAMIRO (2009, p. 53), tradução nossa com modificações próprias

Como visto anteriormente, desde a década de 1950 coloca-se de forma mais contundente no debate acadêmico as noções e concepções sobre Responsabilidade Social Corporativa. Desde então, veio se consolidando a noção de que aspectos sociais e éticos orientam profundamente o planejamento estratégico e financeiro das empresas. Porém, mais recentemente, a concepção de RSC tem sido questionada em razão dos deslocamentos que o conceito tem sofrido no contexto dos processos de globalização e financeirização da economia,

bem como em virtude da dominância das corporações multinacionais, sobretudo nas economias subalternas do sul global.

Um novo padrão de acumulação, de organização das relações no mundo do trabalho, das relações produtivas e das relações no âmbito macropolítico veio se consolidando no século 21. Neste contexto, a financeirização da economia expressa pela integração dos mercados financeiros e transmutação do capital, até então majoritariamente detido por investidores individuais, passou para as mãos de grandes investidores institucionais (fundos de pensão, bancos, seguradoras etc.), escapando, portanto, da possibilidade controle pelo Estado-Nação. A rentabilidade dos negócios, projetada a médio prazo e até então vinculada a organizações específicas localizadas em determinados territórios, passou, no capitalismo financeiro, a ser projetada a curtíssimo prazo, na medida em que as corporações não possuem mais nenhuma base territorial, pois transitam de um lado a outro via ciberespaço, e visam sobretudo a maximização dos lucros no curto prazo (MATIAS, 2014).

As significativas mudanças ocorridas, desde o limiar do século 21, nas relações entre economia, política e sociedade e, por conseguinte, no âmbito de instituições como o Estado e o mercado, incluindo agentes econômicos e não econômicos, resultaram numa rede inextricável de interesses e relações, permeada por disputas de poder, por acordos contratuais explícitos e implícitos, e numa grande busca de legitimidade pelos agentes econômicos. É neste cenário, que o tema da RSC comparece ressignificado e encaixa-se aos discursos das corporações visando produzir legitimidade para seus negócios, devido à intensificação dos processos produtivos e, consequente aumento de violações de Direitos Humanos e ambientais (MILANEZ; SALLES; GIFFONI, 2016).

Embora desde a década de 1980, no contexto das mutações das relações entre Estado e Mercado, anteriormente descritas, o debate sobre desenvolvimento sustentável como estratégia global para proteger os recursos naturais, também compôs a pauta das discussões daquele tempo, cujos principais marcos e princípios foram consolidados no Brundtland Report¹⁸ (1987) (MATIAS, 2014); ao mesmo tempo foram se desenvolvendo discussões em torno da definição

¹⁸ Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) publicou o relatório intitulado “Nosso futuro comum”, que ficou conhecido como “Relatório Brundtland” em homenagem à presidente da Comissão, Gro Harlem Brundtland. O Documento contém princípios orientadores para o desenvolvimento sustentável, que é definido como “[...] o desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades”. Em 1989, após debate na Assembleia Geral da ONU, decidiu-se organizar uma Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: https://www.are.admin.ch/are/en/home/sustainable-development/international-cooperation/2030agenda/un_-milestones-in-sustainable-development/1987--brundtland-report.html. Acesso em: 02/02/21

de códigos jurídicos supranacionais com vistas a regulação das corporações transnacionais, sobretudo no que concerne à soberania dos estados-nação em relação aos seus recursos naturais.

Destacam-se duas fases no cenário sociopolítico para a criação de um código externo de regulação. Na primeira, se pôs em questão a concepção clássica que vinculava empresas transnacionais ao desenvolvimento. Porém, as mudanças decorrentes das reformas estruturais e liberalização comercial, ensejou críticas que puseram em questão o discurso dos efeitos positivos das multinacionais em relação à ideia de criação de riqueza, de transferência de tecnologia e de respeito à legalidade, em contraposição ao aumento das denúncias por violações de direitos humanos e das leis trabalhistas fundamentais, o que requeria que se criasse código internacionais para controlar os efeitos nocivos de suas atividades (ZUBIZARRETA, 2009).

A segunda fase caracterizou-se por uma ofensiva dos países ricos e das multinacionais, inicialmente branda, mas que mais tarde se tornaria crescentemente prejudicial para os interesses dos países receptores dessas corporações. Uma longa trajetória de Cartas, Tratados, Convênios, Acordos, Pactos, Declarações, e Recomendações, vieram sendo pactuados desde o fim da 2ª Guerra, caracterizam os principais instrumentos internacionais relativos ao controle de atuação de corporações estrangeiras em territórios (principalmente em países do sul global), os quais variam entre instrumentos vinculantes e não vinculantes. Por mais que os instrumentos em sua implementação efetiva e a obrigatoriedade jurídica tem sido muito frágeis, firmou-se a noção que um fator indispensável para a efetividade dos direitos humanos é o direito à soberania permanente de recursos naturais, considerando que 50% das atividades de empresas estrangeiras se referem a exploração (ZUBIZARRETA, 2009).

No entanto, é importante frisar que tanto os países ricos como as corporações multinacionais se opuseram à constituição de um código externo de regulação ad hoc, argumentando que não reconhecem soberania nacional dos povos, ao mesmo tempo em que não permitem que os países receptores sejam donos de seus recursos e não aceitam o valor das jurisdições internas em relação aos seus interesses. Suas ações se enquadradas sob o Direito Comercial Global as torna em legisladores internacionais próprios em plena interlocução com os estados receptores.

A filosofia dos códigos de conduta externos segue a lógica da *soft law*. (...) O controle das multinacionais muda dos fundamentos normativos para os sistemas voluntários e unilaterais. A lógica assimétrica invariavelmente prevalece. (ZUBIZARRETA, 2009, p.38)¹⁹

¹⁹ Do original: “La filosofía de los códigos de conducta externos se mueve en la lógica del derecho blando. (...) El control de las multinacionales se desplaza de los fundamentos normativos hacia sistemas voluntarios y unilaterales. La lógica de asimétrica se impone invariablemente.” (ZUBIZARRETA, 2009, p. 38).

Em 1999, através de uma iniciativa internacional das Nações Unidas, formou-se o *Global Compact* (Pacto Mundial), uma tentativa para institucionalizar uma aliança entre as Nações Unidas e o setor privado. O intuito principal foi a criação de um mercado global eficiente considerado justo pelos signatários e com preocupações à integridade humana, no entanto através de pacto se institucionalizou RSC como padrão de comportamento para multinacionais (ZUBIZARRETA, 2009; RAMIRO, 2009).²⁰

O Pacto Global constituiu numa tentativa de instituir um conjunto de regras universais, porém isso tem sido problemático pela falta de obrigatoriedade. Acordos internacionais sobre direitos humanos são *obrigatórios* para governos. Para empresas multinacionais há acordos *voluntários* ou *recomendações de ação*²¹. No entanto, cabe às empresas definir a aplicação e a realização desses princípios de acordo com os contextos políticos e sócios institucionais onde atuam (MILANEZ; SALLES; GIFFONI, 2016).

Ainda que não haja um instrumento vinculante, tentou-se estabelecer um padrão universal de RSC. Nesse sentido, as ações de RSC são apresentadas como mecanismos de *autorregulação responsável* por parte das empresas para cumprir demandas sociais sem necessitar da implementação de instrumentos normativos (leis, decretos etc.) e maior controle estatal. Por mais que o Pacto Global representa um marco para RSC, críticos alegam que ele não é tão específico em relação às suas regras e que faltam mecanismos para avaliar o engajamento e o compromisso das empresas, permitindo que elas criem narrativas que sustentam e legitimam suas ações, mesmo que elas sejam danosas ao meio ambiente e às populações que residem próximas ao empreendimento (RAMIRO, 2009).

1.3 – Conexões entre as estratégias corporativas e as dimensões da Responsabilidade Social Corporativa

A análise, a seguir, visa traçar um diálogo entre as dimensões componentes da concepção de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) com as estratégias corporativas do modelo teórico-metodológico de Rede Global de Produção (RPG's). A intenção é buscar estabelecer uma correlação entre estes dois modelos de análise na para pensar as possíveis

²⁰ A Vale S/A, uma das maiores mineradoras do Brasil, fazia parte do Pacto Global da ONU, porém, após ser pressionada por 18 empresas nacionais e internacionais, retirou-se em maio de 2019 por causa dos crimes de responsabilidade ocorridos em Mariana e Brumadinho, MG. A saída da Vale de uma das maiores alianças de RSC do mundo demonstrou a precariedade e insuficiência que os princípios de RSC são adotados pelas mineradoras brasileiras (CHADE, 2019). Para mais informações: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/05/29/pressionada-vale-sai-de-pacto-mundial-de-responsabilidade-social/>

²¹ Por exemplo, as Normas sobre Responsabilidade de Empresas Transnacionais (2003) ou os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (2011), ambas da ONU.

relações entre as ações de RSC e as estratégias das RGPM. Este diálogo foi realizado a partir da leitura da bibliografia de ambas as áreas e do confronto dos modelos dos dois campos teóricos. Os primeiros *insights* emergiram da reflexão sobre o objeto da pesquisa e de seu referente empírico, que é uma empresa pertencente à Rede Global de Produção Mineral: a Samarco Mineração S/A.

Deste ponto de vista, considerou-se que as quatro dimensões da RSC contidas na pirâmide de Carroll (2016) podem ser lidas e entendidas como ações estratégicas corporativas que dialogam com as três categorias constituintes do modelo teórico-analítico das RPG's. Olhando por este ângulo é possível verificar conexão entre as duas propostas teóricas, ou seja, esta perspectiva indica que há preocupações comuns em ambas as teorias que podem ser identificadas a partir desses recortes “temáticos”. Desse modo, consideramos que a leitura e o entendimento das ações de RSC da Samarco S/A, vistas sob o ângulo de suas estratégias de relações com seus principais stakeholders, pode iluminar e ampliar a compreensão de suas ações de captura de valor e de enraizamento, via estratégia territorial que abrange ações de captura e de transformação de recursos existentes (territórios com reservas minerais e hídricas) para fundamentar e impulsionar o desenvolvimento econômico da corporação.

Assim, a conexão entre *responsabilidade econômica* como fundamento para justificar as estratégias de mercado e as financeiras para criação e ampliação do valor (corporativo), pode adquirir maior densidade cognitiva. Entende-se, desse ângulo, que as ações de RSC tem como principal motivação dois interesses complementares: manter a alta geração de lucro, reduzir custos de produção e ampliar as atividades econômicas. Tal noção remete ao conceito inicial da Responsabilidade Social Corporativa, que concebe a firma como um ator social com interesses próprios de finalidade econômica a serem cumpridos. Neste caso, a afirmação de Milton Friedman de que a única responsabilidade da empresa é a criação de lucro para seus acionistas, sustenta o argumento da estratégia de mercado e a financeira. É importante destacar que essa dimensão da RSC desse ponto de vista específico, se torna congruentes com os interesses da empresa. Para realizar os interesses de gerar lucros e reduzir custos, a empresa aplica diferentes estratégias de persuasão e influência cujo mecanismo por trás da responsabilidade econômica é o interesse básico de criação de valor.

No que concerne a **responsabilidade legal** sua conexão pode ser estabelecida com a estratégia institucional da RPGM. Isto porque a estratégia institucional refere-se ao repertório de ações adotadas pela empresa para minimizar a capacidade regulatória do Estado. As relações entre os agentes econômicos, políticos e sociais, ou seja, a articulação entre a empresa, o governo e a sociedade, são perpassadas por relações assimétricas de acessos desiguais aos bens

e serviços produzidos e as relações de poder. Por meio da estratégia institucional a empresa visa criar articulações estratégicas entre os decisores empresariais e as autoridades públicas (poderes: executivo, legislativo e judiciário), para influenciar a tomada de decisão com a utilização de recursos de interferência política, tais como o *lobby* e a utilização do mecanismo de porta-giratória (MILANEZ et al., 2018). Há diferentes táticas adotadas pelos agentes empresariais para influenciar as decisões dos órgãos públicos. No caso da responsabilidade legal configura-se como um recurso estratégico para criar uma base legislativa favorável à ação da empresa, enfraquecendo o discurso dos agentes sociais que se posicionam em contraposição aos fins empresariais que possam formar resistências contra seus empreendimentos.

No mais, a estratégia institucional vista da perspectiva da responsabilidade legal é uma conexão chave para compreender o entrelaçamento dos agentes econômicos com os agentes políticos no processo de transformação dos interesses corporativos em políticas públicas aplicadas.

A terceira dimensão da RSC, de acordo com a pirâmide de Carroll (2016) é a **responsabilidade social**. Esta dimensão se traduz nas **estratégias sociais e territoriais** da empresa. Como pontuado antes, empresas agem em contextos sociais. Em especial as empresas de mineração e exploração de recursos naturais são causadoras de impactos extremos no meio ambiente e na natureza, cuja ação transformam o ambiente físico e social de forma drástica e irreversível. Por isso, as estratégias sociais e territoriais cumprem o importante papel de fortalecer o **enraizamento territorial e social** das mesmas. Desse modo, as ações denominadas de responsabilidade social funcionam como âncoras para o estabelecimento das estratégias sociais corporativas, que se desdobram em duas dimensões centrais: emoções e território. A concepção do espaço como um território social é um fato relevante para entender o desdobramento das estratégias empresariais.

O espaço territorial é constituído por um espaço geográfico construído historicamente e socialmente, o qual envolve uma infinidade de partes interessadas e autoridades dos diferentes níveis de governo e áreas de política públicas, sobretudo, no caso de estados federativos como é o caso do Brasil. Portanto, é no espaço territorial que se expressa e se manifesta a dimensão da cultura local e as especificidades do local, tanto no que concerne a presença de recursos naturais a serem explorados, quanto em relação à presença, ou não, de organizações da sociedade civil, tais como: sindicatos, partidos políticos, grupos ambientalistas, associações de moradores, grupos religiosos, ONG's, movimentos sociais de contestação, etc. A estratégia social é um recurso para captar tais padrões cognitivos e afetivos à fim de antecipar, suavizar e contestar movimentações críticas às finalidades da empresa (SANTOS, MILANEZ, 2017a).

Aqui é necessário destacar um fator importante para a análise das dimensões da RSC, no caso sob enfoque. A geração de relatórios empresariais tendo por parâmetros a transparência empresarial é uma ação primordial para o enraizamento social. Tais relatórios, a exemplo do *Global Reporting Initiative*, são utilizados como veículos de legitimação das ações empresariais. Pautados no padrão internacional de *accountability* empresarial, os relatórios constituem um veículo comunicativo importante para estabelecer o **enraizamento das empresas**, tanto a nível social quanto a nível das relações político institucionais com o Estado onde estão inseridas, bem como a nível global. Notamos aqui que a responsabilidade ética está diretamente relacionada à redução de risco de contestação. O valor da ética vem se transformando para servir aos fins empresariais, sempre colocando os interesses da empresa como justificativa universal. Dessa perspectiva, em parte, a **responsabilidade filantrópica** da empresa se torna um princípio norteador. Os fins meramente econômicos e quantitativos são transformados em sentimentos e princípios condutores da interação social dentro e fora do contexto empresarial.

Tendo em vista as conexões entre as dimensões das responsabilidades sociais corporativas com as seis estratégias corporativas é possível analisar com mais precisão as ações empresariais, podendo assim identificar a abrangência das ações de RSC em conexão com as estratégias empresariais. A maneira como as corporações mobilizam e utilizam as estratégias anteriormente descritas e a forma como elas são travestidas com o manto das dimensões da RSC permite uma maior cognição do discurso empresarial de sua imprescindibilidade para o desenvolvimento social e econômico para a sociedade na qual ela se insere.

O quadro 2, a seguir, mostra as conexões estabelecidas entre as dimensões da RSC e as estratégias corporativas das RGPM.

Quadro 2 –Dimensões da Responsabilidade Social Corporativa e possíveis conexões com as Estratégias Corporativas das RPG's

Dimensões da RSC	Estratégias das RPG's
Filantrópicas	Estratégias social e territorial
Éticas	
Legais	Estratégias institucionais
Econômicas	Estratégias de mercado, financeiras e de relações de trabalho

Fonte: Elaboração própria

1.4 – RSC como estratégia de Enraizamento Social e autorregulação responsável

As possibilidades analíticas do modelo de RGPM em conexão com as dimensões da RSC, segundo Carrol (1991, 2010, 2016), constituíram-se nas lentes para iluminar o caso da Samarco Mineradora S/A. Para tanto, foram consideradas suas características constitutivas, bem como suas estratégias ao longo do marco temporal da pesquisa (2005 a 2015). Deste modo, estão sob análise, sobretudo, as relações e interações estabelecidas com os agentes políticos e sociais em escala local, bem como as estratégias e formas de exercício do poder corporativo da mineradora.

A forma como a Samarco Mineração S/A buscou enraizar-se e, portanto, legitimar suas atividades de processamento do minério para exportação, no município de Anchieta, é um dos focos deste trabalho. Isto é, busca-se identificar a conexão entre as suas estratégias de enraizamento social com a implementação de atividades designadas pela empresa como sendo de Responsabilidade Social Corporativa.

Embora o minério seja extraído em Minas Gerais e transportado por meio de minerodutos para Anchieta-ES, os impactos dos mega investimentos realizados no município, desde os anos de 1970, transformou profundamente o município e todos os municípios localizados na região de entorno da Samarco (PEROZINI, 2017; 2019, CORRÊA, 2013; ZANOTELLI, 2014).

Nesse sentido, a dimensão do enraizamento territorial é uma categoria central para a empresa traçar sua estratégia no território de atuação, pois através das ações de RSC o enraizamento é fortalecido. Com isso, no momento em que novos projetos de expansão são colocados em pauta é mais fácil obter a licença social para operar nos órgãos ambientais do Estado e ao mesmo garantir a minimização dos movimentos sociais de contestação e de protestos.

Por isso cabe destacar a relevância da gestão dos stakeholders, termo utilizado no âmbito da governança corporativa para designar “todos os atores sociais que afetam e são afetados pelas ações da empresa” (PINTO, 2018, p. 219), incluindo clientes, fornecedores, shareholders (acionistas), órgãos governamentais, comunidade, colaboradores, movimentos sociais, etc. As estratégias para mantê-los engajados aos fins empresariais, representa uma lógica de ação comum na gestão de empreendimentos de mineração. O engajamento e a influência que estes diferentes atores exercem sobre a mineradora, seja em forma de apoio ou contestação, determinam as diretrizes da governança corporativa, sobretudo em relação as ações de RSC,

pois estas são uma maneira de lidar e minimizar as contestações sociais e desse modo garantir a prosperidade do empreendimento (PINTO, 2018).

Para compreensão dos procedimentos por meio do qual a Samarco S/A construiu suas estratégias de enraizamento territorial e social no município de Anchieta faz-se necessário realizar uma recapitulação do histórico da empresa constituído no contexto da aceleração do desenvolvimento econômico do país e do estado Espírito Santo, ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 (ZORZAL E SILVA, 2004), assunto a ser tratado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A empresa Samarco Mineração S/A

Os empreendimentos para extração mineral normalmente exigem altos investimentos em prospecção, desenvolvimento tecnológico, infraestruturas e em logística de transportes. Na contemporaneidade eles têm sido realizados pelas grandes corporações multinacionais mineradoras que compõem a Rede de Produção Global Mineral (RGPM), as quais possuem *know how* nestas atividades. As questões que se colocam na interação com estes atores corporativos, dadas as assimetrias de poder, são exatamente aquelas sobre como interagir em condições de dialogicidade com estas corporações, que, além de suas práticas de governança hierarquizadas, trazem em seus modelos de negócios a importante premissa da **redução do risco social do empreendimento**, sobretudo se há existência de *stakeholders* empoderados no território objeto da exploração dos recursos naturais.

O que a literatura nacional e internacional tem problematizado quanto se trata deste tipo de investimentos que causam grandes impactos ambientais e sociais, em termos da relação dessas corporações com o Estado e com a sociedade, é que elas investem em diferentes estratégias para construir legitimidade de seus negócios, bem como para reposicionar suas imagens e reputações corporativas na sociedade e no mercado. Para tanto, elas combinam diferentes técnicas de comunicação e *marketing* com a cooptação de instituições governamentais, bem como investem na política de responsabilidade social corporativa aliada a noção de sustentabilidade ambiental e social. Estas técnicas em última instância visam encobrir os reais danos que causam ao meio ambiente e às populações menos favorecidas, que normalmente habitam o entorno do território que contém as jazidas minerais. Entre estas técnicas destacam-se algumas mais conhecidas: a) negação e/ou neutralização dos problemas que criam, b) produção discursiva demonstrando a imprescindibilidade dos investimentos e os ganhos que eles poderão trazer para a economia e a sociedade, c) captura corporativa, d) falsas soluções, e) *green washing* (lavagem de imagem), f) responsabilidade social corporativa (RAMIRO, 2015; KARIDIO, TALBOT, 2020; LOPES, DEMAJOROVIC, 2020, SANTOS, MILANEZ, 2017a)

2.1 – O caso Samarco no contexto recente da mineração de ferro no Brasil²²

As origens da Samarco S/A remontam ao limiar da década de 1970, contexto em que a mineradora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje Vale S/A, executava sua política de diversificação de investimentos visando ampliar sua cesta de produtos minerais e estabelecer vínculos mais fortes com seus consumidores internacionais para criar um mercado cativo para seus produtos. É neste contexto que em 1971 a empresa S.A. Mineração Trindade (SAMITRI) pertencente ao grupo Belgo-Mineiro e a Marcona Corporation, pertencente a norte-americana Utah Internacional, iniciaram negociações para juntas, explorarem o itabirito — mineral de baixo teor de ferro, que até aquela época não era explorado no Brasil. A Samitri possuía grandes jazidas de itabirito nos municípios de Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais, e a Marcona detinha tecnologia para transporte de minérios finos por meio de mineroduto (ZORZAL E SILVA, 2004; FISCHER, 2011).

Essas negociações resultaram na criação da Samarco S.A. pelas referidas empresas, em 1973, como sociedade de economia fechada, para promover um conjunto de operações que vai desde a extração mineral, em Mariana-MG, passando pelo processamento secundário nas usinas de pelletização, em Anchieta-ES, até o transporte transoceânico de pellet feed e, principalmente, pelotas de minério de ferro. Atualmente a empresa se organiza como joint venture societária tendo em vista que desde ano de 2000, a Vale S/A e a BHP Billiton Brasil Ltda. (subsidiária brasileira do grupo anglo-australiano BHP Billiton) adquiriram a empresa, dividindo-a igualmente entre ambas: Vale (50%) e BHP Billiton Brasil Ltda. (50%) (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016).

Desde o início de sua produção, em 1977, até o ano do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro de sua propriedade, em 2015, que resultou no maior desastre socioambiental do mundo, a Samarco S/A tornou-se um complexo industrial integrado de lavra, beneficiamento, transporte e pelletização de minério de ferro em duas unidades operacionais. Uma em Germano, em Mariana e Ouro Preto (MG), onde, até 2015, era realizada a extração e o beneficiamento de minério de ferro em três concentradores, e a outra em Ubu, município de Anchieta (ES), onde estão quatro usinas de pelletização, sendo que as unidades estão interligadas por três minerodutos de 400 quilômetros de extensão, que atravessam 25 municípios dos dois estados (WANDERLEY, MANSUR, PINTO, 2016; SAMARCO, 2020).

²² Algumas partes desse capítulo são resultantes do capítulo ‘A Responsabilidade Social Corporativa como estratégia empresarial no contexto da mineração brasileira’ escrito pelas autoras Heringer Herkner, Leite e Zorzal e Silva (2020), publicado no livro: BUSSINGER, et. al. Danos socioambientais no Brasil: riscos e alternativas. (2020).

De acordo com informações contidas na página de abertura do site da Samarco: “em 2015, ano em que a Samarco paralisou suas operações, foram produzidas 24,9 milhões de toneladas, sendo 97% em pelotas e 3% em finos de minério de ferro. Naquele ano, a companhia foi a 12ª maior exportadora do Brasil, faturou R\$ 6,5 bilhões e gerou cerca de 6 mil empregos diretos e indiretos” (SAMARCO, 2020).

No limiar do século 21 o setor mineral brasileiro se tornou mais aquecido, tendo em vista que *commodities* como minério de ferro tiveram peso elevado na pauta de exportações do país. Em 2003 o minério de ferro respondeu por 5,17% das vendas externas e representou US\$ 3,782 bilhões, crescimento este decorrente sobretudo do aumento da demanda chinesa (9% em 2003), que gerou a alta de preços do ferro no mercado internacional (FISCHER, 2011; JESUS, 2019). Neste contexto, o desempenho da Samarco, especialmente no período entre 2003 e 2014, ocorreu num cenário macroeconômico marcado por crescente processos de globalização. Os países periféricos do sistema capitalista, especialmente América Latina e África, por seu turno, passaram por profundas mudanças estruturais e procedimentais como forma de incentivo à sua inserção no mercado internacional, por meio da reprimarização da economia via produção em larga escala de bens primários e exportação de *commodities* (SVAMPA, 2013).

A empresa aproveitou essa conjuntura favorável para ampliar sua base produtiva no Brasil, já que no mercado internacional ela contava com escritórios de vendas em Amsterdã (Holanda), em Hong Kong (China) e em Belo Horizonte (Brasil). Toda sua produção é comercializada para mais de 15 países na Europa, Ásia, Norte da África, Oriente Médio e Américas. Neste cenário promissor, especialmente entre 2003 e 2013, a Samarco S/A efetuou grandes investimentos na expansão de sua capacidade produtiva, tanto na extração de minério de ferro em Minas Gerais quanto nas plantas industriais localizadas em Anchieta-ES, período em construiu o terceiro mineroduto e mais duas usinas de pelletização (JESUS, 2019).

O foco neste estudo está na unidade da Samarco que está localizada em Anchieta, no Espírito Santo, principalmente por se tratar de uma região que não foi diretamente ‘atingida’ pelo desastre do rompimento da barragem de Fundão, em 2015, que atingiu o rio Doce em toda sua extensão, aproximadamente 700 km, porém, sofreu diversas consequências econômicas, sociais e estruturais após a parada do processo industrial repentino da Samarco em 2015.²³ Após a instalação da empresa em Anchieta, nos anos 70, é possível identificar alguns paralelos com o plano de desenvolvimento econômico, em curso, no país neste período. Os anos de 1970

²³ A Samarco recentemente retomou suas operações após a concessão da Licença de Operação Corretiva em outubro de 2019. Inicialmente com a capacidade de produção reduzida, a empresa hoje funciona normalmente cumprindo as normas e regulamentos vigentes de segurança de barragens e processos industriais (SAMARCO, 2021).

e seguintes, e mais especificamente o período de *boom das commodities* (2002 a 2011)²⁴ coincide com a estratégia do governo brasileiro de alavancar o desenvolvimento econômico do país e o estabelecimento de parcerias internacionais. Através da criação de joint-ventures, que é a introdução de capital estrangeiro, a indústria interna é impulsionada e o papel do Brasil como parceiro econômico se firma na economia global (ZORZAL E SILVA, 2004). Tal modelo econômico é classificado pelos economistas como sendo de economia de enclave, o que significa que a economia é majoritariamente baseada na exploração de reservas de recursos naturais, via modelos extrativistas para valorizar a economia primário-exportadora e contrabalançar a balança de pagamentos da economia brasileira. (MILANEZ, SANTOS, 2013; ZORZAL E SILVA, 2004).

Por outro lado, desde as últimas décadas do século 20, emergiu um novo padrão de desenvolvimento capitalista, cuja fonte de produtividade, de acordo com Castells (2003), passou a ancorar-se nas novas tecnologias de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. A reestruturação das relações Estado/mercado, via reformas de cunho neoliberal, ao lado das inovações tecnológicas e mudanças organizacionais, gerou um novo padrão sociotécnico que produziu a expansão e rejuvenescimento do capitalismo, cujos efeitos tiveram configurações muito diferentes nas regiões e sociedades de todo o mundo. Na esteira destes processos de mudanças, na última década do século 20, estavam dadas as condições para intensificação dos processos de *globalização*, via nova infraestrutura propiciada pelas TIC's – tecnologias de informação e comunicação – e ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e de liberalização econômica postas em prática pelos governos nacionais e instituições internacionais.

É neste cenário de globalização dos mercados, que o poder dos grandes conglomerados e das multinacionais atingiram proporções inéditas, o controle dessas corporações dissociou-se dos proprietários, passando das mãos dos acionistas para as mãos dos diretores e gerentes (CASTELLS, 2003; KREITLON, 2004). Paralelamente, as últimas décadas do século 20 também foi marcada por protestos e contestações sociais. Inúmeros movimentos sociais passaram a dirigir seus questionamentos e suas reivindicações tendo como alvo as grandes empresas. Em suas pautas estavam os temas da poluição, do emprego, das discriminações raciais e de gênero, da destruição do meio ambiente, entre outros

Além disso, neste contexto, a vida se tornou cada vez mais marcada por incertezas futuras que ameaçam cotidianamente milhões de pessoas no mundo. Tais incertezas, segundo

²⁴ Sobre o Ciclo de boom das Commodities ver: WANDERLEY (2017). Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. Versos. V.1, Nº.1,

Beck (2011) são classificadas em três tipos: ameaças, riscos e incertezas fabricadas, que vem ocorrendo com maior frequência e gravidade na contemporaneidade. Estas incertezas são decorrentes da sociedade industrial moderna, que Ulrich Beck avaliou como peculiar à modernidade tardia na qual “a produção social da riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos” (BECK, 2011, p.23)

O aumento dessas incertezas fabricadas colocou no centro dos debates o tema das relações homem-natureza, ilustradas pelos efeitos das atividades humanas sobre o meio ambiente, tendo como questão central os riscos associados às interações específicas entre sociedade, tecnologia e meio ambiente. Tais debates permitiram uma maior compreensão do contexto de ocorrência de desastres, incluindo as vulnerabilidades que influenciam, em âmbito local, a probabilidade, a intensidade e a extensão dos impactos de desastres (OWEN et al., 2020). Dentre os danos e impactos que os desastres de diversas naturezas podem provocar, aborda-se aqui aqueles decorrentes do rompimento/colapso de barragens de rejeitos de mineração, que costumam ser classificados como desastres tecnológicos (BRASIL, 2016a)²⁵.

A dinâmica do desenvolvimento neoextrativista na América Latina tem se revelado insustentável, sobretudo diante da indiscutível tendência de aumento no número de falhas nas barragens de rejeitos *de alta gravidade*. Argumenta-se que, se não ocorrerem mudanças significativas nas regulamentações e nas práticas do setor, nem forem utilizadas tecnologias que reduzam substancialmente os riscos e aumente o controle nesta indústria (BOWKER, CHAMBERS, 2017) as sociedades extrativistas estão fadadas a sofrer crescentes ocorrência de graves desastres de barragens no futuro próximo.

Vale destacar que este contexto é permeado por conflitos, pois abrangem uma gama de interesses muitas vezes distintos, em que um amplo conjunto de atores se organiza a partir de diferentes posições de poder. A intensificação de conflitos socioambientais, bem como de novas formas de mobilização e de participação cidadã focadas na defesa de recursos naturais, da biodiversidade e do meio ambiente, constitui uma das consequências do atual modelo de desenvolvimento neoextrativista. Entre a década de 1990 e a atualidade, a manutenção de bases normativas favoráveis à mineração permitiu a expansão de um modelo que tornou claras as proximidades entre estes atores corporativos e o Estado brasileiro, ao garantir segurança

²⁵ A Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), classifica os desastres, conforme origem ou causa primária do agente causador, como naturais ou tecnológicos. Desastres tecnológicos incluem acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas, devido a falhas tecnológicas ou industriais, que resultam em perdas humanas ou impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos (BRASIL, 2012).

jurídica às empresas, bem como um negócio de alta rentabilidade (SVAMPA, 2013), em detrimento das populações que residem próximas as regiões ricas em recursos minerais.

Para facilitar a extração e exportação de matérias-primas, nos anos 2000, governos latino-americanos iniciaram grandes projetos de infraestrutura (ex.: hidrovias, portos, hidrelétricas). Caracterizou-se, assim, um “*estilo neoextrativista*” de desenvolvimento, do qual a indústria mineradora faz parte. Esse *estilo* contempla atividades capital-intensivas, geralmente operadas por grandes corporações transnacionais que extrapolam uma lógica meramente econômica, incluindo aspectos políticos intrínsecos à dinâmica extrativista, dada a crescente demanda global por *commodities* e a visão de uma América Latina como um lugar abundante de recursos naturais (SVAMPA, 2013).

Diante da forma como a mineração tem sido operada no território latino-americano e da dificuldade de autoridades locais de protegerem os direitos das comunidades nas quais as empresas operam, a população local e os ativistas buscam meios, inclusive recorrendo a atores internacionais, de resguardar seus direitos ou mesmo tentar exercer alguma regulação sobre a maneira como a atividade vem ocorrendo (MAHER; VALENZUELA; BÖHM, 2019).

Adicionalmente, as tensões e os conflitos provocados pelas obras que acompanham os processos mineratórios, causam elevados impactos nos territórios detentores de recursos minerais. Todavia, os processos de licenciamento para operar não levam informações claras sobre as consequências destes empreendimentos, muito pelo contrário tendem a pintar um cenário de prosperidade para as populações que residem nas áreas de influência direta dos mesmos. Quando em operação as pressões e conflitos sociais se avoluma diante dos múltiplos impactos advindos do descontrole de processos migratórios que, tendem a migrar para a região em busca de oportunidades, em face de uma população cada vez mais empobrecida e desesperada pela falta de alternativas econômicas. Neste sentido, alguns autores argumentam que de todas as atividades extrativistas, a mais contestada na América Latina tem sido a mineração de metais em larga escala (SVAMPA, 2013) e que essas regiões detentoras de recursos minerais enfrentam sérios abusos ambientais e de direitos humanos, agravados desde os anos 2000 (SMART, 2020).

Trata-se de uma dinâmica em que a interação entre atores transnacionais e Estados nacionais se revela complexa, especialmente em países nos quais os instrumentos normativos não costumam ser efetivados, na prática (LYRA, 2019). Neste contexto, se, por um lado, a comunidade atingida tem capacidade limitada para participar na luta por seus direitos e recorre, inclusive, a atores transnacionais que possam representá-los, por outro, os Estados, ao reivindicar autoridade sobre seus territórios, podem obstruir essa interação. Ressalta-se, ainda,

que não se trata apenas da capacidade dos governos de fazer cumprir normas, uma vez que o próprio Estado - e suas instituições - pode ser capturado, estando sujeito à corrupção, objetando sanções rígidas, de modo a favorecer corporações transnacionais (MORGAN; GOMES; PEREZ-ALEMAN, 2016).

O que Svampa (2013) denomina de “*Consenso de los Commodities*” coloca no centro do debate a implementação maciça de projetos extrativistas orientados à exportação apoiado por um espaço de maior flexibilidade em relação ao papel do Estado, culminando na aceitação de um *consenso* que reforça o discurso de que não existiriam alternativas ao atual estilo de desenvolvimento extrativista tanto por governos progressistas (que questionam o consenso neoliberal) quanto por conservadores. Esse debate se passa em campos perpassados por assimetrias de poder, no qual se entrelaçam racionalidades distintas de ação, esquematicamente ilustradas por: a) grandes atores econômicos (corporações); b) Estados²⁶; c) atores sociais.

Se os desastres, por si só, já são eventos inerentemente complexos e produzem uma ampla gama de demandas por reparações (ELLER, GERBER, BRANCH, 2015), aqueles que se fazem presentes em um ambiente de forte conflito socioambiental, podem revelar ainda mais como essas catástrofes são produtos daquilo que Svampa (2013) aponta como a perpetuação de uma estrutura “consensual” (*Consenso de los Commodities*). Nessa estrutura, o Estado se apresenta como um agente moderadamente regulador, atuando em um contexto multilateral, mas proximamente associado a capitais privados multinacionais, o que acirra disputas com a sociedade civil, inclusive pelo fortalecimento de ONGs e de movimentos sociais.

Nas situações em que o Estado assume um papel ativo, os regulamentos tendem a confirmar a associação com o capital transnacional. Apesar de buscar se estabelecer como um “discurso único”, o “consenso” parece permeado por vícios e contradições, associados ao crescentemente visível conflito socioambiental que a dinâmica extrativista gera (SVAMPA, 2013, p. 37). Conflitos esses que “[...] constituem cenários em que os agentes envolvidos ocupam posições assimétricas, em que uma distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico lhes define o poder de ação e enunciação” (ZHOURI et al., 2016, p. 37).

Para Lyra (2019), a dependência econômica e política da indústria extrativa mineral – ao qual associa à alta vulnerabilidade social e econômica e à propensão à lenta recuperação de um desastre – é um dos aspectos centrais para o qual os formuladores de políticas devem prestar

²⁶ Nesse contexto, a lógica do Estado costuma ser inserida em um espaço de geometria variável (SVAMPA, 2013). Isso porque ao mesmo tempo que articula uma visão de bens naturais como mercadorias, concebe-os como “recursos naturais estratégicos”, por meio do controle estatal da renda extrativa. Já para as “elites econômicas” (empresas), importa produzir mercadorias e transformar os espaços onde os bens naturais se encontram em territórios produtivos.

atenção em um contexto ligado aos riscos e aos impactos da mineração na América Latina. As grandes corporações apresentam um discurso que busca justificar suas operações com base na geração de empregos e no desenvolvimento econômico da região, muito embora os danos socioambientais sejam subestimados. Isso acaba por reforçar o apoio que a mineração tem de parte da comunidade, que espera que a empresa assuma a responsabilidade pelos danos causados e adote medidas legalmente determinadas, mas defende o retorno das atividades, por meio de pautas reivindicando a continuação para preservação do trabalho (VARELA, 2018). Conforme apontam Fontoura, Naves, Teodósio e Gomes (2019, p. 24), “[...] As ações e o discurso de RSE funcionam perfeitamente como mecanismos simbólicos que legitimam tal dependência, neutralizam conflitos e invisibilizam riscos e impactos da atividade.”

Essa lógica de dependência pode ser denominada de “vício da mineração” ou “minero-dependência” e é perpetuada por um *continuum* que reverte - ou torna invisível - a dependência das empresas dos bens minerais e dos recursos locais para operar, centralizando a importância das mineradoras para promoverem o desenvolvimento econômico da comunidade (FONTOURA; NAVES; TEODÓSIO; GOMES, 2019).

2.2 – A Samarco na transformação social e econômica de Anchieta – ES

Anchieta é um município localizado no sul do estado, a cerca de 80km da capital do Espírito Santo — Vitória — e com uma forte tradição pesqueira. Com a chegada da Samarco em 1973, além de outros grandes investimentos realizados nos municípios litorâneos próximos a capital, na mesma época, ocorreu um intenso crescimento urbano nesta região conformando a Região Metropolitana de Vitória. O município de Anchieta até então predominantemente rural, iniciou um processo de profundas transformações socioeconômicas e culturais. A Samarco impulsionou o crescimento econômico, e o crescimento populacional pela atratividade de emprego, crescimento e diversificação do comércio local. Além disso, a Samarco tem uma grande relevância na região pois é a única empresa de grande porte no local (PEROZINI, 2017). Após a chegada da empresa o município passou por transformações econômica, social e paisagística.

Vale frisar que as transformações ocorridas em Anchieta, e no estado do Espírito Santo de forma geral, resultaram de movimentos e ações planejadas pelos respectivos governos (Federal e Estadual) a partir dos anos de 1970. A implementação destas ações se concretizou na territorialidade dos municípios onde estes grandes investimentos foram realizados, muitas vezes, sem a construção de uma adequada infraestrutura urbana e de serviços no âmbito municipal, capaz de mitigar minimamente os impactos sociais e ambientais destes processos.

Como sublinhamos, acima, este processo teve suas raízes fundadas na lógica do desenvolvimentismo, que caracterizou as estratégias do Estado brasileiro durante a vigência do regime militar (1964-1979). Entre elas estava o incentivo à criação de *joint ventures* em parceria com o capital estrangeiro, para financiar os grandes empreendimentos de extração e exportação de recursos minerais (ZORZAL E SILVA, 2004).

2.2.1 – O início e a expansão da Samarco (1970 – 2015)

Segundo Zorzal (2004) entre 1968 e 1982 a intervenção estatal nas atividades minerais expandiu-se crescentemente. Esta expansão se verificou, sobretudo, “por meio da concessão de incentivos fiscais e financeiros, do fornecimento de insumos a preços subsidiados, da política de preços administrados e da instalação de infraestrutura energética e de transportes” (ZORZAL, 2004, p. 232). A importância da Companhia Vale do Rio Doce, hoje Vale S/A, neste contexto, reside no fato de que a empresa estatal, atuou como instrumento gerador de divisas para o país, desde sua consolidação no cenário nacional e internacional, nos anos de 1950. Com isso, nos anos 70 ela se estabeleceu como uma das maiores mineradoras do mundo, por meio da expansão, diversificação e conglomeração iniciada no limiar dos anos de 1960.²⁷

É neste cenário de expansão da CVRD e da política de governo dos militares, de apoio e de incentivo à expansão da mineração no Brasil, que as empresas S/A Mineração Trindade (SAMITRI), pertencente ao grupo Arbed, de Luxemburgo, controlador da siderúrgica Belgo Mineira, e a empresa peruana MARCONA, pertencente a norte americana Utah Internacional, decidiram se associar para criar, em 1973, a Samarco Mineração S/A. O depoimento do presidente da Samarco, à época, sobre a decisão de localizar a planta industrial da empresa em Anchieta, revela os vínculos existentes entre esta decisão e as estratégias de expansão da CVRD, no bojo da política expansão da mineração dos governos militares.

A primeira ideia era exatamente ter uma jazida onde fosse produzido um ótimo concentrado e que ele fosse transportável pelo mineroduto e, ao chegar no Espírito Santo, nós teríamos um porto de águas profundas onde seria embarcada a polpa; a água seria retirada dentro do navio e nós levaríamos esse concentrado para algum lugar do mundo onde houvesse disponibilidade de gás a preços muito baixos, como era o caso, na época, da Arábia Saudita. A ideia era, portanto, que a *peletização* fosse instalada na Arábia Saudita. Mas [...], na aprovação desse projeto, no governo Geisel (1974/78), houve pressão para que se adicionasse maior valor ao produto no Brasil. E foi, coincidentemente, a época em que a Companhia Vale do Rio Doce imaginou seus primeiros projetos de *peletização* no porto de Tubarão (ES). O governo federal deu incentivos para que esses projetos fossem implantados aqui no Brasil e, com isso, a VALE implantou suas *peletizações* e a Samarco decidiu por implantar sua usina em Ponta de Ubu (Anchieta), (Osvalteni Brito *apud* ZORZAL, 2004, p. 246).

²⁷ Sobre as estratégias de expansão da CVRD ver: ZORZAL (2004)

É importante registrar de passagem, que as décadas de 1970 e de 1980, para o estado do Espírito Santo, compreendeu um período de grandes mudanças sociais e econômicas, que transformaria radicalmente o perfil socioeconômico estadual. De uma economia primário-exportadora de reduzida magnitude até os anos de 1960, o ES saltou, neste período, para uma economia urbano industrial, baseada na produção de *commodities* minerais (ZORZAL, 2004, p. 245, CAMPOS JÚNIOR, 2002; 2005).

Pautado no discurso do desenvolvimento econômico, a inserção de indústrias de produção siderúrgica, de celulose e a expansão do complexo ferroviário-portuário transformou a economia capixaba, enquanto parte de uma estratégia planejada pelos governos federal e estadual. Abrir o território para investidores estrangeiros foi a estratégia para alavancar a economia estadual e livrá-la da monocultura cafeeira, predominante até o final dos anos de 1960, e desse modo, inserir o ES no cenário das transformações econômicas mundiais (ZORZAL E SILVA, 2004; TSCHAEN; MELLO; ROSA, 2021). A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) com os grandes investimentos atraídos pela Companhia Vale do Rio Doce, nos anos de 1970 e 1980, — Aracruz Celulose (hoje Suzano), a Companhia Siderúrgica do Tubarão (CST) (hoje Arcelor Mittal), a Samarco Mineradora S/A, entre outras — em pouco tempo viu um processo de urbanização acelerado que, do ponto de vista social, deixou muitas sequelas. Entre elas grandes aglomerados de urbanização precária, sobretudo nos municípios vizinhos à capital, violência urbana, além de ter sobrecarregado os sistemas de serviços públicos e de transportes urbanos, entre outras consequências (CAMPOS JÚNIOR, 2002; 2005, MATOS, 2010).

Posteriormente, no limiar década de 1990, sob o discurso neoliberal, que se tornara hegemônico no plano mundial desde os anos de 1980, o Brasil iniciou o programa de Reforma do Estado, preconizado pelos órgãos multilaterais de crédito. Entre as principais vedetes das reformas estava a transferência de ativos do Estado para o setor privado por meio das privatizações. Neste contexto, todas as empresas criadas no Espírito Santo, ligadas ao complexo siderúrgico mineral e de celulose, foram privatizadas nos anos noventa, inclusive a própria Companhia Vale do Rio Doce, que nos anos 2000, mudou seu nome para Vale S/A. A grande maioria destas empresas foram adquiridas por capital estrangeiro, ou em associação minoritária com o capital nacional.

Como consequência a economia estadual passou a ter uma predominância de multinacionais estrangeiras localizadas, sobretudo, no litoral capixaba, cuja lógica de apropriação e acumulação de valor reproduz a estrutura neoextrativista predominante no Brasil e na América Latina. O controle dos bens naturais através dos países do norte global e a

conveniência dos países do sul global reforçam tal ciclo de dependência econômica e asseguram a assimetria de poder. Após a exportação da matéria prima e a sua transformação em produtos, estes são reintroduzidos no Brasil com preço muito maior (SVAMPA, 2013; PEROZINI, 2017).

A Samarco foi a primeira empresa de grande porte a se instalar na região do sul do Espírito Santo. Como foi dito, a expansão industrial no território capixaba produziu diversificação da economia capixaba, fomentada pelo grande capital estatal e estrangeiro, a partir da década de setenta. Este processo foi marcado pela instalação e expansão dos chamados “grandes projetos” – grandes unidades industriais focadas na produção de bens intermediários (*commodities*) –, cujo objetivo estratégico era deter, ou minimizar, a reversão ocorrida após o fim do período conhecido como “milagre econômico” da economia brasileira. Foi neste contexto que a Samarco Mineração S/A foi construída no litoral sul capixaba.

Vale destacar que os referidos “grandes projetos” foram instalados na sua maioria no litoral do Espírito Santo, em um raio de aproximadamente de 80 km ao norte da Ponta de Tubarão em Vitória a Fibria Celulose S/A (hoje Suzano), e 80 km, ao sul, a Samarco Mineração S/A. Desde então, a economia e a distribuição espacial da população no território estadual vêm passando por profundas transformações. Além disso, como os empreendimentos foram bancados pelo capital estrangeiro e estatal, os estreitos vínculos das empresas com o mercado internacional se fortaleceram. Neste sentido, cerca de 90% da produção industrial das referidas empresas é destinada ao exterior. Sobre este ponto, Zorzal e Silva (2004) explica que:

... com esse nível de abertura e de vínculos com o mercado externo, o Espírito Santo acabaria se constituindo num dos espaços regionais brasileiros onde as tendências à globalização se manifestaram de forma contundente, principalmente nos anos 90, quando tais tendências se apresentariam de forma mais clara. Especialmente no que tange à questão da emergência de sub-regiões nacionais, nas quais as ‘vantagens competitivas construídas’ passam a ter um papel cada vez mais determinante nas estratégias empresariais [...]. (ZORZAL E SILVA, 2004, p.247)

É, portanto, este o contexto que caracterizou a economia do Espírito Santo, a partir das últimas décadas do século XX, cujas tendências criaram as bases para a expansão e o crescimento acelerado da Samarco Mineração S/A na conjuntura favorável à exportação de produtos da mineração na primeira década do século XXI.

2.2.2 – Características do complexo industrial e portuário instalado em Anchieta - ES

A empresa Samarco está instalada nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e possui uma logística operacional parecida com a da Vale S/A (mina-ferrovia-porto), que se baseia no sistema mina-mineroduto-porto. O minério é extraído em Minas Gerais (Ouro Preto e Mariana) e é transportado para Anchieta (ES) via mineroduto, onde passa por um processo de beneficiamento industrial e posteriormente é enviado aos mercados consumidores.

A polpa de minério é bombeada pelo mineroduto de quase 400km de extensão, atravessando 24 municípios, que leva o concentrado de minério misturado com água da mina em Germano, MG, até Ubu no Espírito Santo, onde é transformado em pellets de minério e colocado nos navios para a exportação. Em 1997 a empresa havia concluído a construção da segunda pelotizadora. Logo após, nos anos 2000, a Vale e a BHP Billiton compraram a Samarco e se tornaram acionistas principais dela, transformando-a em uma *joint-venture*. Em 2008 a empresa concluiu a terceira expansão com a inauguração do segundo mineroduto e da terceira pelotizadora, e, por fim em 2014 a Samarco inaugurou a quarta usina de pelotização em Ubu e o terceiro mineroduto (SAMARCO, 2022)²⁸.

A Figura 3, a seguir, mostra a rota dos minerodutos da Samarco entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Figura 3 - Rota dos Minerodutos



Fonte: <http://revistaecologico.com.br/revista/edicoes-antiores/edicao-80/o-unico-impacto-e-a-abertura-de-valas-na-terra/>

O Quadro 3 mostra a trajetória de desenvolvimento da empresa na região com destaque para as obras de expansão.

²⁸ Informações obtidas no site da Samarco na seção de 'Nossa História'. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-historia>. Acesso em Novembro 2021.

Quadro 3 – A História da Samarco e sua expansão em Anchieta, ES

1972-1975	Início das obras de construção da Samarco (1ª usina pelletizadora , mineroduto e porto).
1977	Início das atividades produtivas e produção de 2,6 milhões de toneladas de pelotas em 1978.
1991	Início da construção da 2ª usina pelletizadora .
1996	Inauguração da 2ª usina e produção de 14,93 milhões de toneladas de pelotas em 1997.
2000	Vale e B.H.P. compraram a Samarco.
2005	Início da construção da 3ª usina pelletizadora e do 2º mineroduto ligando a usina de Germano (MG) à usina de Ubu em Anchieta (ES).
2008	Início do funcionamento da 3ª unidade pelletizadora, alcançando a produção de 21 milhões de pelotas de ferro e aumento de 54% da capacidade produtiva.
2012	Início das obras da 4ª usina pelletizadora com previsão de 8,25 milhões de toneladas suplementares de minério de ferro, alcançando 30,5 milhões de toneladas/ano de pelotas. Acrescentam-se ainda as obras de construção de 3º mineroduto, o qual novamente atravessa a estação ecológica Ilha do Papagaio.
2014	Inauguração da 4ª Usina e do 3º Mineroduto .
2015	No dia 05 de novembro de 2015 houve o rompimento da barragem de Fundão , no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km da cidade de Mariana-MG, provocando um grave vazamento de rejeitos de mineração para o meio ambiente e 19 mortes
11/2015 a 11/2020	Samarco Mineração S/A foi paralisada
12/2020	Retomada das operações.

Fonte: CORREA, 2013 *apud* PEROZINI, 2017, (adaptações próprias).

Com a instalação da Samarco e início de suas atividades no final dos anos de 1970, se iniciou o processo de metropolização, ou seja, o município foi colocado como receptor de fluxos migratórios e de renda, o que por consequência também acarretou problemas infraestruturais. O setor terciário da economia local, entre 1970 e 1977, mais do que duplicou. De um patamar de 15% chegou a 42%, devido a necessidade de mão de obra para a construção da Samarco e para setores adjacentes de prestação de serviços, como hotelaria, restaurantes e mercearias. O setor secundário, em 2014, chegou a representar de 80% da economia do município (PEROZINI, 2019). Confrontando estas mudanças com a configuração social e econômica do município antes da instalação da empresa percebe-se a magnitude das mesmas. A economia

municipal, historicamente era focada no setor primário, principalmente a pesca artesanal e a agricultura que representavam 79%, o que demonstra o quanto no período de quase quatro décadas, ela foi reestruturada completamente, pois, em 2014, o setor secundário passou a representar 80% do PIB municipal.

Outro fator relevante na dinâmica das mudanças provocadas, decorre dos impactos provocados no meio ambiente, na paisagem e na morfologia do litoral sul do Espírito Santo. O valor sociocultural que o litoral capixaba tem para a população, não só do Espírito Santo, mas também de Minas Gerais e demais regiões interioranas, tanto em termos de espaços de lazer e turismo como de relações pretéritas estabelecidas, compõem um dos principais traços constituintes da morfologia social, econômica, política e geográfica da territorialidade do estado do Espírito Santo. Deste ponto de vista, de acordo com Zanotelli (2014, p. 10) “a valoração do litoral pelas [novas] atividades econômicas que ali se inserem provoca conflitos de ordem diversas que desestruturam os espaços e os territórios daqueles ali instalados antes da chegada dos grandes atores institucionais e industriais”

De fato, com a instalação da Samarco no litoral de Anchieta, o território sofreu profundas mudanças que impactaram principalmente os moradores e povos tradicionais ali residentes. Por exemplo, para a construção do porto ocorreram sete dragagens no fundo do mar no local que hoje está o porto de Ubu, causando mudanças nas direções das ondas e fluxos marinhos, impactando a reprodução da vida marítima e impossibilitando, por fim, a pesca e a coleta de sururu para os pescadores das regiões de Ubu e Parati (ZANOTELLI, 2014). No mais, ocorreram diversos conflitos socioambientais e de desapropriação de moradores que se encontravam nas áreas que foram destinadas para a área industrial.

Segundo dados do IBGE, em 2021 a população estimada de Anchieta é de 30.285 pessoas. Analisando esse número, notamos o imenso crescimento populacional ocorrido na região. Em 1970 existiam cerca de 11.361 habitantes. No ano 2000, esse número dobrou e foi para 20.483, ou seja, em 30 anos a população praticamente dobrou de tamanho. Entre 2000 e 2021, a população cresceu novamente em cerca de 10.000 pessoas (PEROZINI, 2019; IBGE, 2021). Mattos (2014), por outro lado, concluiu que se observa “na cidade, um crescimento de desigualdades econômicas e sociais, alta concentração de renda, chegada de migrantes, segregação do espaço urbano, crescimento da violência, além de uma maior destruição do patrimônio cultural e ambiental” (MATTOS, 2014, p.111). Esse grande fluxo de pessoas para o município transformou sua paisagem social ao ponto que se formaram moradias irregulares tanto no município como nas periferias das cidades adjacentes, e a infraestrutura chegou ao seu limite, não comportando a quantidade de pessoas e o fluxo de bens e serviços. Com isso, os

serviços de saúde, educação e transporte se tornaram mais precarizados. Perozini (2017) citando Castells (2001) argumenta que o espaço urbano é moldado de acordo com os interesses empresariais, que analisam o território de acordo com seus interesses econômicos, sem avaliar os aspectos sociais ou histórico-culturais que suas ações empreendedoras naquele ambiente podem causar.

Os impactos da construção da quarta usina de pelotização agravaram em muito as consequências já sofridas anteriormente, porém foram relativizados pelos órgãos ambientais e pela própria empresa. A poluição aérea, sonora e das águas são problemas graves, que nos relatórios de impacto ambiental são relativizados. Principalmente a lagoa de Mãe-Bá tem sido um ponto de confronto de muitos moradores e ambientalistas, pois a Samarco descarta a água que conduz o minério extraído em Minas Gerais para Anchieta nela, supostamente tratada. Porém, mesmo assim ainda contém altos níveis de metais pesados e poluição, condição que torna o consumo da água perigoso para as pessoas. “O bairro Mãe-Bá que surgiu ao lado das usinas e onde moram trabalhadores do polo industrial, localizado entre a Samarco e a lagoa, sofre com as emissões de poluentes e com o barulho ensurdecedor das unidades industriais, como também lança esgotos na referida lagoa” (ZANOTELLI, 2014, p.4).

Vale frisar, que até 2015, a empresa vinha ano a ano superando sua capacidade de produção e de exportação em relação aos anos anteriores. Em 2014 a Samarco foi responsável por 4,7% do PIB do Espírito Santo e, em 2015, o equivalente exportado por Anchieta foi de 1% do total exportado pelo Brasil (LAHASS, 2020).

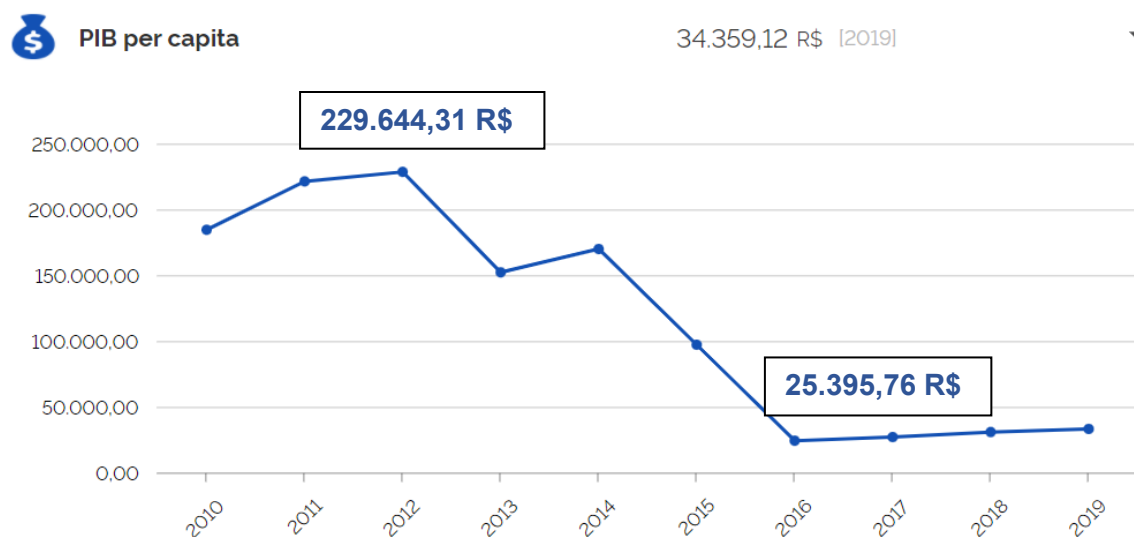
2.3 – Anchieta após a paralisação da Samarco

Em 05.11.2015 rompeu a barragem de Germano e Santarém, em Mariana-MG, causando o maior desastre de rompimento de barragens no mundo. Por mais que Anchieta não tenha sido diretamente impactada pelo rompimento da barragem, o município sofreu fortes perdas de renda e arrecadação de imposto devido a parada repentina da empresa, que acarretou muitos problemas financeiros, que por consequência, levaram a problemas sociais, tais como aumento de violência, alcoolismo e abuso de drogas entre outros.

A parada repentina das ações da empresa acarretou o colapso financeiro das regiões que tinham toda a sua cadeia produtiva voltada para o empreendimento com pouca diversificação. O município de Anchieta perdeu cerca de 50% de arrecadação da sua receita (LAHASS, 2020).

Na análise do PIB per capita de Anchieta se nota a vulnerabilidade e as oscilações de renda que a atividade mineratória causa ao município. O Gráfico 1 mostra a magnitudes dessas oscilações.

Gráfico 1 - PIB per capita do município de Anchieta



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.

Através do PIB per capita de Anchieta se notam dois fatores. Primeiro o pico ocorrido em 2012, chegando ao valor de R\$ 229.644,31 reflexo principalmente da supervalorização do minério de ferro e do ciclo de *boom das commodities*. Porém, apenas um ano depois, em 2013, o PIB cai para aproximadamente R\$ 150.000, tendo uma redução de cerca de R\$ 80.000. Essa queda abrupta se intensifica ainda mais a partir do ano 2014, quando se instalou a crise econômica. Por fim, a análise dos anos 2016 a 2019 demonstra com clareza também o impacto que a parada da Samarco teve sobre a arrecadação do município e sua renda. Em quatro anos o PIB teve uma oscilação de aproximadamente R\$ 200.000.²⁹

Em relação ao emprego, logo após o rompimento cerca de 1200 terceirizados foram demitidos e os 1800 efetivos foram orientados a aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV). Como os funcionários da empresa também sustentavam e moviam principalmente a economia local, todos os setores que se formaram em torno das atividades da empresa (hotelaria, restaurantes, etc.) perderam cerca de 60% de seu faturamento bruto (PEROZINI, 2019).

Cinco anos após o rompimento, e após longos processos de luta por reparação dos atingidos, a Samarco retomou suas atividades. Segundo notícia de dezembro de 2021,

²⁹ Para mais detalhes em relação aos efeitos financeiros do desastre ocorridos em Anchieta consultar Perozini (2019).

constando um ano já da retomada da empresa, a Samarco produziu 7,7 milhões de toneladas de minério e voltou a atender seus principais clientes. Tal quantidade se refere a aproximadamente 26% de sua capacidade produtiva antes do rompimento.³⁰

Sobre a paralisação da empresa e a retração econômica que o município enfrentou, o discurso prevaleceu focado na importância da retomada das operações. A exportação de minério continua sendo o principal pilar da economia capixaba, mesmo tendo sido demonstrado que a dependência econômica da exportação de minério acarreta vulnerabilidades socioeconômicas e ambiental que, por fim, reforça a situação minero-dependente do município. Tal como Svampa (2013) argumentou o “Consenso das *Commodities*” continua a ter apelo, mesmo após o maior desastre e crime ambiental ocorrido no Brasil e no mundo.

Sobre este aspecto, Tschaen, Mello e Rosa (2021) argumentam que a estratégia da Samarco e de outras empresas do ramo é de converter seus interesses econômicos em finalidades sociais. Diante deste discurso a população se sente engajada nos fins empresariais e colocam o crescimento econômico como sendo de utilidade pública, mesmo a população não usufruindo dos frutos deste crescimento econômico.

Diante desse cenário, a dinâmica econômica e social que se desdobrou no município pode ser caracterizada como *company town* (SANTOS; MILANEZ, 2018), cujo conceito compreende a inserção de uma grande empresa em um local remoto com baixa infraestrutura e economia de reduzida magnitude. No caso de Anchieta tratava-se de uma economia fundada em relações de trabalho familiar, o que propiciou a criação de uma ampla cadeia de dependência econômica em torno do empreendimento, expressa no aumento da receita municipal e na atratividade de empregos que criou um efeito de adesão social por parte da sociedade. Tais dinâmicas fortalecem a identificação da população com o empreendimento, e esse sentimento é fortalecido e sustentado através de ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

³⁰ Samarco faz balanço de um ano da retomada das operações e apresenta resultados que gera para os territórios onde atua. (16.12.2021), disponível em <https://www.samarco.com/samarco-faz-balanco-de-um-ano-da-retomada-das-operacoes-e-apresenta-resultados-que-gera-para-os-territorios-onde-atua/> (Acesso em: jan 2022).

CAPÍTULO III

As estratégias de Responsabilidade Social Corporativa da Samarco

Este capítulo tem por objetivo analisar à luz do arcabouço teórico analítico descrito no capítulo 1 as estratégias da Samarco no processo de implementação da sua política de Responsabilidade Social Corporativa. A intenção é demonstrar as conexões existentes entre a abordagem teórica e a dimensão operacional da empresa, ressaltando o modo como ela utiliza as ações de RSC para atingir objetivos de enraizamento social no território, ao mesmo tempo em que consolida estratégias institucionais de captura de valor ampliando assim seus ganhos econômicos e financeiros.

Iniciando pela responsabilidade econômica e sua conexão com as estratégias empresariais de mercado, financeiras e de relações de trabalho, a análise focou no período entre 2000 e 2015, recorte temporal da pesquisa. O recorte inicial estabelecido no ano de 2000, marca uma importante mudança institucional da Samarco Mineração S/A que deixou de ser uma sociedade de economia fechada para se tornar uma *joint venture*, após sua aquisição pela Vale S/A e a BHP Billiton do Brasil Ltda., dividindo seu capital acionário em partes iguais entre ambas³¹. A configuração como uma *non operated joint venture*, permite a gerência da Samarco demarcar uma certa autonomia em relação às suas acionistas, Vale S/A e BHP Billiton no que tange às relações trabalhistas³² e em relação a gestão do complexo produtivo em si: “a mina utilizada para extração do minério, os minerodutos de transporte, as usinas pelletizadoras e o porto pelo qual se exportam as pelotas são todos da Samarco, sendo as atividades da Vale exercidas, oficialmente, em outros complexos” (BARBOSA, 2019, p. 5).

O corpo de acionistas da Samarco é muito amplo e diverso, o que o torna pulverizado e os lucros obtidos em sua maioria se destinam aos acionistas externos. Este fato também complica os processos de reparação de danos e responsabilização no caso do rompimento da barragem de Fundão (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016). Além disso, a captura de valor é muito variável devido às constantes mudanças no mercado internacional. A mineração tem uma alta margem de lucro no momento que a rede produção e exportação para o mercado internacional estão em uma conjuntura favorável. Porém, em conjunturas adversas os lucros

³¹ A Samarco funciona como uma *non operated joint venture*, em que a BHP Billiton opera como um mero investidor, transferindo a responsabilidade operacional para a Vale – que exerce controle pulverizado, contando com outros investidores. A Valepar, que detém 53,9% de participação no Conselho de Administração da Vale, ainda precisa representar os interesses de seus próprios investidores, sendo assim uma controladora efetiva, porém intermediária (Milanez, Santos e Mansur, 2016).

³² Para uma análise das relações trabalhistas da Samarco ver: BARBOSA (2019)

tendem a cair muito, conformando ciclos de altas e baixas nos preços das *commodities*³³. Na fase expansiva (2003-2012), como apontado no capítulo anterior, a mineradora Samarco surfou na onda de expansão, fez grandes investimentos para ampliar sua capacidade produtiva. No entanto, na fase de descenso, a partir de 2013, com a drástica queda do preço do minério no mercado internacional, isto se refletiu na dinâmica de produção da mineradora para compensar a queda do preço com o aumento da produção.

Nesse contexto, especialistas tem apontado que há uma relação estrutural entre os ciclos da valorização de minério e a ocorrência de rompimentos de barragens. Primeiro porque em períodos de boom (preço do minério alto) as mineradoras têm pressa em aumentar excessivamente a produção, muitas vezes não analisando em toda sua complexidade o território, ou optando pelo uso de tecnologias mais simples e baratas, muitas vezes em detrimento de tecnologias mais seguras ou com maior eficácia. A pressão aos órgãos ambientais para concederem licenças de operação também influencia na qualidade do estudo e na preparação do local. Além disso, o período de boom também requer muitos profissionais da engenharia no curto prazo, o que pode aumentar o endividamento da empresa e resultar na contratação de profissionais com pouca experiência. O aumento da produção por conta da oscilação do valor, e depois com os períodos de recessão, causam uma redução drástica de recursos (humanos, materiais, tecnológicos) o que potencializa o elevado risco de acidentes (MANSUR, *et al.*, 2016, WANDERLEY, 2017).

Este cenário de inseguranças do ponto de vista da empresa em relação às mudanças no valor do produto, à finitude das reservas naturais, às condições de trabalho e às tecnologias disponíveis, conduz a um planejamento de curto prazo, focado na exploração imediata, até que a mina chegue na sua máxima capacidade de exploração. Esta estratégia de planejamento interfere no valor do minério como um todo, bem como nas condições de segurança da atividade de mineração, cujos riscos de desastres de barragens têm sido cada vez mais recorrentes, com maior intensidade e abrangência destrutiva.

No âmbito da segunda dimensão da RSC - responsabilidade legal – estão as estratégias institucionais da empresa, implementadas ao longo de sua trajetória de expansão, desde 1979 até 2014. Estas estratégias, no caso das corporações mineradoras, no Brasil, podem ser bem compreendidas por meio dos entrelaçamentos historicamente constituídos entre as mineradoras e o governo brasileiro. Este entrelaçamento tem seus vínculos mais perenes estabelecidos desde

³³ Ciclo das *commodities* é o período no qual o preço das matérias-primas se mantém por um período acima da média histórica, em um ciclo de alta dos preços dos produtos primários (minerais e agrícolas), depois devido a mudanças no mercado internacional caem. GOMIDE, *et. al.* (2018). Para uma análise mais ampla sobre os ciclos das Commodities na América Latina, ver, entre outros: CORSI; SANTOS; CAMARGO (2019).

a era Vargas (1930-1945), quando se institucionalizou o aparato do Estado-Nação brasileiro e se estabeleceu os principais mecanismos de regulação da atividade minerária, bem como se definiu os rumos do Brasil em direção a constituição da sociedade industrial moderna. Neste contexto, a instalação e expansão da indústria mineradora se consolidou atrelada ao projeto político desenvolvimentista brasileiro, cuja gênese data do final dos anos de 1930 (ZORZAL, 2004). Com isto, desde então o setor minerário conta com uma série de políticas de apoio e incentivos para a expansão de suas atividades, assim como facilidades para obtenção da concessão de licenciamentos (Idem).

Ademais, as empresas possuem distintos mecanismos consolidados para influenciar decisões políticas ao seu favor, ampliando, assim, seus privilégios. Entre estes destaca-se o trabalho de lobby no Congresso Nacional que é facilitado por meio do financiamento de campanhas. Este é considerado um instrumento de alargamento do poder corporativo assimétrico, pois permite alterar e influenciar decisões governamentais a favor dos interesses das empresas, minimizando e restringindo o acesso e o poder de influência de grupos de oposição. Este processo é compreendido como captura corporativa de mandatos políticos (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016), que, ao lado da concepção de ‘porta-giratória’ — estratégia de mobilidade de profissionais de empresas privadas para cargos públicos e vice-versa — expande ainda mais a influência das corporações mineradoras, garantindo desse modo a representação dos interesses corporativos nas instituições públicas (SANTOS; MILANEZ, 2018).

Sobre este aspecto, Svampa (2013) argumenta que esta estrutura de entrelaçamento permite que os detentores de poder político se alinhem com os interesses empresariais de forma a criar um ‘consenso’ sobre a atividade econômica, cuja estrutura reforça e aumenta o poder das elites econômicas na esfera estatal e torna, por conseguinte, mais difícil de se realizar intervenções públicas ou até dar voz a opiniões contrárias das populações atingidas pela atuação empresarial.

As dimensões denominadas por Carroll (1991, 2016) de responsabilidade ética e responsabilidade filantrópica estão estreitamente vinculadas as estratégias social e territorial de enraizamento que remete as ações sociais e culturais que a empresa realiza no seu entorno. Como já apontado, a responsabilidade ética se desdobra nas estratégias sociais que foca na criação de vínculos de dependência que propicia o enraizamento em rede, enraizamento territorial e enraizamento social da empresa nos espaços onde estão as jazidas minerais e onde se localiza seu sistema operacional. Além disso, elas estão diretamente ligadas à construção da imagem da empresa e a sua legitimidade, aspectos importantes para obtenção da Licença Social

para Operação nos órgãos de controle ambiental. Também cumprem papel primordial ao contribuir para evitar os chamados riscos sociais que podem inviabilizar o funcionamento da empresa e por consequência, representar um risco financeiro. Tais riscos sociais se referem por exemplo a ação de movimentos sociais que se opõem a instalação da empresa, por isso denunciam as suas operações ou, por exemplo, bloqueiam vias de acesso. Para tanto, a empresa adota estratégias chamadas de ‘neutralização’ dos riscos sociais através de distintos mecanismos de captura corporativa da opinião pública, assunto que será um dos focos de análise desse trabalho (PINTO, 2011). Entender os mecanismos de enraizamento e como estes operam sobre a noção de responsabilidade ética é uma das questões principais a serem investigadas.

3.1 Análise dos relatórios – Períodos de expansão

Para a análise foram resgatados os Relatórios de Sustentabilidade obtidos no Site da Samarco³⁴. Pela iniciativa da GRI (*Global Reporting Initiative*) os relatórios de sustentabilidade e a demonstração das atividades financeiras devem ser tornadas públicas, demonstrando a transparência da empresa e reforçando seu compromisso com as questões sociais. Em análise estão os relatórios do ano 2005 ao ano 2015, ano que ocorreu o rompimento da barragem em Mariana.

Na análise dos relatórios foram definidos quatro subperíodos que permitem classificar os momentos da trajetória da empresa de acordo com a situação socioeconômica e sua estratégia de expansão. Entre os anos 2005 e 2015 a empresa investiu em grande escala em sua expansão, construindo mais dois minerodutos e duas usinas de pelotização em Anchieta. A implementação destes projetos permitiu a Samarco aumentar massivamente sua produção e exportação de pelotas, e com isso aproveitar o período econômico classificado como ‘*boom das commodities*’. Porém, mesmo no período da crise econômica mundial nos anos 2008 e 2009, a empresa não diminui seus projetos de expansão, pelo contrário, o mercado de minério continuava aquecido, e ela continuou sua escalada de expansão. O Quadro 4, a seguir, mostra os principais investimentos realizados no período e seus respectivos montantes.

³⁴ Atualmente no site se encontram os relatórios dos últimos 10 anos, porém os relatórios de 2005 a 2010 foram resgatados no início da pesquisa em 2018.

Quadro 4 – Expansão da Samarco entre 2005 e 2015

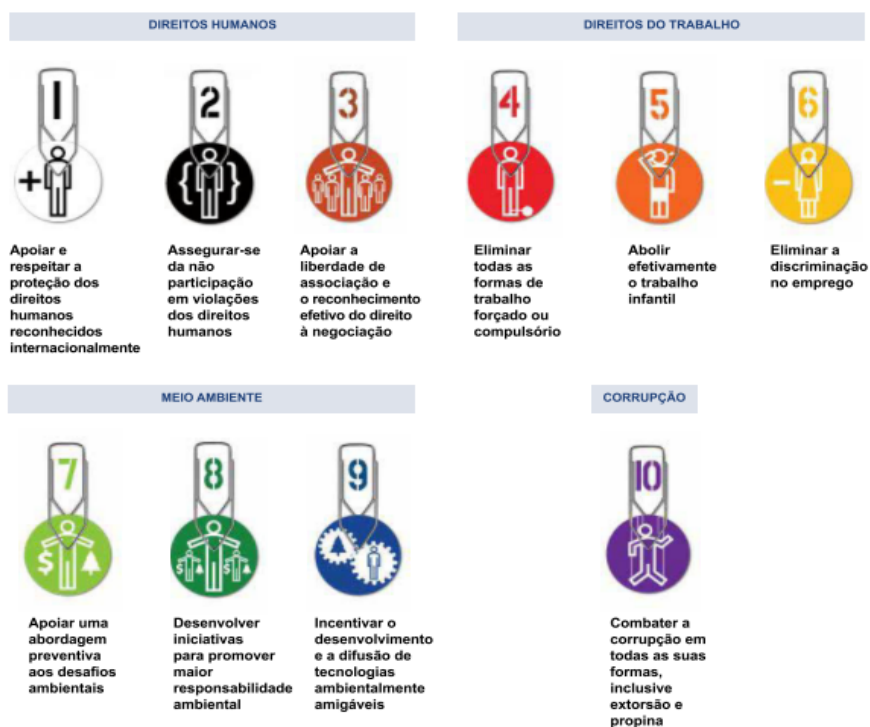
Período	Anos	Expansão	Investimento US\$
I	2005 a 2007	<u>Primeira expansão significativa:</u> ▪ Construção da terceira usina pelletizadora (P3P) ▪ Construção do segundo mineroduto	1,3 bilhões
II	2008 a 2010	▪ Início do funcionamento Usina Pelotizadora P3P ▪ Samarco eleva capacidade produtiva em 54%	
III	2011 a 2013	<u>Segunda expansão significativa:</u> ▪ Construção quarta Usina Pelotizadora (P4P) ▪ Construção do terceiro Mineroduto	2,99 bilhões
IV	2014 a 2015	▪ Usina Pelotizadora P4P inicia funcionamento ▪ 10 meses de funcionamento da empresa	4,29 bilhões
05/11/15		Rompimento da Barragem Fundão Paralisação das atividades empresariais.	

Fonte: Balanços Financeiros da Samarco S/A de 2005 a 2015

3.2 Análise dos Relatórios – Principais características

O perfil dos relatórios não segue um padrão de apresentação das informações. Somente os relatórios do ano 2005 a 2007 são bilíngues, apresentando as informações em português e em inglês. Já a partir do relatório de 2008 a empresa apresenta as informações somente em português. Além disso, a partir de 2008, a empresa incluiu títulos nos inícios dos capítulos sinalizando a qual aspecto dos temas definidos no Pacto Global e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o capítulo do relatório se refere. A Figura 4, extraída do Relatório Anual de Sustentabilidade da Samarco (RASS), de 2008, mostra quais são esses indicadores.

Figura 4 - Indicadores do Pacto Global



Fonte: Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco, 2008, p.13

Figura 5 – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio



Confira mais detalhes no site www.objetivosdomilenio.org.br

Fonte: Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco, 2008, p.14

Cabe destacar ainda que os relatórios anuais não têm um padrão regular para expor as informações relativas as atividades de RSC. A cada ano as temáticas mudam, bem como a forma como as informações são expostas. Tal característica, além de dificultar o acompanhamento dos investimentos feitos em cada atividade, bem como obter feedback para identificar em que medida os indicadores do Pacto Global e de Desenvolvimento do Milênio estão sendo atingidos, inviabiliza uma leitura comparativa. A descontinuidade de muitas ações acaba tornando o investimento pouco eficaz, na medida em que não consolida ou pereniza práticas que poderiam contribuir sim, para mudar a situação de dependência e de enclave econômico que caracteriza o município, conforme discutimos no item 3.2.

3.3 – Análise dos Relatórios - Definição dos códigos e classificação dos temas e subtemas

Para a análise foram definidos códigos e subcódigos de acordo com os temas observados nos relatórios que, após uma revisão, foram reagrupados para mapear as diferentes frentes de ações que a Samarco adota em sua política de Responsabilidade Social Corporativa. Não foram considerados na codificação os diversos programas de capacitação, treinamentos e cursos profissionalizantes para os funcionários, apesar dos relatórios conterem grande número de programas e ações nesta linha. Isto porque o propósito da pesquisa está voltado para as ações direcionadas para as comunidades, por isso essa dimensão não fez parte do escopo da análise. O Quadro 5, a seguir, mostra os códigos e subcódigos identificados, bem como traz uma descrição do tipo de informação que foi agrupada em cada um dos códigos e seus respectivos subcódigos.

Quadro 5 – Codificação dos Temas e Subtemas contidos nos Relatórios		
Códigos	Subcódigos	Descrição
Indicadores		Contém modelos e ferramentas de análise da atividade empresarial, índices e porcentagens de aceitação e de suporte à empresa
	• Contribuição para o Desenvolvimento Local • Ethos • Reputação • Satisfação & Favorabilidade	Trata-se das categorias utilizadas para medir os temas que compõem os indicadores
Socioambiental		Contém informações relacionadas a gestão socioambiental
	• Educação • Preservação Ambiental	Programas que promovem a educação ambiental e as iniciativas de proteção ao meio ambiente.
Comunicação		Atividades de Comunicação
	Comunicação	Contém as diferentes frentes de comunicação da empresa destinada a sociedade, também denominado de Diálogo Social nos relatórios
Construção		Trata-se das obras, construções e reformas que a Samarco realizou nas comunidades
	• Condicionante	Trata-se das obras decorrentes do cumprimento de condicionantes ambientais ou licenças para operação.
	• Hospital de Anchieta (Ampliação)	Obra de grande relevância para Anchieta
Colaboradores ³⁵	Colaboradores	Contém atividades planejadas para os colaboradores: Imposto Solidário e o

³⁵ Não estão contabilizados neste código os diversos programas de capacitação, treinamentos e cursos profissionalizantes para os funcionários, mesmo sendo uma frente grande nas ações de RSC, porque o propósito da pesquisa está focada nas ações voltada para as comunidades, por isso não faz parte do escopo de análise.

		Programa de Voluntariado, as quais a empresa realiza com certa frequência.
• Imposto Solidário • Voluntariado		Essas atividades se desdobram em dois programas: Imposto Solidário e o Programa de Voluntariado, cujas atividades são realizadas com certa frequência.
Programas Sociais	Programas	Essas atividades agrupam a maioria dos diferentes programas de ação social da Samarco
• Educação • Saúde • Fomento à Cultura • Desenvolvimento Regional • Formação de Lideranças • Comunidade Cidadã • Capacitação • Empreendedorismo • Visita à Samarco		Contém os programas e ações relacionadas à diversas áreas de políticas públicas: educação, saúde, fomento à cultura, atividades de capacitação, apoio ao desenvolvimento regional e formação de lideranças, ações de estímulo ao empreendedorismo, e programa de visitação da empresa.
• Dente de Leite		Existem também programas específicos como o programa Dente de Leite que é um programa de educação sobre saúde bucal de grande impacto na região.
• <i>Nauta Sailor Support</i>		Outro programa específico é o <i>Nauta Sailor Support</i> implementado, em 2005 e 2006, visou o apoio aos tripulantes que atracam no posto de Ubu. Por ser de curta duração não foi incluído na análise
Investimentos		
Investimento em RSC		Contém informações referente aos investimentos realizados pela Samarco em RSC.

TAC's	Termos de Ajustamento de Conduta
	Contém todas as menções referente ao cumprimento de condicionantes de licenças ambientais. A Samarco assinou diversos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e Termos de Compromisso Socioambiental (TCS) contendo medidas compensatórias para mitigar diversos impactos ambientais e sociais.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade da Samarco – 2005 a 2015

Para a análise dos conteúdos foram avaliados quais assuntos apareceram com mais frequência nos relatórios e se estão presentes ao longo dos anos. Essa análise permitiu entender quais temas se sobressaíram nos relatórios ao longo dos anos o que é um indicativo de que a Samarco depositou atenção especial nesses assuntos ou nessas ações. O quadro a seguir contém a relação dos códigos e subcódigos e a informação sobre em quantos relatórios foi identificado e quantas menções existem a respeito desses temas.

Quadro 6 – Relação dos Temas e Subtemas Codificados Relatórios Anuais da Samarco (2005 a 2015)		
Temas e Subtemas	Nº de Relatórios	Nº de Menções Observadas
RSC		
Colaboradores		
Imposto Solidário	9	9
Voluntariado	10	13
Construção	6	12
Hospital Anchieta	3	4
Condicionantes TAC	3	7
Investimento em RSC	9	28
Comunicação	9	36

Socioambiental	10	40
Educação	5	14
Preservação Ambiental	6	19
Programas	10	124
Nauta Sailor Support	2	2
Capacitação	3	3
Saúde	2	3
Comunidade Cidadã	2	4
Visita à Samarco	3	4
Dente de Leite	4	6
Cultura	4	6
Educação	6	8
Desenvolvimento & Formação de Lideranças	9	19
Empreendedorismo	9	23
Indicadores	5	10
Contribuição ao Desenvolvimento Local	3	3
Ethos	3	5
Reputação	6	9
Satisfação & Favorabilidade	4	11
TAC e TCS	8	17

Fonte: Quadro construído com o auxílio do software Nvivo

Os dados do Quadro 5 evidenciam que, no período de 2005 a 2015, oito grandes temas constituíram-se nos eixos principais das atividades de RSC, os quais se desdobraram em 20 subtemas que foram objeto de atenção da empresa por meio da política de RSC. Embora nem todos tiveram ênfase semelhante, alguns se destacam pelo maior peso e frequência com que foram mencionados nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade da Samarco. Entre os temas, destaca-se com maior preponderância os que foram codificados como Programas, eles congregam a maioria dos diferentes programas e ações de RSC. Este tema comparece em todos os dez relatórios analisados, possui 124 menções, representando o maior número entre todos os

demais. Na mesma posição está o Socioambiental, também presente em todos os relatórios, porém possui apenas 40 menções. Como se trata de relatórios de sustentabilidade ambiental é de se esperar sua presença em todos os relatórios. Em seguida, os temas Comunicação e Investimento em RSC, comparecem em 9 relatórios, porém com número de menções distintas: Comunicação com 36 e Investimento em RSC com 28 menções. Os Temas TAC e TCS estão na terceira posição aparecendo em 8 relatórios com 17 menções. Construção e Indicadores aparecem na quarta e quinta posição, tendo 12 e 10 menções respectivamente.

Os 20 subtemas apresentam maior variabilidade de presença e de menções. Em termos de presença, em primeiro lugar está o subtema do voluntariado que aparece nos 10 relatórios e possui 13 menções. Em segundo, estão na nona posição, mas com número distintos de menções, os subtemas: Imposto Solidário, com 9, Desenvolvimento & Formação de Lideranças, com 19, e Empreendedorismo, com 23. Em terceiro, estão os subtemas do tema socioambiental: Educação presente em 5 relatórios, com 14 menções, e Preservação Ambiental presente em 6 relatórios, com 19 menções. Os demais subtemas aparecem com menor presença e frequência nas menções contabilizadas.

Com base na contabilização destes temas, a análise a seguir, aprofunda a reflexão sobre os principais temas presentes, tendo por lentes as possíveis conexões entre as dimensões da RSC, segundo Carroll (1991, 2016) e as estratégias corporativas da corporação, conforme foi discutido anteriormente. Especificamente em relação ao município de Anchieta e seu entorno será evidenciado alguns paralelos correspondentes com as fases de expansão empresarial da Samarco S/A.

CAPÍTULO IV

Responsabilidade Social Corporativa: análise das principais ações realizadas pela Samarco S/A

4.1 Temas

Os programas de capacitação, geração de renda, formação de lideranças, empreendedorismo e fortalecimento da economia local constituem-se em estratégias de enraizamento social da empresa. Tais mecanismos fortalecem os vínculos da Samarco S/A com a sociedade e são catalisadores do desenvolvimento local que permite a região crescer, aumentar sua renda e desenvolver indústrias e atividades que servem ao complexo industrial-portuário da empresa.

Além disso, muitos programas de empreendedorismo e de formação de lideranças são focados na educação socioambiental, na proteção do meio ambiente, na redução de lixo e na criação do artesanato. Por exemplo o Programa de Educação e Comunicação para Responsabilidade Social é “voltado para a promoção do desenvolvimento local e regional sustentável por meio de ações socioambientais sistematizadas [...] (RASS, 2005, p.122) ou a Rede do Desenvolvimento Local que oferece cursos de qualificação e empreendedorismo para “promover o desenvolvimento integrado e sustentável do município de Guarapari/ES por meio do fortalecimento da responsabilidade econômica-socio-ambiental [...] (RASS, 2007, p.137) são exemplos de programas em que a empresa expressa o compromisso com a sustentabilidade. Por meio dessas atividades é reforçada a concepção de que a sociedade deve incorporar as práticas de sustentabilidade que a empresa está promovendo. No entanto, ela própria, por meio deste discurso encobre o fato de que é ela a principal causadora de riscos e da poluição ambiental na região. Outros exemplos, podem ser vistos nas seguintes atividades: ‘Parati-Reutilizando’, realizado, em 2008, trata-se de uma atividade para mulheres transformarem garrafas pet em vassouras; em 2010, a empresa organizou o Encontro de Agricultura Sustentável na Região do Caparaó; e, em 2013, institucionalizou ainda mais esses valores por meio da ação ‘Avenidas de Desenvolvimento Sustentável’. O discurso utilizado pela Samarco nos Relatórios Anuais, revela o modo como ela se coloca como modelo e como lida com as questões da sustentabilidade. O trecho a seguir é esclarecedor.

Com base na experiência empresarial de planejamento e na metodologia de pensamento sistêmico, firmamos parceria com a Prefeitura de Anchieta (ES) para mapear os temas mais relevantes do município, identificar cenários futuros e sugerir vias de desenvolvimento, com foco no fortalecimento da gestão pública local.

O objetivo é municiar as cidades com metodologias e ferramentas a partir das quais possam se desenvolver, distribuir suas riquezas e recursos de maneira perene, fomentar o empreendedorismo local e preparar-se para oportunidades futuras. Em 2013, o projeto foi implantado em Anchieta por meio de oito reuniões, com participação do prefeito, de secretários municipais e da população, que tiveram como principal resultado um plano estratégico para o desenvolvimento sustentável da cidade. Em continuidade, em 2014 estenderemos o projeto a Guarapari (ES) e Mariana (MG). (RASS, 2014, p.49)

Olhando para estas estratégias da Samarco à luz da literatura sobre RSC, infere-se que estas ações podem ser denominadas de estratégias de produção discursiva e *Greenwashing*. Ações deste tipo caracterizam a intenção de atrelar o nome da empresa à implementação de programas de proteção ao meio ambiente e de educação ambiental e, correlacioná-los com a ideia de desenvolvimento econômico e social da região para geração de renda para os moradores. Com isso, a empresa cria um vínculo social ao se posicionar como agente preocupado com o “desenvolvimento” do seu entorno, forjando, assim, um clima favorável para seu próprio crescimento e expansão. Estabelece, desse modo, um laço que não está relacionado diretamente à atividade da empresa, mas que é comunicado e visibilizado para o público como uma frente de atuação que visa suprir as demandas dos cidadãos, com isso ela aparece como colaboradora do poder público ao “promover o desenvolvimento sustentável”.

Mahoney e outros. (2012) apontam que a preocupação com o meio ambiente se tornou um mecanismo de pressão política e social na contemporaneidade. Aparecer no cenário social e político como ator que defende e contribui para garantir o meio ambiente saudável conta pontos, no momento de aprovação de licenças para operação. Portanto, as atividades de RSC podem sim atender ao objetivo de manter a imagem da empresa limpa e funcionar como mecanismo de aceitação e de legitimidade da mesma. Sobretudo, porque a legitimidade se constrói quando as ações da empresa são congruentes com as crenças e opiniões dos seus *stakeholders*. *Greenwashing* então funciona como estratégia de legitimação e manipulação da percepção dos stakeholders, direcionando a sua atenção para aspectos e assuntos específicos que interessa a empresa (MAHONEY et al., 2012).

Socioambiental: Educação e Preservação

A atuação codificada no tema **socioambiental**, cujos subtemas são **educação** e **preservação ambiental** representam outro foco temático que se enquadra na mesma lógica das ações de *Greenwashing*. Mahoney e outros (2012, p. 353) argumentaram que sobre o *greenwashing* enquanto estratégia “pode não envolver divulgações falsas, [mas] pode incluir

aquelas empresas que convenientemente excluem divulgações prejudiciais” e que a omissão de informações pode criar vantagens para a empresa. Cerdà (2009) reforça o argumento afirmando que no âmbito das ações de RSC, a preocupação ambiental se tornou um instrumento de gestão empresarial, que novamente gera lucro. Por mais que nos tratados e nas normas transnacionais a preocupação com o meio ambiente tenha sido recorrente, a sua implementação acaba dependendo da empresa dentro dos seus próprios termos de “sustentabilidade”, de modo que efetivamente não são garantidos os marcos de justiça socioambiental (CERDÀ, 2009). Por sua vez, Ramiro (2009) afirma que o paradigma da RSC, para as empresas multinacionais, se tornou um nicho de negócio rentável. Destaca que “[A RSC] se apresenta como a melhor solução para garantir a sustentabilidade do negócio, explorar novas opções de rentabilidade e criar relações produtivas com as comunidades, governos e, em geral, com todos os grupos de interesses (RAMIRO, 2009, p.182)”.

Por outro lado, em muitos casos os programas de proteção ao meio ambiente são realizados em conjunto com programas da rede de educação escolar, o que revela a busca pelo engajamento com a temática da proteção ambiental pela juventude que passa a reproduzir o discurso corporativo da empresa. Entre os principais projetos estão a proteção e preservação das Tartarugas Marinhas (em parceria com o Projeto Tamar do ICMBio), e o reforço de estoque pesqueiro na Lagoa de Mãe-Bá, justamente a lagoa que a Samarco descarta a água supostamente tratada que transportou a polpa de minério de Minas Gerais para Anchieta. Inclui-se também no bojo da proteção ambiental a promessa de que a quarta Usina de Pelotização (P4P) seria classificada como ‘carbono neutro’ (RASS, 2013). A empresa explica que: “...Esse é o primeiro grande projeto de expansão no Brasil totalmente carbono neutro. Para isso, adotamos medidas de compensação diversas, como o plantio de seringueiras e espécies nativas de Mata Atlântica e a reabilitação de áreas protegidas, entre outras ações, com investimento final de R\$ 1,9 milhão” (RASS, 2013, p.60). O uso do termo ‘carbono neutralização’ aqui é interessante, pois não se refere às atividades advindas do projeto da quarta pelletizadora, mas é utilizado como justificativa para diminuir e mitigar os efeitos da construção da quarta Usina. Essa relação visando ‘neutralizar’ o impacto ambiental através de ações de proteção ambiental em outras áreas é mais uma estratégia de *greenwashing* da empresa, pois os efeitos negativos do empreendimento continuam presentes em sua área de influência direta, mas é justificado pela plantação de árvores na Mata Atlântica.

Comunicação

As ações referentes as estratégias de **comunicação** se apresentam como uma estratégia forte, pois a empresa sustenta diversos canais e maneiras de comunicação diferentes, principalmente para definir escopos de obras e investimentos sociais, mas também para garantir a “transparência” e a ciência à população local sobre os acontecimentos da empresa. Entre os canais de comunicação utilizados estão as Audiências Públicas, os Encontros com Lideranças e Encontros com a Comunidade, e o Falas (Fórum de Acompanhamento de Licenças Ambientais). Ela também publica o boletim ‘Lado a Lado’ que contém informações para as comunidades sobre a empresa e sua atuação. Essas ações ocorreram principalmente quando da definição de escopos de obras e investimentos sociais visando promover a transparência e a ciência à população local sobre as referidas atividades da empresa.

Ainda no âmbito da categoria comunicação se nota a seguinte especificidade: isto é, a diferença da estratégia de comunicação realizada durante a construção da Usina Pelotizadora P3P e da Usina Pelotizadora P4P. No ano de 2005 a Samarco escreveu em seu relatório anual de sustentabilidade o seguinte:

Com o Projeto Terceira Pelotização, essas iniciativas estão sendo ampliadas. Em 2005, por exemplo, a empresa intensificou o diálogo com as partes interessadas por ocasião das audiências públicas, realizadas como parte do processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Nessas reuniões, a Samarco mostrou à comunidade estudos voltados para o aumento da capacidade de produção nos próximos anos e seus aspectos regionais (RASS, 2005, p.118).

Sete anos mais tarde, momento em que a empresa preparava o tecido social para mais uma expansão, ela destacou sua interação com as comunidades indicando que realizou diversos encontros com lideranças, comunidades vizinhas e audiências públicas entre outros procedimentos, nos seguintes termos:

No âmbito do P4P, possuímos um calendário anual de reuniões com a comunidade no Espírito Santo e em Minas Gerais, prática que também é aplicada aos nossos demais projetos de capital. No total, realizamos 239 reuniões, com a participação de 5.795 pessoas, ao longo do ano. Outra ferramenta importante é o programa de visitas às operações. Em 2012, realizamos 55 recepções e levamos quase 1,3 mil moradores, estudantes e demais interessados às nossas operações em Germano (MG) e Ubu (ES), bem como à hidrelétrica de Muniz Freire. (RASS, 2012, p.78)

Nota-se, portanto, que a empresa não só aumentou, mas também diversificou sua estratégia de comunicação em várias frentes, demonstrando ali a tendência crescente de ampliar a comunicação e produzir informação confiável. Estas estratégias de comunicação são importantes, pois assim asseguram a visão da empresa sobre seu negócio. A falta de informação tem impacto nas atitudes da população, pois pode gerar um vácuo que um terceiro pode preencher com sua própria versão, que pode não ser favorável para a empresa ou suas operações. A literatura pertinente sublinha que o compartilhamento de informações, a comunicação e o

contato direto têm sido considerados fatores importantes para a obtenção e manutenção da Licença Social de Operação (LSO) na indústria de mineração, sobretudo, no nível local. Isto porque, essas atividades aumentam a confiança o que é importante para conquistar e manter a LSO (EEROLA, 2017). Neste sentido, verifica-se que do projeto da terceira para a quarta usina de pelotização nota-se claramente como os processos de comunicação e de produção de informações sobre os benefícios dos investimentos foram mais amplos e abrangentes constituindo-se numa parte importante da estratégia social e institucional.

Investimentos

No tema **Investimentos** estão categorizadas todas as menções em relação aos investimentos da empresa em obras não só no município de Anchieta, mas também nos municípios ao longo dos minerodutos em Mariana e Ouro Preto em Minas Gerais, locais de extração do minério, sendo estes obrigatórios ou voluntários. Os investimentos obrigatórios são aqueles decorrentes do cumprimento de TAC's, TCSA ou de condicionantes para a concessão de Licenças de Operação, já os investimentos voluntários são aqueles que resultam da Política de Investimento Socioinstitucional (PIS). Nesta última modalidade estão incluídas “contribuição institucional, patrocínio, doação e projetos” (RASS, 2014, p. 43). É interessante salientar que a empresa se compromete a investir em projetos sociais de forma indireta, através de editais que ela publica e seleciona os candidatos, como também de forma direta, em ações “[...] que são importantes para o desenvolvimento das comunidades e que estão relacionadas à nossa Política, aos nossos Valores e às nossas estratégias empresariais [...]” (RASS, 2010, p.91).

Com o início da implementação do projeto da Quarta Usina Pelotizadora (P4P), a partir de 2011, a empresa adotou uma estratégia muito mais arrojada de ações de RSC voltada à conquista da confiança de seus stakeholders. No Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras de 2012, é possível observar como a Samarco projetava seu futuro, enfatizando a magnitude do investimento na P4P e o que isso significaria para ela.

A Samarco está em plena expansão, responsável pelo maior projeto privado em construção, no setor de mineração brasileiro, até o momento. Com investimento de R\$5,4 bilhões, vamos ampliar nossa capacidade produtiva em 37%, saltando dos atuais 22,25 milhões de toneladas para 30,5 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro/ano. Ao final de 2012, a implantação do Projeto Quarta Pelotização (P4P), iniciada em maio de 2011, atingiu 67,3% de avanço total acumulado (incluindo as áreas de engenharia, construção e suprimentos) (Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras, 2012, p.11).

E, em 2014, com a Usina pelotizadora (P4P) e o terceiro mineroduto já em operação, a empresa registrou em seu Relatório Anual de Sustentabilidade que está ciente das oportunidades que tem para aprimorar seu modelo de negócios e que, desde 2012, ela possui um Modelo de Sustentabilidade que está:

Alicerçado em quatro pilares – liderança pelo exemplo, inovação e tecnologia, redes colaborativas e empreendedorismo responsável –, o modelo é centrado no conceito de construção de *confiança* e caminha junto do Mapa Estratégico e da Visão 2022. É a *partir da confiança, conquistada com cada stakeholder*, que acreditamos na capacidade de equalizar a expansão dos negócios e promover impactos positivos, minimizando as externalidades negativas de nosso negócio (RASS, 2014, p.32, grifos nossos).

A Tabela 1, a seguir, mostra os dados dos investimentos realizados entre 2011 e 2014, na área de influência direta da empresa. Estes contemplam os eixos de educação e geração de renda, voluntariado e desenvolvimento territorial, os quais abrangem investimentos voluntários e os oriundos de condicionantes para obtenção da Licença de Operação.

Tabela 1 – Samarco S/A: Investimentos Socioinstitucionais (Em Milhares de R\$)

		2012	2013	2014	Total
Voluntário	PIS*	10.217.148,85	9.061.856,65	10.470.184,65	29.749.190,15
Compulsório	Condicionante 53	2.184,462,60	3.634.988,37	3.437.978,90	9.257.429,87
	TCSA	114.065,00	1.059.782,80	6.180.582,53	7.354.430,33
	TC Santa Bárbara	-		847.776,33	847.776,33
	Total compulsório	2.298.527,60	4.694.771,17	10.466.337,76	17.459.636,53
Subtotal					47.208.826,68
Investimento Socioinstitucional P4P**					8.600.000,00
Total no período					55.808.826,68

* PIS – Política de Investimento Socioinstitucional

**Recursos aplicados durante a execução do projeto, entre 2011 e 2014

Fonte: Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco 2014, p.43

Para melhor compreender o que estes investimentos representam para a empresa a Tabela 2, mostra o faturamento bruto, o lucro líquido e a margem bruta obtidos no período de 2005 a 2014. A margem bruta evidencia a relação entre a receita ou faturamento bruto e o lucro bruto. No caso da Samarco observa-se que essa relação no período é em média acima de 60%, o que significa que a empresa opera com um baixo custo de produção. Outro dado que se pode observar é a proporção entre faturamento bruto e lucro líquido em relação aos dados de investimentos em sustentabilidade realizados no período de 2012 a 2014, fase de construção da

Usina Pelotizadora P4P e do terceiro mineroduto. A Tabela 3 evidencia que os percentuais investidos são mínimos.

Tabela 2 - Samarco S/A: Faturamento Bruto, Lucro Líquido e Margem Bruta (2005-2014) (Em Milhões)

Anos	Faturamento Bruto		Lucro Líquido		Margem Bruta
	Em R\$	Em US\$	Em R\$	Em US\$	%
2005*	-	-	1.228	504	66,5
2006*	-	-	938	442	63,5
2007	2.515	1.302	1.042	520	56,8
2008	4.240	2.383	1.263	902	62,1
2009	2.837	1.426	1.312	524	51,6
2010	6.324	3.566	2.247	1.275	64,8
2011	7.117	4.233	2.914	1.814	63,9
2012	6.611	3.336	2.646	1.418	61,3
2013	7.240	3.333	2.731	1.338	62,8
2014	7.601	3.215	2.806	1.313	58,0
Total	44.485	22.794	19.172	10.050	-

* Os dados de faturamento bruto não foram informados nos anos de 2005 e de 2006.

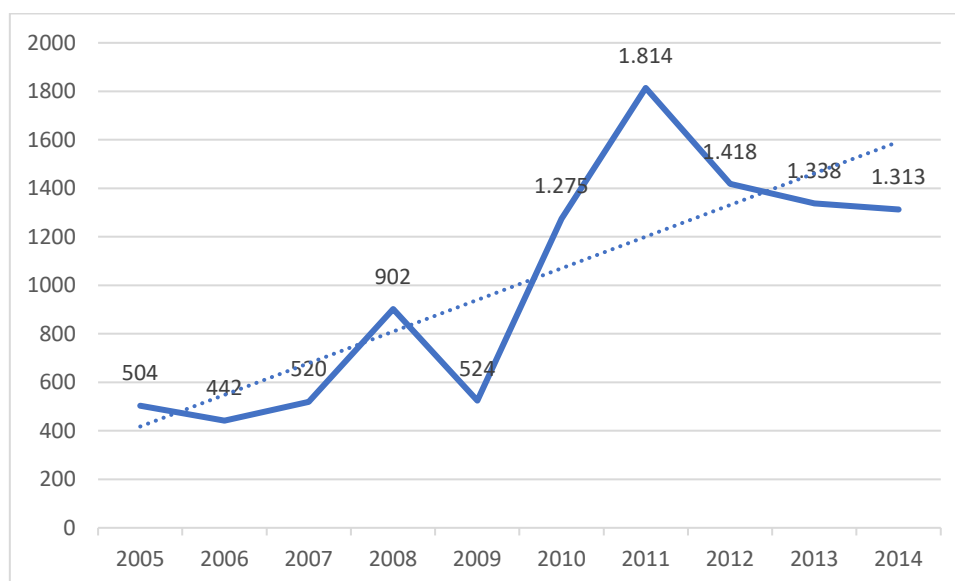
Fonte: Relatórios de Administração e Demonstrações Financeiras, 2005 a 2014

Tabela 3 – Percentual de Investimentos em Sustentabilidade em relação ao Faturamento Bruto e ao Lucro Líquido (2012-2014)

Investimentos em Sustentabilidade	Faturamento Bruto			Lucro Líquido		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Voluntário	0,15%	0,13%	0,14%	0,39%	0,33%	0,37%
Compulsório	0,03%	0,06%	0,14%	0,09%	0,17%	0,37%

Fonte: Tabela 1 e Tabela 2

No entanto, como demonstramos nas Tabelas 1, 2 e 3, acima, os investimentos feitos em proteção ambiental e em infraestrutura e equipamentos sociais representam valores ínfimos, considerando a margem bruta de lucratividade da empresa e o lucro líquido obtidos ao longo do período, cuja tendência foi crescente, conforme mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Lucro Líquido (Em Milhões de U\$S)

Fonte: Gráfico gerado a partir da Tabela 2

Cumprimento de Normas Internacionais e de Condicionantes (TCA e TCSA)

Outro mecanismo da estratégia de construção de confiança é o cumprimento de normas e certificados internacionais criados por instituições independentes e fiscalizado através de auditorias particulares. Entre eles se destacam por exemplo as normas ISO (International Organization for Standardization) como instituição consolidada, e em especial a ISO da série 14000 que é uma norma de regulamentação de questões ambientais (RAMIRO, 2009; SANTOS; MILANEZ 2017b). A Samarco foi a primeira mineradora do mundo a receber a certificação ISO 14001, no ano 1998, em todos seus processos de produção (RASS, 2005). Estas certificações são criadas no âmbito internacional para regulamentar a ação empresarial e quando exercidas corretamente são vinculadas ao preço da commodity (SANTOS; MILANEZ, 2017b).

Em 2009 a Samarco assinou o Termo de Compromisso Ambiental (TCA) com o Governo do Estado e o Ministério Público no valor de 150 milhões de reais a serem investidos em sete compromissos para melhorias no processo industrial e no porto, e em 2010 assinou outro TCA com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (IEMA) focando exclusivamente na questão hídrica. Entre os projetos também estavam previstos a instalação de estação de tratamento para o efluente de armazenado na Barragem Norte que está ligada a Lagoa de Mãe-Bá (RASS, 2010).

Entre as ações propostas pelo TAC estão, por exemplo, a elaboração do Plano Diretor do Município de Anchieta, asfaltamentos e sinalização em Mãe-Bá, Ubu e Parati (os dois últimos são balneários do município de Anchieta, próximos das pelotizadoras), ofertas de cursos

de capacitação para a população de Anchieta, construção de adutoras para o tratamento de esgoto, construção do trevo rodoviário e construção do posto de saúde de Mãe-Bá. No mais vale mencionar que a reforma e a ampliação do Hospital do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) também foi uma condicionante do TAC assinado em 2005 (RASS, 2005; RASS, 2006; RASS, 2007; RASS, 2008).

Em relação à reforma e a ampliação do hospital, a forma como essa condicionante é mencionada, evidencia no discurso que se trata de iniciativa da empresa. Porém, a obra do Hospital do MEPES é um investimento financiado pela Samarco, no município de Anchieta, como parte de uma condicionante estabelecida pelo TAC com o Ministério Público do Espírito Santo. A Samarco, no entanto, registra no Relatório de Sustentabilidade, do ano de 2009, nos seguintes termos:

Em 2009, investimos na *melhoria da saúde pública* da população de Anchieta (ES), onde está localizada a unidade de Ubu. Decidimos iniciar um projeto de *R\$ 7,5 milhões de reais* de investimento, a fim de garantir que o hospital de Anchieta, o único hospital público da região, pudesse ser reformado e ampliado, em conformidade com as determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As obras começaram no final de 2009 e deverão ser concluídas em 2010. (RASS, 2009, p.79-80, grifos nossos).

No ano de 2011, o ano que a obra foi entregue, o discurso mudou. Além de ter sido dado maior destaque no relatório, consta que a reforma e ampliação do hospital foi entregue e que ela corresponde ao cumprimento do TAC assinado com o MP-ES.

Hospital do Mepes, em Anchieta (ES)

A Samarco investiu, no último ano, na melhoria da saúde pública da população de Anchieta. Foi concluída a obra de ampliação e reforma do hospital e Maternidade (Mepes), único hospital público da região. O projeto contou com um *investimento de R\$ 8 milhões*, que viabilizou as obras em conformidade com as determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O hospital foi entregue oficialmente à população em abril de 2011. A obra foi realizada *em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público do Espírito Santo* (RASS, 2011, p.64, grifos nossos)

Neste exemplo nota-se com clareza a diferença na maneira de disposição das informações. Por ser o único hospital da região, as melhorias na construção foram altamente necessárias, sobretudo considerando o aumento populacional ocorrido na região em decorrência da expansão da empresa. Projetos na área da saúde pública são projetos de grande impacto e visibilidade, principalmente considerando o déficit de investimentos na Rede de Saúde nos municípios de pequeno porte para o atendimento da demanda local. Do ponto de vista da literatura sobre RSC pode-se dizer que se trata de uma estratégia denominada de ‘neutralização’ do Risco Social Corporativo, significando que a empresa se coloca como ator organizador das demandas e relações sociais (ACSELRAD; PINTO, 2015). Em relação à diferença no modo de expor a informação, explicitando que a construção decorre do cumprimento do TAC, demonstra

como esses detalhes mudam a percepção do leitor sobre a informação. Evidencia também para o poder público e a sociedade em geral que a empresa, não apenas produz riqueza, mas também cumpre com obrigações sociais e ambientais, num cenário em que cada vez mais tem sido cobrada Responsabilidade Social Corporativa no âmbito do discurso público.

De um modo geral, nota-se que as informações referentes as atividades de proteção ambiental e investimentos de cunho social, como construções de equipamentos sociais, obras e programas sociais, não seguem um padrão de disposição, ou seja, a cada relatório as formas de explicitar as informações foram mudadas no sentido de sobressair mais o marketing destacando grandes números de desempenho e fotos mostrando os feitos da empresa. Comparando o Relatório Anual de Sustentabilidade de 2005 com o de 2014, sendo 2005, ano de início da expansão com a construção do segundo mineroduto e da terceira pelletizadora, e o ano de 2014, ano de início das operações do terceiro mineroduto e da quarta pelletizadora, observa-se uma grande redução do número de informações e de detalhamento das mesmas. Enquanto no relatório de 2005 é ressaltado que “em 2005 a Samarco reafirmou seu compromisso com os princípios propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Global Compact, também chamado de Pacto Global, do qual a Samarco é signatária desde 2002” (RASS, 2005, p.10), e que a empresa vem cumprindo esses compromissos, detalhando as informações ao longo de 144 páginas, no relatório de 2014 apresenta apenas os grandes números do desempenho e do sucesso do negócio sem explicitar muito o que foi feito, em apenas 73 páginas, das quais apenas 20 páginas tratam das ações sociais e as relativas ao meio ambiente. O relatório de 2005, no entanto, além de ser muito mais detalhado trazendo tabelas e gráficos explicativos, dedica 62 páginas aos indicadores de desempenho ambiental e de desempenho social. Além disso, traz um quadro denominado “Licenciamento Ambiental e outras obrigações obtidos em 2005” o qual relaciona o objeto da licença, o tipo, o órgão ambiental que concedeu a licença e a validade da mesma, contendo 31 licenças relacionadas (pg. 89 e 90), e ao final do relatório é apresentado um outro quadro denominado “Representação em entidades de classes e associações em 2005”, que relaciona 76 entidades de classe e/ou associações, nas quais a empresa tem membros representantes atuando na condição de representante ou exercendo algum cargo nas respectivas organizações.

Ao longo do período entre 2005 e 2014 muitas outras licenças e compromissos foram assinados com o poder público de Minas Gerais e do Espírito Santo, porém os relatórios quase não trazem informações e detalhamentos sobre as mesmas. No relatório do ano de 2011 é relatado que foi firmado o Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) entre a Samarco, o governo do estado do Espírito Santo, as prefeituras dos municípios de Anchieta, Guarapari e

Piúma com a intervenção técnica do IEMA para o licenciamento da Pelotizadora P4P (RASS, 2011). No termo foi firmado o compromisso com a execução de obras de pavimentação, reforma do hospital de Piúma e um levantamento cartográfico dos municípios diretamente impactados pelo Projeto Quarta Pelotização para o monitoramento do uso do solo (RASS, 2011, p. 71).

Como é sabido, após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015, o clima de euforia e prosperidade anunciado recorrentemente pela empresa nos anos de expansão caiu por terra. A Samarco, diante da tragédia causada em Mariana e em toda a extensão da calha principal do rio Doce, numa distância de quase 700 km, junto com as suas sócias proprietárias Vale S/A e BHP Billiton Ltda., assinou um Acordo com os governos federal e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, denominado de Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), definindo medidas para reparação e compensação dos múltiplos danos causados pelo desastre. Embora esse acordo tenha sido concebido e negociado sem a participação efetiva de representantes das milhares de famílias atingidas tanto em Minas Gerais como no estado do Espírito Santo, a empresa destacou sem pudor em seu relatório de 2015/16 que

[a] escuta das comunidades foi um importante instrumento para definir ações prioritárias e formas de acelerar os projetos e, também, para a empresa dialogar, junto com os representantes do poder público, envolvidos na construção do TTAC, a respeito de como manter a participação da sociedade nos processos que estão, desde agosto de 2016, sendo conduzidos pela Fundação Renova (Relatório Bienal, 2015/16, p. 22).

Isto apesar do fato de ter ocorrido diversos protestos, mobilizações sociais e outras performances, justamente questionando a ausência da participação e da voz dos atingidos nos processos de negociações realizadas entre os governos e as mineradoras que conduziu ao estabelecimento do Acordo que ficou conhecido como “Acordão”³⁶.

³⁶ Existe uma vasta literatura sobre o TTAC, tanto sobre a forma como ele foi firmado, quanto sobre os diversos problemas gerados com a implementação do Acordo, por meio de uma Fundação de Direito Privado criada no ato que firmou o Acordo. Para uma visão sobre estes aspectos ver, entre outros: MILANEZ; PINTO (2016); CARLOS, E. (2021), ZORZAL E SILVA, 2020, 2021; PRATA, 2019; ROLAND, M. et al (2018).

Imagem e Reputação

Um outro conjunto de temas e subtemas refere-se aos indicadores de reputação que a empresa passou a demonstrar nos seus relatórios. Para tanto, foram estabelecidos índices que mensuram algumas variáveis que ela considera relevante para medir sua aceitação social. Porém, em todo o período analisado a Samarco apresentou diferentes maneiras de mensurar e apresentar estes índices.

Os índices estão diretamente relacionados a gestão da percepção dos stakeholders sobre a reputação da empresa. Trata-se de um assunto central que orienta as atividades de RSC, e que, tem sido cada vez mais relevante para medir o nível de confiança e de credibilidade da empresa no âmbito do mercado e da sociedade. Nos primeiros anos (entre 2005 a 2007) a Samarco apresentava nos relatórios somente listas contendo as obras sociais (programas de proteção ambiental, construções de parcerias público-privadas ou criação de projetos sociais). Além disso, com base nos critérios de sustentabilidade do Instituto Ethos construiu indicadores com as variáveis sugeridas pelo referido Instituto. Já nos anos seguintes a empresa começou a diversificar mais seus investimentos e a ampliar nos relatórios informações incluindo novos aspectos tais como “imagem e reputação”. A partir do ano de 2009 a empresa incluiu a temática da ‘reputação’ como item específico em seus relatórios, porém, em cada relatório, nos anos seguintes, a temática aparece vinculada a grupos de temas distintos. Os Quadros 7 e 8, a seguir mostram a forma como o item reputação é tratado nos relatórios

Quadro 7 – Indicadores Ethos da Samarco (2005-2007)

Natureza / Nature	2005	2006	2007
Valores e Transparência / <i>Values and transparency</i>	8,63	5,30	8,09
Público Interno / <i>Internal Public</i>	6,09	4,93	5,54
Meio Ambiente / <i>Environment</i>	7,26	6,35	7,93
Fornecedores / <i>Suppliers</i>	6,70	2,70	6,82
Consumidores e Clientes / <i>Consumers and clientes</i>	9,74	3,18	9,63
Comunidade / <i>Community</i>	6,06	4,84	7,25
Governo e Sociedade / <i>Government and Society</i>	5,98	6,36	8,52
Média Geral / <i>General Average</i>	7,21	4,82	7,68

Fonte: Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco, 2007, p.135.

Os relatórios não trazem explicações sobre como os indicadores foram mensurados, mas no texto é descrito o que as variáveis representam e o que elas abrangem, bem como é mencionado que foram questionados 29 empregados para a obtenção dos resultados apresentados:

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial são uma ferramenta de aprendizado e avaliação da gestão de práticas de responsabilidade social, do planejamento estratégico e do monitoramento e desempenho geral da empresa. Abrangem os temas: Valores, Transparência e Governança, Público Interno, Meio Ambiente, Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade e Governo e Sociedade. Participaram do processo de aplicação dos indicadores 29 empregados, selecionados em diferentes níveis hierárquicos da Samarco (RASS, 2007, p.135).

O que se constata é que nos relatórios produzidos entre 2005 e 2007 a ênfase está vinculada a dimensões abrangentes, voltadas ao fortalecimento da imagem. Por exemplo, no Relatório de 2005 ela se refere à imagem institucional desejada em consonância com seus objetivos afirmando que: “A Samarco quer ser percebida como uma empresa inovadora e de relacionamento socialmente responsável com seus públicos” (p.4). Destaca cinco atributos para atingir este objetivo: tecnologia mineral e gestão de vanguarda, confiabilidade e qualidade dos produtos, solidez financeira, prioridade em saúde e segurança no trabalho, e ação social e ambiental responsável, porém não mostra como estes atributos serão alcançados e medidos.

No entanto, a partir do ano 2009 a empresa começou a incluir outros índices em seus relatórios, como o *Índice de Satisfação das Comunidades*³⁷, *Índice de Reputação e Contribuição ao Desenvolvimento Local*. Esses novos indicadores aparecem com mais frequência e em alguns casos são pesquisas realizadas pela própria empresa, e em outros são pesquisas contratadas para serem realizadas por instituições especializadas (por exemplo o Reputation Institute, que faz uso da metodologia RepTrak® Deep Dive³⁸) (RASS, 2014, p. 28)

³⁷ Nesse caso não se trata da satisfação de clientes ou de empregados, assunto que também é abordado nos RASS, porém não é um foco dessa pesquisa. Nos relatórios são mencionados explicitamente os índices de satisfação desses dois grupos de stakeholders.

³⁸ O modelo Reptrak® de análise da reputação corporativa permite estudar a reputação de uma empresa com base em quatro fatores: (a) a reputação da empresa baseada no grau de estima, admiração, empatia e confiança; (b) a percepção dos stakeholders sobre dimensões e atributos que explicam a reputação; (c) a predisposição dos stakeholders em apoiar as empresas; e (d) as expectativas dos stakeholders em relação às empresas (RASS, 2014, p. 28)

Quadro 8 – ‘Reputação’ nos Relatórios de Sustentabilidade da Samarco

Anos	Grupo	Capítulo	Título dentro de grupo
2009	Desenvolvimento	2.3.11	Gestão de imagem e reputação
2010	Desenvolvimento	2.3.6	Gestão de imagem e reputação
2011	Nossa Atitude	14	Como somos percebidos: Reputação
2012*			
2013	Visão de Futuro	14	Imagem e reputação

*No ano 2012 o termo Reputação não aparece como título nos relatórios.

Fonte: RASS de 2009 a 2013. Elaboração própria

No relatório de 2014, se verifica que a empresa deu uma ênfase especial ao binômio imagem e reputação incluindo essas dimensões na visão estratégica a ser atingida em 2022, a qual é definida nos seguintes termos: “Visão 2022: Dobrar o valor da Empresa e ser reconhecida por empregados, clientes e sociedade como a melhor do setor” (RASS, 2014, p.12). Para tanto foram estabelecidos cinco focos estratégicos: “Reputação forte, relações de confiança, tecnologia de ponta, solidez no mercado e excelência operacional são nossos caminhos para o alcance da Visão 2022” (Idem, p. 26). Observa-se que o discurso em relação à 2005 mudou bastante. Os cinco atributos de 2005 passaram a ser focos estratégicos e os atributos relativos à prioridade em saúde, segurança no trabalho e ação social e ambiental deixaram de fazer parte dos focos estratégicos. O que a Samarco entende como reputação forte está descrito no relatório conforme segue:

A Samarco entende a reputação corporativa como um ativo valioso que expressa o grau de confiança e estima dos *stakeholders* em relação à atuação das organizações. É por isso que conectamos a nossa Visão 2022 ao reconhecimento positivo que buscamos alcançar em meio aos nossos públicos de relacionamento, relacionado ao nosso modo de operar e de gerar valor para a sociedade. (...). Em 2014, realizamos, pela terceira vez, o Estudo de Reputação, consultando empregados, comunidades vizinhas, poder público e formadores de opinião e, pela segunda vez, incluindo clientes, fornecedores e contratados. (...). Após mais de 2,7 mil consultas a representantes dos nossos públicos, apuramos em 2014 um indicador geral de 74,9 pontos (71,6 pontos em 2013), o que mais uma vez nos posiciona como uma organização de reputação forte, segundo a metodologia, que inclui cinco categorias (escala de 0 a 100, que vai de pobre a excelente). Quando comparada apenas com empresas do setor de mineração, a reputação da Samarco alcança o nível considerado de excelência, o que representa um *benchmark* para o setor. (RASS, 2014, p.28)

O Quadro 9, Relação dos Índices contidos nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa, a seguir, evidencia a ênfase dada ao indicador reputação, enquanto para os demais indicadores quase não existem informações.

**Quadro 9 – Relação dos Índices nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade da Samarco
(2009–2014)**

	Reputação	Satisfação das Comunidades	Contribuição ao Desenvolvimento Local
Indicadores	Escala normativa de 0 a 100: Excelente (maior que 80), Forte (entre 70 e 79), Mediana (entre 60 e 69), Fraca (entre 40 e 59) e Pobre (menos que 39)	Preenchimento de questionário para medir apoio, responder dúvidas e desenvolver e monitorar iniciativas	Medição de resposta empresarial em relação a acesso e oportunidades das comunidades: crescimento na arrecadação de impostos, variação nos índices de criminalidade, nível de interferência na prestação de serviços públicos e na geração de emprego
2009	Configurada como ‘objetivo estratégico’ ligado ao valor empresarial. Pretensão de criar modelos de análise da reputação para 2010. <i>Definição da reputação como objetivo para obtenção da Licença Social</i>	Participação de 1.810 pessoas. Média de 75%, em alguns casos podendo chegar a 90%	
2010	Estruturação, Preparação e Desenvolvimento de Pesquisas para medir a reputação. Realização de seminários para integrar a reputação como parte da gestão empresarial	Participação de 7.810 pessoas nas ações de Diálogo Social: Resultado: 76,85%	
2011	Realização de 2.666 entrevistas com stakeholders (empregados, contratados, clientes, fornecedores, instituições formadoras de opinião, poder público e comunidades vizinhas). Resultado: Samarco possui reputação forte		
2012	Consulta a mais de 2,6 mil representantes dos stakeholders da Samarco (empregados, contratados, clientes, fornecedores, instituições formadoras de opinião, poder público e comunidades vizinhas). Resultado: 72,9% (forte)	Pesquisa com mais de 1,7 mil pessoas que vivem perto das operações (usina, porto, mineroduto). Avalia atenção da empresa com as comunidades e benefícios gerados pela operação.	Análise de 44 indicadores econômicos e ambientais nas regiões de influência. Revisão do índice para integração na gestão da estratégia socioinstitucional

		Resultado: 72% de favorabilidade	
2013	Pesquisa de reputação com quatro stakeholders (poder público, comunidades, empregados e formadores de opinião). Consulta com 1.930 pessoas. Resultado: próximo aos 71,6%. Justificativa: expansão e obras da Samarco por conta do Projeto Quarta Pelotizadora e os impactos da expansão	O estudo não foi realizado por conta de uma revisão metodológica e os atributos foram transferidos para pesquisa de reputação como método mais abrangente	Não será mais medido o índice para centrar esforços na coleta de dados referente a indicadores socioeconômicos da Usina pelotizadora P4P
2014	Consulta com 2,7 mil pessoas ‘dos nossos públicos’ Resultado: 74,9 pontos		
Fonte: RASS, anos 2009 a 2014. Elaboração própria			

A comparação das informações do Quadro 7 - Indicadores Ethos, com as do Quadro 8 – Relação dos Índices do período de 2009 a 2014, evidencia que a empresa ampliou muito o público que participa das pesquisas de satisfação. No ano 2007 foram questionados 29 empregados, já em 2008 foram questionadas mais de 1000 pessoas para o Índice de Satisfação. Além disso, a empresa ampliou e diversificou os índices e as medições realizadas, porém na maioria dos casos não explicou a metodologia aplicada ou a forma como os índices foram obtidos, apenas pontuando porcentagens sem caracterizar o contexto maior, a partir do qual as informações foram apuradas.

É interessante também avaliar os termos que são utilizados sem explicitar o que significam, ou seja, reputação e favorabilidade são utilizados como uma valoração e a eles são atreladas porcentagens e pontuações que não são explicadas como se chegou a elas, ou apenas pontuados como sendo ‘forte’, como no caso do RASS de 2011, que informa que a Reputação da empresa é “forte”. Além disso, a quantidade de Índices aumentou, referindo-se a diferentes frentes de atuação da empresa. Por exemplo, no ano 2012 aparece o Índice de Favorabilidade Institucional focado no Projeto da Quarta Usina de Pelotização, avaliando a aceitação do projeto em relação a expansão da empresa. Se nota, desse modo, como esses índices se tornaram um instrumento de autoafirmação da própria empresa e são colocados como selos de qualidade ou de boa prática da Samarco, porém não oferecem detalhes sobre sua real atuação ou suas atividades. A partir de 2013 o Índice de Contribuição ao Desenvolvimento Local não foi mais

avaliado, passando a fazer parte da medição dos indicadores socioeconômicos relativos à quarta Usina Pelotizadora (P4P). Nos anos anteriores o tema foi mencionado nos relatórios, mas não apresentam resultados.

Em relação aos indicadores, tanto os do Instituto Ethos quanto aos contidos no Quadro 8, o que se pode afirmar é que eles fazem parte de uma estratégia de enraizamento em rede da empresa, colocando em evidência certos valores considerados positivos, mas que não é explicitado como eles são medidos ou como que as porcentagens são definidas. Essa prática cria uma ‘cortina de fumaça’ forjando uma aparência de empresa responsável, preocupada com desenvolvimento social das comunidades de sua área de influência direta e com a sustentabilidade ambiental.

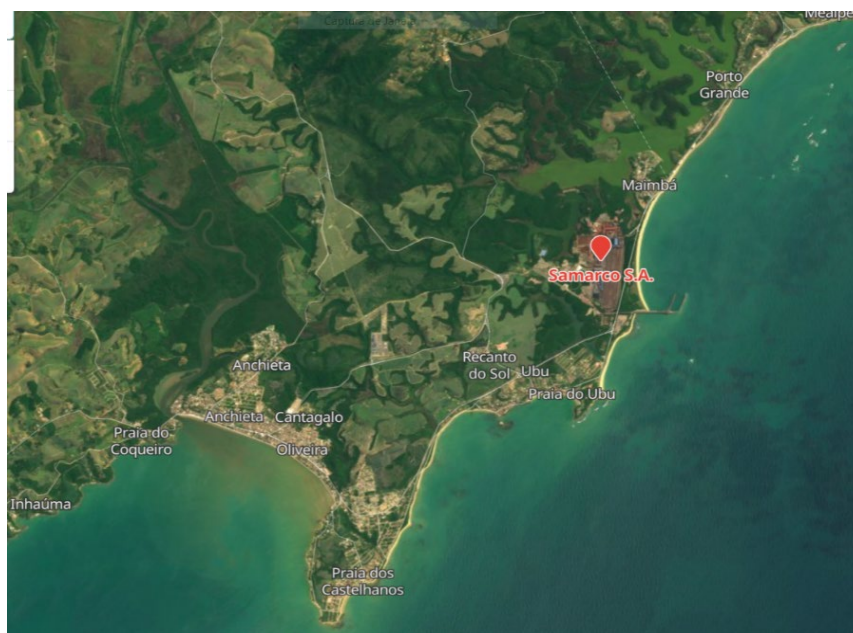
4.2 – Mãe-Bá – Território prioritário para as ações de RSC em Anchieta

A análise dos temas codificados evidenciou uma peculiaridade em relação ao local prioritário para a destinação das ações e investimentos da Samarco. Verificou-se que a Comunidade de Mãe-Bá, em Anchieta, foi receptora de grande parte das ações de RSC da empresa. Uma explicação dessa relevância de Mãe-Bá, em relação à outros bairros do município, prende-se ao fato de a localização do bairro estar muito próxima à planta industrial e ao porto de Ubu da Samarco.

Segundo Perozini (2017), a localização do bairro fica a menos de um quilômetro da entrada do portão central da Samarco. Na fase de expansão da empresa, em especial durante a construção das usinas pelotizadoras (P3P e P4P), algumas empresas alugaram imóveis nas imediações para os 700 trabalhadores que passaram a residir no lugar. (PEROZINI, 2017, p. 78). A figura 6, a seguir, mostra a localização das indústrias pelotizadoras e do bairro Mãe-Bá³⁹.

³⁹ A grafia do nome do bairro “Mãe-Bá” pela Prefeitura Municipal de Anchieta difere da escrita pelo Google Earth, “Maimbá”.

Figura 6 - Localização da Planta Industrial e do Bairro Mãe-Bá, em Anchieta



Fonte: Google Earth (março 2022)

Como pode ser observado, na figura 6, Mãe-Bá é um bairro localizado ao lado da Samarco. Por isso, para a Samarco a comunidade faz parte das comunidades prioritárias (RASS, 2008), sendo considerada área de influência direta (AID). No município de Anchieta outros bairros também são considerados AID, são eles: Ubu, Recanto do Sol, Castelhanos, Belo Horizonte, Parati, Chapada do Á, Monteiro, Goembê, Guanabara e Nova Jerusalém.

Mãe-Bá, além de estar localizado ao lado da planta industrial e do porto de Ubú, também se situa entre as margens da segunda maior lagoa de água doce do estado, chamada de Lagoa Mãe-Bá, e o Oceano Atlântico. Tradicionalmente o bairro era habitado por pescadores que pescavam tanto na lagoa como no mar. Porém, com a instalação da empresa e sua expansão, o bairro cresceu e passou a ser habitado também pelos trabalhadores da Samarco. As atividades da Samarco, além de gerar crescimento populacional, também gerou diversos impactos diretos, principalmente o barulho das usinas, a poluição do ar com o pó de minério e a poluição da lagoa. A empresa deposita os seus efluentes provenientes do transporte do minério por meio dos minerodutos, após seu tratamento, na lagoa (ZANOTELLI, 2014). No relatório de Impacto Ambiental do Iema⁴⁰ para a concessão do licenciamento da quarta usina de pelotização, a lagoa é definida como:

⁴⁰ O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) foi elaborado pela CEPEMAR. Trata-se de um documento que analisa e avalia os possíveis riscos advindos da implantação da quarta usina de pelotização. No relatório, os possíveis riscos são qualificados em Riscos sobre o Meio Físico, Meio Biótico e Meio Socioeconômico. Além da avaliação dos possíveis riscos também são sugeridas medidas mitigatórias preventivas, medidas mitigatórias corretivas, medidas mitigatórias compensatórias e medidas potencializadoras. Com base nesta avaliação é que foi

“[...] recurso hídrico interior que já recebe todos os efluentes gerados na Samarco, quer seja de forma direta, pelo vertimento periódico da Barragem Norte, quer seja de forma indireta pelo aporte de águas subterrâneas. Para o presente projeto, a Lagoa de Maimbá também está sendo considerada como corpo receptor final dos efluentes líquidos” (RIMA, 2009, p. 16)

O referido relatório fez também uma avaliação do território em geral, e sugeriu que a lagoa seja utilizada para efluentes domésticos, industriais e pluviais, e, também para pesca e para lazer, mesmo que ainda não seja tão utilizada. O relatório destacou ainda que o local “[...] tem grande potencial, devido à beleza cênica da lagoa localizada em região turística” (RIMA, 2009, p.20).

Em relação a avaliação da qualidade da água o relatório da Cepemar mostra que ela não está em boa condição, devido ao processo de ‘eutrofização’⁴¹. Explica que tal processo é resultado do “[...] uso da lagoa para descargas de esgotos e ao consumo das suas águas para fins diversos, tais como criação de animais e elevatórias administradas pela CESAN”. Além disso, destaca que devido a presença de organismos nocivos, há indicações “[...] que o ecossistema na lagoa Maimbá está em desequilíbrio. Isto indica que a água da lagoa *não apresenta boa qualidade*” (RIMA, 2009, p.29, grifos nossos).

Em relação aos possíveis danos e impactos nos recursos hídricos, o relatório sugere que a água seja destinada para a Barragem Norte e que a Samarco já possui as soluções tecnológicas para tratar a água.

Ademais, o RIMA (2009) indica também alguns programas ambientais para assegurar a segurança e a proteção do ambiente. Especificamente para os recursos hídricos foi sugerido o Programa de Monitoramento da Qualidade de Água das Lagoas de Mãe-Bá. Esse programa foi implementado para acompanhar e monitorar a lagoa, e para avaliar possíveis efeitos da implantação da pelotizadora P4P e o sistema de tratamento de efluentes. O foco principal deste programa relativo à qualidade da água são os possíveis impactos gerados pela implantação da quarta usina e seu efeito sob a quantidade e a qualidade de água. Há que se ressaltar, no entanto, que o agente responsável para executar o programa e fazer a avaliação é a própria Samarco.

Claro está que a empresa não vai divulgar informações que possam contribuir para manchar sua imagem, mostrando dados que evidenciem que a água não tem qualidade. É o que se observa na análise do RASS do ano 2012, onde a Samarco cita em seu favor um estudo

concedida a licença de operação. Para mais informações consultar:
https://iema.es.gov.br/Media/iema/Downloads/RIMAS/RIMAS_2009/2017.04.06%20RIMA_RT_409_09_RIMA.pdf.

⁴¹ Devido ao excesso de nutrientes, algas surgem em grande quantidade e afetam assim a qualidade da água (RIMA, 2009).

realizado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (RJ) mostrando que os peixes da lagoa não estão contaminados por metais pesados (RASS, 2012, p. 54).

Contudo, outras fontes dizem o contrário. De acordo com Costa (2015) em uma breve pesquisa realizada nos jornais da região, mostrou por meio de algumas matérias, que a lagoa estava em condição ruim devido aos rejeitos depositados pela Samarco. Além de diversas multas que a empresa já levou em relação a poluição da lagoa, moradores e pescadores notam a diferença nítida da água em relação a sua cor e cheiro. Devido a presença de algas a lagoa apresenta-se turva e com mau cheiro, além do aumento da mortalidade de peixes no local (COSTA, 2015)⁴².

Outra fonte que questiona as informações divulgadas pela Samarco é o Jornal Online Século Diário, que alerta sobre a insegurança da Barragem Norte, nos seguintes termos:

O ponto crítico, como apontam, fica próximo a dois locais por onde desce o minério e que, estrategicamente, só podem ser vistos *[sic!]* de barco ou caminhando pelas margens. Parte da barragem já está assoreada, com profundidade de menos de um metro, e apresenta coloração vermelha.

Denúncias indicam, ainda, que esta *barragem teria sido item de condicionante da licença ambiental da Quarta Usina de Pelotização*, inaugurada em 2014. A Samarco/Vale deveria ter garantido a limpeza da água, o que só fez até a finalização do processo. Depois de concedida a licença, os *órgãos ambientais não promoveram a devida fiscalização*. A lagoa da barragem está morta, sem peixes, com apenas caramujos que se alimentam da poluição. Mesmo destino traçado para a Mãe-Bá e suas nascentes. (SÉCULO DIÁRIO, 2015, grifos nossos)⁴³

Nota-se então a diferença de discurso e de fatos apresentados pelo órgão ambiental, pela própria Samarco e por outras fontes de informações. O órgão ambiental que, supostamente, deveria estar monitorando o uso devido da lagoa, no entanto, delega a própria Samarco a tarefa de avaliar e monitorar a lagoa. Este exemplo mostra a estratégia de autorregulação da empresa em favor do seu interesse, evidenciando com clareza como ela tem poder e influência, o que lhe permite avaliar seus próprios impactos e apresentar a informação da maneira que lhe convém.

Enfim são estes fatores que fazem da comunidade de Mãe-Bá um local prioritário para as ações relativas à “sustentabilidade ambiental” e “desenvolvimento social” da empresa. Devido à proximidade do bairro, muitos dos seus trabalhadores vivem no mesmo, além disso o fato da Lagoa de Mãe-Bá constituir-se num recurso hídrico importante para o funcionamento da empresa, grande parte das ações relativas à RSC são destinadas ao mesmo. Por isso a

⁴² Para mais informações: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/12/lagoa-recebe-rejeitos-da-samarco-em-achieta-e-pescadores-reclamam.html> (COSTA, 2015).

⁴³ Para mais informações: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/a-mesma-lama-que-jogaram-no-rio-doce-estao-jogando-na-lagoa-mae-ba> (SÉCULO DIÁRIO, 2015).

Samarco implementa distintos programas voltados para a comunidade, tais como educação, cultura, proteção ao meio ambiente e capacitação para os moradores da comunidade de Mãe Bá. Além disso, devido ao TAC, a empresa teve que cumprir o que foi acordado com o estado para obter a licença de operação. Com isso, construiu no bairro uma estação de tratamento de esgoto, asfaltou as vias urbanas e construiu um posto de saúde. A empresa também acompanha a reintrodução de peixes na lagoa e realiza atividades de recuperação de nascentes.

Outras ações realizadas em Mãe-Bá pela Samarco consistem na construção de um trevo rodoviário, asfaltamento e a sinalização das ruas (2008), construção de uma unidade de tratamento de esgoto (2009), do Centro Esportivo e do Centro de Convivência de Mãe-Bá (2014), além, de diversas ações de preservação e proteção à natureza no entorno da lagoa.

Por meio do software Nvivo foi realizada uma consulta de frequência da palavra Mãe-Bá dentro das referências já codificadas, para visualizar as faixas de codificação para analisar em quais códigos o assunto relativo a Mãe-Bá aparece. O resultado (Anexo I) demonstra que os assuntos referentes a Mãe-Bá foram codificados principalmente nos assuntos Programas, Condicionante, TAC, Socioambiental, Preservação, Educação e Construção.

Esse conjunto de ações demonstra com clareza como as ações denominadas de Responsabilidade Social Corporativa são utilizadas como estratégias da empresa para diminuir críticas, criar vínculos duradouros e legitimidade. Portanto, para a comunidade de Mãe-Bá muitos recursos são destinados porque além do bairro abrigar muitas famílias de trabalhadores da Samarco, as quais sofrem os efeitos negativos mais intensos (poluição do ar, barulho, etc.), a empresa ainda polui a principal lagoa do município, considerada um patrimônio ambiental turístico. Para amenizar e neutralizar as possíveis críticas, por meio da **estratégia social**, a empresa manipula socialmente os sentimentos da população visando construir uma imagem favorável aos seus empreendimentos. A conexão desta estratégia com a dimensão da responsabilidade social ética e filantrópica se efetua por meio de diferentes investimentos na região, com foco na educação ambiental e na proteção da natureza. Para a imagem da empresa, em termos dos indicadores de reputação, que ela diz ser “forte”, tal posicionamento como agente preocupado com o meio ambiente, realizando programas de revitalização de nascentes, revivo de peixes e educação ambiental de crianças, além de executar obras públicas necessárias e importantes no local (pavimentação das vias, construção do hospital público entre outros), agregam valor e consolidam o enraizamento da empresa como agente que traz riqueza e benefícios para a sociedade.

A construção de um vínculo duradouro e forte entre os interesses da empresa e os da população local assim é alcançado. O debate apontando danos ambientais e as críticas são

ignoradas e neutralizadas, ou são tratados pela empresa como resolvidos. É o que pode ser observado em relação aos impactos ambientais decorrentes da água, que transportou o minério desde Mariana até Anchieta, que é lançado na lagoa. Como a tarefa de monitorar e avaliar a qualidade do retorno dessa água ao meio ambiente é da própria empresa, facilmente ela pode omitir os dados que podem manchar sua imagem. Com isto a empresa tem oportunidade de criar seu discurso e perpetuar sua lógica de poder, argumentando que as ações estão sob controle e que os impactos estão ‘dentro dos limites estabelecidos pela lei’.

Conclusões

A motivação inicial que despertou nossa curiosidade para investigar sobre o papel das ações empresariais denominadas de Responsabilidade Social Corporativas foi o desastre-crime da barragem de rejeitos de minério de Fundão, em 05/11/2015, considerado o maior do mundo (BOWKER; CHAMBERS, 2017), de propriedade da Samarco S/A, e suas controladoras Vale S/A e BHP Billiton. O contraste entre a magnitude e extensão do desastre-crime em análise diante da imagem ostentada pela Samarco Mineração S/A, sobretudo, na mídia local, órgãos ambientais e no meio empresarial de que se tratava de uma empresa responsável que, além de seus investimentos na mineração, investia também em ações de desenvolvimento social, sustentabilidade ambiental entre outras atividades de Responsabilidade Social Corporativa, provocou um sentimento de perplexidade na maioria destes atores. Ou seja, como se explicaria que tal tragédia teria acontecido logo com a Samarco?

Face a este cenário emergiram muitas indagações, entre elas a que chamou nossa atenção refere-se as estratégias e ações da empresa para construir uma imagem incontestável de confiança entre os seus *stakeholders* relativa à sua importância para gerar desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. Essa constatação nos conduziu a questionamentos sobre as ações de Responsabilidade Social Corporativa da Samarco Mineração S/A. A investigação dessas ações ancorou-se na hipótese de que as razões que orientaram os investimentos denominados de responsabilidade social têm como fundamento a melhoria da imagem e da reputação da empresa, para justificar e legitimar sua expansão tanto na esfera nacional como na transnacional.

O tratamento das questões que estão implicadas nesta hipótese exigiu esforços teóricos-analíticos visando a construção de um aporte que pudesse fundamentar a compreensão das relações econômicas, sociais e institucionais da empresa nos marcos atuais das corporações multinacionais e dos processos de globalização. Este aporte foi construído a partir do modelo teórico-metodológico de Redes de Produção Globais (HENDERSON, et al, 2002), e da literatura existente sobre o tema da Responsabilidade Social Empresarial e/ou Corporativa. Os *insights* obtidos por meio da análise destes dois marcos teóricos permitiram estabelecer um diálogo entre ambos, que resultou no estabelecimento de conexões entre as seis estratégias corporativas da Rede Global de Produção Mineral (SANTOS; MILANEZ (2017a) com as quatro dimensões da pirâmide de Responsabilidade Social Corporativa – econômica, legal, ética e filantrópica – (CARROLL, 1991). À luz dessas contribuições, detalhadas no Capítulo 01, foi possível compreender as estratégias da empresa para construir confiança e legitimidade de seus empreendimentos, ao longo de sua trajetória até o rompimento da barragem.

Com o objetivo de mostrar empiricamente os principais investimentos em ações de RSC feitos pela Samarco S/A, o Capítulo 02, descreve o contexto de origem da empresa no cenário desenvolvimentista da economia brasileira, destacando os principais impactos econômicos e sociais ocorridos no município de Anchieta-ES. Os grandes investimentos realizados desde sua instalação, em 1973, e sua posterior expansão ao longo das últimas décadas, evidenciam características que são denominadas pela literatura, como sendo típicas de *company town* (SANTOS; MILANEZ, 2018). Este conceito compreende a inserção de uma grande empresa em um local remoto com baixa infraestrutura urbana e economia de reduzida magnitude.

Tendo em mente os aportes teóricos descritos (Cap.01) e o contexto econômico e social do município de Anchieta-ES (Cap.02), foram identificadas as estratégias da Samarco no processo de implementação da sua política de Responsabilidade Social Corporativa. Para tanto os Relatórios Anuais de Sustentabilidade da Samarco (RASS), do período de 2005 a 2015, foram submetidos a análise sob o crivo das conexões entre estratégia empresarial e ações de RSC. Com o auxílio do software Nvivo identificamos oito temas principais e 20 subtemas que foram objetos de atenção prioritária da empresa por meio da política de RSC. A análise contextualizada de cada tema mostrou que a ênfase das ações de RSC está voltada à construção de confiança dos stakeholders, por meio da manutenção de elevado índice de reputação da empresa, que se reflete na sua imagem favorável e sua legitimidade perante a sociedade local e nacional (Capítulo 03).

Conforme indicado pela literatura pertinente, constatou-se que no caso da Samarco S/A a RSC engloba distintos aspectos, desde a sua instauração como estratégia empresarial visando construção de confiança e legitimidade do negócio para de geração de lucro, até sua implementação como princípio autorregulador das relações entre Estado e mercado diante da ampla autonomia das empresas multinacionais.

No âmbito político, a RSC constitui-se como mecanismo pelo qual as corporações multinacionais estabelecem e fortalecem sua autorregulação. Sobre este ponto Banerjee (2018) destaca que as corporações obstruem regularmente as agências reguladoras enquanto pressionam governos e organismos de comércio internacional por uma legislação favorável aos seus negócios. No âmbito social e ambiental, as ações de RSC funcionam como uma ferramenta para amenizar impactos socioambientais por meio de estratégias de alienação e dependência do empreendimento. Nos âmbitos econômico e empresarial as ações de RSC se traduzem em estratégia de marketing, fortalecimento de contratos e financiamentos, gestão de interesses de stakeholders e busca de vantagem competitiva.

Deste modo, as políticas e ações de RSC tem se constituído em mecanismos eficazes na redução do poder institucional do Estado em relação às corporações e para que a autorregulação seja legitimada. Além disso, RSC é utilizada como ferramenta de comunicação para promover marketing positivo e como estratégia para melhorar a imagem da empresa por meio de técnicas de neutralização de problemas que as próprias corporações desencadeiam.

A insuficiência de regulamentações e de controle efetivos em níveis globais e nacionais tendem levar as grandes corporações a operarem sob um regime de autorregulação, ou seja, de modo a decidirem com base em seus próprios interesses. Isso demonstra que na prática, a adoção de medidas de RSC por grandes empresas tendem a ferir a dimensão ética, que contemplam valores de justiça, tornando-a um instrumento do próprio fortalecimento da atividade mineradora. A ideia de responsabilidade Ética implica em estar atento aos valores emergentes e agir conforme normas e valores que se sobressaem nas leis.

É, portanto, nesta conjuntura caracterizada pelo deslocamento dos fundamentos normativos de controle das atividades empresariais pelo poder público, para sistemas voluntários e unilaterais das corporações transnacionais, que os conflitos socioambientais se intensificaram e que os desastres tecnológicos catastróficos passam a ocorrer com maior frequência. As corporações da RGPM, instaladas no território brasileiro se sobressaem, neste contexto, por contabilizar diversos desastres nos últimos tempos. Como principais protagonistas desta Rede as empresas Samarco/Vale/BHP Billiton do Brasil, proprietárias da barragem de Fundão, em Mariana Minas Gerais, em novembro de 2015, se tornaram rés do maior desastre de barragem do mundo, tanto em volume como em extensão. E, em seguida, em 2019, ocorreu o rompimento da barragem de Brumadinho de propriedade da Vale S/A, considerado o segundo maior desastre industrial das primeiras décadas do século 21.

Se até a ocorrência destas tragédias, o discurso em torno das benesses da mineração se baseou em aspectos positivos da atividade, como propulsão do *desenvolvimento, da prosperidade econômica e da criação de emprego*, foi predominante no debate público brasileiro, o mesmo não pode ser dito, no pós-desastres. Por consequência das catástrofes, o debate sobre a violação de Direitos Humanos e a proteção ao meio ambiente se fortaleceu na cena pública, evidenciando-se a insuficiência das práticas de RSC, no Brasil (MILANEZ, SALLES, GIFFONI, 2016).

Por fim, o Capítulo 04, a partir dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade da Samarco, traz a análise das conexões estabelecidas entre as estratégias corporativas da Samarco (SANTOS; MILANEZ, 2017a) vis-à-vis as dimensões da pirâmide de Responsabilidade Social

Corporativa – econômica, legal, ética e filantrópica (CARROLL, 1991) tendo por referente empírico o município de Anchieta-ES.

Desse modo, foi possível demonstrar as principais ações em que a empresa concentrou suas estratégias de enraizamento territorial e social, bem como algumas foram ampliadas, enquanto outras foram perdendo espaço. As estratégias de comunicação empresarial têm um destaque importante, pois revelam o esforço da Samarco para disseminar informações mostrando seus feitos e sua contribuição para o “desenvolvimento” das economias locais, consolidando assim suas táticas de enraizamento social e em rede. Desse modo, os focos temáticos das ações voltadas para as áreas de desenvolvimento, empreendedorismo e capacitação é uma estratégia para catalisar as atividades econômicas promovidas e ao mesmo tempo atrelar o crescimento econômico ao seu nome, criando assim uma narrativa de autoafirmação própria.

A atuação no bairro lagoa de Mãe-Bá demonstrou como as ações visando à neutralização e à autorregulação funcionam. Por mais que a poluição da lagoa seja noticiada pelos órgãos ambientais, pela imprensa e por movimentos ambientalistas, a cortina de fumaça criada pela empresa, com informações visando neutralizar os impactos, mostra a eficácia de suas estratégias. Diante da assimetria de poder entre os atores corporativos e as partes interessadas marginalizadas e vulneráveis, como é o caso da comunidade de Mãe-Bá, o bem-estar da comunidade é reduzido pelas atividades da empresa, embora aos olhos da comunidade o bairro seja visto como beneficiado.

O intuito da dissertação foi trazer uma avaliação crítica sobre as ações enquadradas como Responsabilidade Social pela Samarco S/A, para desmistificar por meio do estudo de um caso empírico, as características e intencionalidades destas práticas. A avaliação demonstrou que muitas das ações realizadas foram em infraestrutura necessárias para o município, porém veiculado nos RASS como uma preocupação legítima da empresa com seu entorno. No entanto, evidenciamos que as maiores melhorias (por exemplo a reforma e ampliação do Hospital) decorreu do cumprimento de condicionantes estabelecidas no TCA e TCSA, firmado pela empresa para obtenção de Licença Social para Operar.

A análise das práticas de RSC da mineradora Samarco corroborou o que a literatura pertinente tem sublinhado. Isto é, funcionam muito mais como mecanismo de *marketing* empresarial, demonstrando na superfície o atendimento de demandas de interesses públicos/sociais, mas que em essência refletem o cumprimento de interesses corporativos. Sobre este aspecto, a reflexão de Ramiro (2009) ilumina a perspectiva da RSC sob o ponto de vista das corporações:

É inegável que, para as empresas transnacionais, uma boa reputação corporativa e uma imagem confiável são uma maneira de melhorar seu prestígio e, aliás, desativar as críticas de organizações sociais que se opõem a suas atividades. Além disso, grandes empresas viram que o paradigma de Responsabilidade Social Corporativa é apresentado como a melhor solução para garantir a sustentabilidade dos negócios, explorar diferentes opções de rentabilidade e criar relacionamentos produtivos com comunidades, governos e, em geral, com todos os grupos de interesse. (RAMIRO, 2009, p. 4)

Olhando as práticas de RSC com as lentes das Redes Globais de Produção Mineral foi possível identificar estratégias específicas de enraizamento social. Em relação ao cumprimento das condicionantes oriundas de licenças, muitas vezes atreladas a construção ou reformas de infraestrutura urbana identifica-se a estratégia legal que compreende o cumprimento de todas as regras e leis. No entanto, como foi sublinhado, as informações são apresentadas em formas e formatos diferentes nos relatórios, além disso, nem sempre é possível identificar quais ações se referem ao cumprimento de TAC's e quais são feitas para além das regras, enquadrando-se na estratégia de enraizamento social.

Os programas de geração de renda refletem a estratégia de enraizamento em rede, ao produzir dependência econômica do município à empresa, beneficiando com isso a própria empresa ao criar pequenas empresas e iniciativas que atendam as demandas geradas pela Samarco.

Já o foco nos programas socioambientais de educação e proteção refletem a tendência atual da governança corporativa, em que os valores como sustentabilidade ambiental e reputação forte são essenciais para a avaliação positiva da empresa por parte de seus stakeholders. Além disso, em muitos casos, a realização e implementação de ações e programas de proteção ao meio ambiente fazem parte de condicionantes para obtenção de licenciamentos para operação ou então são uma espécie de 'compensação ambiental', significando que a empresa é obrigada a compensar seu impacto ambiental com outros investimentos na área.

Investimentos na saúde pública também configuraram como um foco importante na estratégia empresarial. No caso Samarco decorrem de diretrizes de licenciamentos e TAC's, e visaram suprir a situação precária de serviços públicos de saúde no município base de suas operações.

Em síntese, a análise centrou-se no período marcado pela expansão da empresa. Os achados relativos às práticas de RSC descritos evidenciam os principais focos de atenção da Samarco S/A e como os temas/assuntos foram sendo modificados e diversificados no período. As frentes de atuação evidenciam a crescente mudança de foco. Isto é, mais centrado em investimentos sociais na primeira expansão (Usina Pelotizadora P3P e segundo mineroduto),

iniciada em 2005, em relação a segunda expansão (Usina Pelotizadora P4P e terceiro mineroduto), iniciada, em 2011, que esteve voltado para imagem e reputação, a partir de forte marketing corporativo.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, H., PINTO, R.G. A gestão empresarial do "risco social" e a neutralização da crítica. **Revista Praia Vermelha**. v.19, n.2, jul./dez., p. 51-64. 2009.
- BARBOSA, C. S. O Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo frente ao desastre de Mariana (MG). **XIII Semana de História**.07 a 11.10.2019. Programa de Pós-Graduação em História, CCHN, UFES, 2019.
- BARBOZA, C. S.; PEREIRA, A. R. V. V. Uma empresa “boa” ou enraizada? Sindimetal-ES e metalúrgicos da Samarco no contexto do desastre-crime de Mariana. *In*: BUSSINGUER, E.; SILVA, M.; PEREIRA, A. (Orgs.). **Danos socioambientais no Brasil: riscos e alternativas**. Vitória: FDV Publicações, 2020, p.123-158.
- BANERJEE, B. Transnational power and translocal governance: The politics of corporate responsibility. *Human Relations*, v. 71, n. 6, p.796 –821, 2018.
- BECK, U. **Sociedade de risco**. Rumo a uma outra modernidade. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BOUTILIER, R.G., THOMSON, I. **Modelling and Measuring the Social License to Operate: Fruits of Dialogue between Theory and Practice**. Disponível em: <https://sociallicense.com/publications/Modelling%20and%20Measuring%20the%20SLO.pdf>. Acesso em fevereiro 2021, 2011.
- BOWKER, L. N.; CHAMBERS, D. **Samarco dam failure largest recorded in history**. 12 dez. 2015. Disponível em: <https://lindsaynewlandbowker.wordpress.com/2015/12/12/samarco-dam-failure-largest-by-far-in-recorded-history/> Acesso em: jun. 2019
- BOWKER, L.; CHAMBERS, D. In the Dark Shadow of the Supercycle Tailings Failure Risk & Public Liability Reach All Time Highs. **Environments**, v. 4, n. 4, p. 75, 2017.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Instrução normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União**. Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/09062014_Instrucao_normativa_de_01_de_agosto_de_2012.pdf. Acesso em: fev. 2020.
- BRASIL. Instrução normativa nº 2, de 20 de dezembro de 2016. **Diário Oficial da União**. Brasília, 22 dez. 2016. Anexo V. 2016. Disponível em: https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/Cobrade_com-simbologia.pdf. Acesso em: fev. 2020
- CAMPOS JÚNIOR, C. T. de. **A história da construção e das transformações da cidade**. Vitória: Cultural-ES, 2005.
- CAMPOS JÚNIOR, C. T. de. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Florecultura, 2002.
- CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, [S.l.], v. 34, n. 4, p. 39-48, Jul./Aug. 1991.

_____. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. **Business & Society**, [S.l.], v. 38, n. 3, p. 268-295, set. 1999.

_____. Carroll's pyramid of CSR: taking another look 2016. **International Journal of Corporate Social Responsibility**. 2016. 1: 3.

CARROLL, A. B. SHABANA, K. M. The Business Case for Corporate Social Responsibility: a Review of Concepts, Research and Practice. **International Journal of Management Reviews**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 85-105, 2010.

CARLOS, E. Protestos, inovação e consequências políticas no desastre do Rio Doce. Anais. VI Seminário do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGCS). Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Setembro, 2021.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V.1, 7ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CERDÀ, Miguel Ortega. Justicia Ambiental, gobernanza y responsabilidad social corporativa. In: ZUBIZARRETA, J.H.; RAMIRO, P. (eds.). **El negocio de la responsabilidad**. Crítica de la Responsabilidad Social Corporativa de las empresas transnacionales. Barcelona: Icaria editorial, p.147-171, 2009.

CHADE, J. "Pressionada, Vale sai de pacto mundial de responsabilidade social." **UOL Notícias**. 29 maio 2015. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/05/29/pressionada-vale-sai-de-pacto-mundial-de-responsabilidade-social/>. Acesso em: mar. 2020.

COELHO, T. P.; MILANEZ, B.; PINTO, R. G. A empresa, o estado e as comunidades. In: ZONTA, M.; TROCATÉ, C. (org.): **A questão mineral no Brasil – Vol. 2**. Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/ BHP Billiton. Pará: Editorial Iguana, 2016. p. 183 – 227.

CORRÊA, J.C. **Territorialidades e resistências da comunidade de pescadores de Ubu e Parati ao polo industrial de Anchieta, ES**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

CORSI, F. L.; SANTOS, A.; CAMARGO, J. M. A América Latina: Ciclo de Commodities e Crise do Capitalismo Global. **Austral - Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v. 8, n. 15, jan./jun., p. 168-194, 2019.

COSTA, W. "Lagoa recebe rejeitos da Samarco em Anchieta e pescadores reclamam". **G1 Espírito Santo**. 04 dez. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/12/lagoa-recebe-rejeitos-da-samarco-em-anchieta-e-pescadores-reclamam.html>. Acesso em: 14 dez. 2021.

DUNFEE, T. W. Stakeholder Theory: Managing Corporate Social Responsibility in a Multiple Actor Context. In: CRANE, A.; MATTEN, D.; McWILLIAMS, A.; MOON, J.; SIEGEL, D. S. **The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility**. Oxford: Oxford University Press, 2008, p.347-362.

EEROLA, T. Corporate social responsibility in mineral exploration – The importance of communication and stakeholder engagement in earning and maintaining the social license to operate. Geological Survey of Finland, Report of Investigation. Espoo 2017.

ELLER, W.; GERBER, B. J.; BRANCH, L. E. Voluntary Nonprofit Organizations and Disaster Management: Identifying the Nature of Inter-Sector Coordination and Collaboration in Disaster Service Assistance Provision. **Risk, Hazards & Crisis in Public Policy**, v. 6, n. 2, p. 223–238, 2015.

FISCHER, R. M. **Samarco**: o papel da empresa no empoderamento das pessoas. Social Enterprise Knowledge Network. abr. 08, 2011.

FONTOURA, Y.; NAVES, F.; TEODÓSIO, A.S.S.; GOMES, M. “Da lama ao caos”: reflexões sobre a crise ambiental e as relações Estado-empresa-sociedade. **Farol Revista de Estudos Organizacionais**, v. 6, n.15, p. 17-41, 2019.

FREEMAN, R. Edward. Stakeholder Theory of the Modern Corporation. **Perspectives in Business Ethics**. vol. 3, p. 38-48, 2001.

FRIEDMAN, Milton. The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits. **New York Time Magazine**, Sept. 13, 1970.

GARCÍA-SANTOS, J. J.; MADERO-GÓMEZ, S. M. La Evolución del Concepto de Responsabilidad Social Corporativa: Revisión literária. **Conciencia Tecnológica**, Instituto Tecnológico de Aguas Calientes. México, No. 51, enero-junio, p. 38-46, 2016.

HENDERSON, J.; DICKEN, P.; HESS, M.; COE, N.; YEUNG, H.W.-C. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista de Pós Ciências Sociais**, UFMA. [s. l.], v. 8, n. 15, p. 143-166, 2011.

HERINGER HERKNER, E.; LEITE, M. C. O.; ZORZAL E SILVA, M. A Responsabilidade Social Corporativa como estratégia empresarial no contexto da mineração brasileira. In: BUSSINGUER, E. C. A.; ZORZAL E SILVA, M.; PEREIRA, A. R. V. V. (Orgs.). **Danos socioambientais no Brasil: riscos e alternativas**. Vitória: FDV Publicações, 2020, p. 173-219.

HESS, M. Spatial relationships? Towards a reconceptualization of embeddedness. **Progress in Human Geography**, v. 28, n. 2, p.165-186, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Cidades e Estados: Anchieta. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/anchieta.html>. Acesso em: 04 jan. 2022.

JESUS, P. S. **Impactos econômicos e sociais da Samarco S/A para além da tragédia socioambiental do Rio Doce**. 2019. Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

KARIDIO, I.; TALBOT, D. Controversy in mining development: a study of the defensive strategies of a mining company. **Journal of Sustainable Finance & Investment**, v. 10, n. 1, p. 18-43, 2020.

KAYSHAP, R.; MIR, R.; MIR, A. Corporate Social Responsibility: A call for multidisciplinary inquiry. **Journal of Business & Economics Research**, v. 2, n.7, p. 58-58, 2004.

KHAN, M.; HASSAN, A.; HARRISON, C.; TARBERT, H. CSR reporting: a review of research and agenda for future research. **Management Research Review**, v. 43, n. 11, p. 1395-1419, 2020.

KREITLON, M. P. A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade: Fundamentos Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. In: **XXVIII ENANAPD**, Curitiba, 2004.

KYTLE, B., RUGGIE, J.G. Corporate Social Responsibility as Risk Management: A Model for Multinationals. **Corporate Social Responsibility Initiative Working Paper**. John F. Kennedy School of Government, Harvard University, Cambridge, n. 10, p. 1-17, march. 2005.

LAHASS, G. **Análise do desdobramento socioeconômico derivado do rompimento da barragem de Fundão e a paralisação das atividades da Samarco em Anchieta – ES (2015 – 2018)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2020.

LYRA, M. G. Challenging extractivism: Activism over the aftermath of the Fundão disaster. **Extractive Industries and Society**, v. 6, n. 3, p. 897–905, 2019.

MAHER, R.; VALENZUELA, F.; BÖHM, S. The Enduring State: An analysis of governance-making in three mining conflicts. **Organization Studies**, v. 40, n. 8, p. 1169–1191, 2019.

MAHONEY, L.S.; THORNE, L.; CECIL, L.; LAGORA, W. A research note on standalone corporate social responsibility reports: Signaling or greenwashing? **Critical Perspectives on Accounting**, 24, p. 350-359, 2012.

MATIAS, E.F.P. **A humanidade contra as cordas**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MATTOS, S. M. Desenvolvimento como Discurso: um estudo sobre Anchieta – ES. **Habitus**, v.12, n.1, jan./jun., p. 97-124, 2014.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. Segregação sócio-espacial e violência urbana na região metropolitana da Grande Vitória. **Dimensões**, vol. 25, 2010, p. 249-265.

MILANEZ, B.; PINTO, R. G. Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A., Vale S. A. e BHP Billiton Brasil Ltda. PoEMAS. Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade. Abril, 2016.

MILANEZ, B.; SALLES, R.; GIFFONI, R. Mineração e Violações de Direitos Humanos: uma abordagem construtivista. **Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas**, v.1, n.1, p. 140–177, 2016.

_____; SANTOS, R.S.P.; MAGNO, L.; WANDERLEY, L.J.M.; MANSUR, M.S.; PINTO, R.G.; GONÇALVES, R. J.A. F.; COELHO, T.P. **A estratégia corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para as Redes Globais Extrativas**. Versos -Textos para Discussão PoEMAS, v.2, n.2, p. 1-43, 2018.

_____; SANTOS, R. S. P.; MANSUR, M. S. A firma e suas estratégias corporativas no pós-boom das commodities. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (org.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton**. 1ed. Marabá: Editorial Iguana, v. 2, 2016, p. 51-86.

_____; SANTOS, R. S. P. A Rede Global de Produção (RGP) do Minério de Ferro: empresas, estado e agentes de contestação. **XVI Congresso Brasileiro de Sociologia**. 10 a 13 de setembro, Salvador, 2013.

MORGAN, G.; GOMES, M. V. P.; PEREZ-ALEMAN, P. Transnational governance regimes in the Global South: Multinationals, states and NGOs as political actors. **RAE Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 4, p. 374–379, 2016.

OLIVEIRA, J. A. P. Empresas na sociedade. Sustentabilidade e Responsabilidade Social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

OWEN, J. R. et al. Catastrophic tailings dam failures and disaster risk disclosure. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 42, 2020.

PEREIRA, André R. V. V. Pagando para ver: o aumento de produtividade do trabalho na Samarco como fator explicativo para o colapso da barragem de fundão (2015). In: BUSSINGUER, E.; SILVA, M.; PEREIRA, A. (Orgs.). **Danos socioambientais no Brasil: riscos e alternativas**. Vitória: FDV Publicações, 2020, p. 83-121.

PEROZINI, L. M. **A inserção do município de Anchieta na expansão da Região Metropolitana de Grande Vitória**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

PEROZINI, L. M. **A inserção do município de Anchieta na expansão da Região Metropolitana de Grande Vitória**. XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

PINTO, R. G. Stakeholders. In: GOMIDE, C. S.; COELHO, T. P.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. (Orgs.): **Dicionário crítico da mineração**. Pará: Editorial Iguana, 2018, p. 219-222.

PRATA, D. A. Criminalidade Corporativa e Vitimização Ambiental: análise do caso Samarco. São Paulo: LiberArs, 2019

QUAZI, A.; O'BRIEN, D. An Empirical Test of a Crossnational Model of Corporate Social Responsibility. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 25, p. 33-51, 2000.

RAMIRO, P. Las multinacionales y la Responsabilidad Social Corporativa: de la ética a la rentabilidad. In: ZUBIZARRETA, J.H.; RAMIRO, P. (eds.). **El negocio de la responsabilidad**. Crítica de la Responsabilidad Social Corporativa de las empresas transnacionales. Barcelona: Icaria editorial, 2009, p. 47-78.

RAMIRO, P. La Responsabilidad Social Corporativa. Revista El Ecologista. n 63. 2009. Disponível em: <https://www.ecologistasenaccion.org/20350/la-responsabilidad-social-corporativa/>. Acesso em: 03 maio 2020.

RAMIRO, Pedro. La Responsabilidad Social Corporativa. Revista El Ecologista nº 63, 01/12/2009. Disponível em: <https://www.ecologistasenaccion.org/20350/la-responsabilidad-social-corporativa/>. Acesso em 20/01/22.

RELATÓRIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE SAMARCO [RASS]. **Samarco S/A. 2005**. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-relatorios>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Samarco S/A. 2006**. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-relatorios>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Samarco S/A. 2007**. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-relatorios>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Samarco S/A. 2008**. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-relatorios>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Samarco S/A. 2009**. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-relatorios>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Samarco S/A. 2010**. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-relatorios>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Samarco S/A. 2011**. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-relatorios>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Samarco S/A. 2012**. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-relatorios>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Samarco S/A. 2013**. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-relatorios>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Samarco S/A. 2014**. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-relatorios>. Acesso em: 23 abr. 2019.

_____. **Samarco S/A. 2015**. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/#section-relatorios>. Acesso em: 23 abr. 2019.

RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. Samarco S/A. 2005 a 2014. Disponível em: <https://www.samarco.com/relatorios/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL [RIMA]. **Instituto de Energia e Meio Ambiente**. 2009. Disponível em: https://iema.es.gov.br/Media/iema/Downloads/RIMAS/RIMAS_2009/2017.04.06%20%20RIMA_RT_409_09_RIMA.pdf. Acesso em: 15.12.2020

ROLAND, M. C; FARIA JR., L. C. S.; MANSOLDO, F. F.; SENRA, L. M.; FERREIRA, L. F. Negociação em contextos de violações de Direitos Humanos por empresas: Uma breve análise dos mecanismos de solução negociada à luz do caso do rompimento da barragem de Fundão. Versos – Texto para Discussão PoEMAS, Rompimento da Barragem de Fundão, Dossiê TAC Governança, v.2, n.1. p. 3-25, 2018.

SAMARCO. A **Samarco**. Disponível em: <https://www.samarco.com/a-samarco/>. Acesso em: 04 maio. 2020.

SANTOS, R. S. P. Redes de produção global (RPGS): Contribuições conceituais para a pesquisa em Ciências Sociais. **Revista Pós Ciências Sociais**, UFMA, v.8, n.15, jan./jun., p.127-139, 2011.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. Estratégias corporativas no setor extrativo: uma agenda de pesquisa para as ciências sociais. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**. Vitória, v.5, n.1, p. 1-26, dez. 2017a.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. A construção do desastre e a ‘privatização’ da regulação mineral: reflexões a partir do caso Vale do Rio Doce. In: ZHOURI, A. (org.). **Mineração, Violências e Resistências**. Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Pará: Editorial Iguana, 2017b, p. 111-154.

SANTOS R. S. P.; MILANEZ, B. Poder corporativo e ação econômica: reflexões a partir da mineração de ferro. **Revista de Ciências Sociais**, nº 48, p. 95-113 jan/jun. 2018.

SÉCULO DIÁRIO. ???A mesma lama que jogaram no rio Doce estão jogando na lagoa Mãe-Bá???. **Século Diário**. 25 nov. 2015. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/a-mesma-lama-que-jogaram-no-rio-doce-estao-jogando-na-lagoa-mae-ba>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SEPE, J.; SALVADOR, N. N. B. Impactos da mineração e conflitos pelo uso da água com as atividades agrícolas de pequeno porte. **VIII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, Nupedor, Universidade de Araquara, 2018. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/5/6_Josie_Sepe.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

SVAMPA, M. “Consenso de los commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, v. 244, p. 30-46, 2013.

SMART, S. The political economy of Latin American conflicts over mining extractivism. **Extractive Industries and Society**, v. 7, n. 2, abril, p. 767–779, 2020.

TSCHAEN, R.; MELLO, F. C.; ROSA, T. C. S. Neoextrativismo e desastre da Samarco: construção histórica da vulnerabilidade minério-dependente em Anchieta (ES, BRASIL). **Ambiente & Sociedade**. v. 24, p. 1-17, 2021.

VARELA, L. G. Da Samarco ao Jornal Nacional: relações entre a comunicação organizacional e o telejornalismo no desastre em Mariana- MG. 2018. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

VIEIRA, D. R. **Discursos e lógicas de poder no processo de reparação dos danos gerados pelo desastre-crime da barragem da mineração da Samarco**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

WANDERLEY, L. J.; MANSUR, M. S.; PINTO, R. G. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (org.). **Desastre**

no Vale do Rio Doce. Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016, p. 39-87.

ZANOTELLI, C.L. A expansão de polos industriais no litoral sul do Espírito Santo e a renda da terra. **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos.** Vitória, 2014.

ZHOURI, A. et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36-40, Sept. 2016.

ZORZAL E SILVA, M. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro.** Vitória: EDUFES, 2004.

ZORZAL E SILVA, M. Concepção e negociação dos instrumentos jurídicos-institucionais para reparação do desastre da Samarco que afetou a bacia do Rio Doce. Anais. VI Seminário do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGCS). Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Setembro, 2021a.

ZORZAL E SILVA, M. Desafios, tensões e limites no processo de reparação dos danos causados pelo colapso da barragem da Samarco em Fundão-Minas Gerais. Anais. IV ISA Forum of Sociology. Porto Alegre, Brazil, February, 2021b.

ZUBIZARRETA, J.H. Lex Mercatoria o derechos humanos? Los sistemas de control de las empresas transnacionales. *In*: ZUBIZARRETA, J.H.; RAMIRO, P. (eds.). **El negocio de la responsabilidad.** Critica de la Responsabilidad Social Corporativa de las empresas transnacionales. Barcelona: Icaria editorial, 2009, p. 13-46.

ZUBIZARRETA, Juan Hernandez; RAMIRO, Pedro (eds.). **El negocio de la responsabilidad.** Critica de la Responsabilidad Social Corporativa de las empresas transnacionales. Barcelona: Icaria editorial, 2009.

Anexo I – Faixas de Codificação de Mãe-Bá

<Arquivos\\Relatórios de Sustentabilidade\\2005-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade> - § 1
referência codificada [0,12% Cobertura]

Referência 1 - 0,12% Cobertura

Anchieta. Investimento: R\$ 40 mil.

Taboa Lagoa Taboa Lake Program

Programa de gestão e educação ambiental, cujo objetivo é fomentar a sustentabilidade das comunidades do entorno da lagoa de Mãe-Bá (Ubu - ES), por meio de atividades de geração de renda, contribuindo para sua preservação e revitalização. Em 2005, foi feito um estudo da qualidade e da quantidade de espécies de peixes encontrados na lagoa, com o objetivo de instituir práticas adequadas de manejo e conservação. Os resultados foram apresentados a cerca de 150 pessoas das comunidades do entorno da lagoa. Foram realizadas também 15 oficinas artesanais (fuxico, bijuterias, bordado em pedraria, escamas, conchas, papel jornal, pintura em tecido e biscoit, entre outras) com 300 artesãos locais, na Escola Municipal de Mãe-Bá, além da revitalização das nascentes da lagoa. Para essa atividade, cerca de 1.100 mudas foram plantadas juntamente com os proprietários rurais. Na comunidade de Taquara do Reino, foram plantadas 254 mudas; em Goimbê, 353 e em Monteiro, 403 mudas. Investimento: R\$ 90 mil.

Programa de Educação Ambiental Interno

<Arquivos\\Relatórios de Sustentabilidade\\2006-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade> - § 1
referência codificada [0,10% Cobertura]

Referência 1 - 0,10% Cobertura

desempenho social | Social performance indicators

fibra de taboa e a formação de 300 participantes nas 15 oficinas artesanais oferecidas pelo Taboa Lagoa em 2006. Mantida em parceria com escolas, organizações não-governamentais (ONGs) e órgãos públicos, a iniciativa busca fomentar a sustentabilidade no entorno da lagoa de Mãe-Bá, por meio de atividades de geração de renda. Desde o ano passado, mais de 4 mil pessoas participaram das ações, que incluem cursos de artesanato com resgate da técnica de confecção de peças a partir da taboa, capacitação de agentes ambientais e trabalhos de recuperação de nascentes junto aos produtores rurais e piscicultores. Em 2006 foram investidos R\$ 125 mil no programa. A criação do Baú do Saber Ecológico, uma biblioteca itinerante com livros, filmes, revistas e materiais didáticos, foi um dos destaques do programa em 2006. O Baú permanece por uma semana em cada escola das comunidades – Mãe-Bá, Porto Grande, Goimbê, Belo Horizonte, Condados, Taquara do Reino, Meaípe, Monteiro, Chapada do Á, todas no entorno da unidade de Ubu, – que também recebem contadores de histórias e peças teatrais com a temática ambiental.

together with schools, NGO's and

<Arquivos\\Relatórios de Sustentabilidade\\2007-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade> - § 3
referências codificadas [0,24% Cobertura]

Referência 1 - 0,13% Cobertura

produtivo.

Compensações socioambientais Socioenvironmental compensation

Em 2007, foi dado andamento ao cumprimento de dois Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), assinados pela Samarco com o Ministério Público do Espírito Santo.

No primeiro deles, assinado em 28 de setembro de 2004, consta um conjunto de 15 obrigações

Densidade da codificação

- Visitas Samarco
- Saúde
- Nautia Sailor Support
- Empreendedorismo
- Educação
- Desenvolvimento e Lideranças
- Dente de Leite
- Cultura
- Comunidade Cidadã
- Capacitação
- Programas
- Investimento em RSC
- Infraestrutura
- Hospital Anchieta
- Condicionante
- Construção
- Comunicação
- Voluntariado
- Imposto Solidário
- Capacitação
- Colaboradores
- RSC

compensatórias por impactos na Praia do Além. Dessas, 14 já foram concluídas, restando apenas a elaboração de um plano para a Área de Proteção Ambiental (APA) Praia de Guanabara, abrangendo a Praia do Além, com plano diretor de uso das lagoas costeiras de Tanharu, Ubu, Icarai, Parati, Maembá e Ubaia.

No outro TAC, assinado em 5 de agosto de 2005, a empresa assumiu o compromisso de cumprir 33 exigências relacionadas ao município de Anchieta (ES). Em 2007, as principais ações relacionadas a esse TAC foram:

- obtenção da Licença Ambiental e realização das licitações para a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto em Mãe-Bá;
- inauguração do trevo rodoviário e de posto de saúde, também na região de Mãe-Bá;
- início das obras de asfaltamento de vias urbanas em Ponta Ubu;
- formatação dos cursos profissionalizantes de acordo com as demandas apresentadas pela Prefeitura de Anchieta, que serão iniciados em 2008;
- preparação do projeto de aparelhamento e reforma do Hospital do Mepes (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo), também em Anchieta, que será implantado ao longo de 2008.

In 2007, work continued on

Referência 2 - 0,08% Cobertura

State School (ES).

Saúde / Health

Dente de Leite é um programa de educação e saúde bucal, que compreende assistência odontológica e ações educativas e de prevenção para a saúde bucal em crianças, professores e funcionários da rede de educação infantil e fundamental das comunidades de Mãe-Bá, Ubu e Parati (ES), além da pré-escola de Anchieta, Elson Garcia. Os alunos são atendidos nos consultórios odontológicos do PSF (Programa Saúde da Família) da Prefeitura de Anchieta. No ano, foram beneficiadas 10 escolas, 2.000 alunos, 250 professores e 116 serventes.

Atualmente, o programa é desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio das Secretarias de Educação, Saúde e Ação Social, e conta com um grupo de trabalho interdisciplinar nas áreas de saúde e educação.

Desde que foi instituído pela Samarco, em 2005, mais de 6 mil pessoas estiveram envolvidas no programa.

Dente de Leite is a

Referência 3 - 0,02% Cobertura

Anexo I | Annex I 139

Atinge as nove comunidades da região da Lagoa de Mãe-Bá, próxima à unidade de Ponta Ubu, em Anchieta (ES). O programa prevê ações de educação ambiental, capacitação em geração de renda e revitalização das nascentes (p. 96)

This program, which provides environmental

<Arquivos\Relatórios de Sustentabilidade\2008-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade> - § 4
referências codificadas [0,88% Cobertura]

Referência 1 - 0,12% Cobertura

Relatório de Sustentabilidade Samarco 2008

Tal como a Ceng, o Falas possibilita um diálogo mais claro, aperfeiçoando o relacionamento com a

Densidade da codificação

- Visita Samarco
- Saúde
- Nautia Sailor Support
- Empreendedorismo
- Educação
- Desenvolvimento e Lideranças
- Cultura
- Comunidade Cidadã
- Capacitação
- Investimento em RSC
- Infraestrutura
- Hospital Anchieta
- Condicionante
- Construção
- Comunicação
- Voluntariado
- Imposto Solidário
- Capacitação
- Colaboradores
- RSC

• Dente de Leite

• Programas

comunidade. Para isso, conta com representantes das 13 comunidades do entorno da Samarco: Meaibe, Condados, Porto Grande, Mãe-Bá, Belo Horizonte, Goembê, Chapada do Á, Monteiro, Recanto do Sol, Ubu, Parati, Guanabara e Castelhanos.

Também participam do Falas representantes de ONGs da região de Guarapari e Anchieta, do Iema, do Ibama, das prefeituras municipais de Anchieta, Guarapari e Piúma, além de representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Benevente.

O grupo reúne-se bimestralmente e obedece a estatuto próprio, aprovado pelo Iema. Sua constituição atende à Condicionante 26 da Licença de Operação – LO GCA N°068/2008/Classe IV.

RELACIONAMENTO COM PÚBLICOS INTERESSADOS lado

Referência 2 - 0,32% Cobertura

faixa de servidão dos minerodutos.

principais programas de intervenção direta em 2008

Dente De leite

Assistência odontológica para crianças de 2 a 12 anos, da Educação Infantil ao Ensino Médio. As atividades consistem na escovação supervisionada nas escolas e no levantamento da situação de saúde bucal. Os professores da rede pública são capacitados, ainda, sobre temas como pediatria, otorrinolaringologia, fonoaudiologia, psicologia, nutrição, DST/Aids, câncer bucal e halitose. público beneficiado: 16 escolas e 2.500 crianças, além de funcionários, educadores e pais de alunos.

paRati-ReutilizanDo

Focado na geração de renda a partir da transformação de garrafas pet em vassouras. As atividades incluíram palestra sobre associativismo e consultoria ao grupo, visando à constituição de associação. público beneficiado: 16 mulheres da comunidade de Parati.

piSCiCultuRa

Projeto de geração de renda desenvolvido com pescadores para criação de tilápias em tanques-rede. Além de palestra sobre associativismo, foi promovido evento de apresentação dos produtos a donos de pousadas e quiosques de Anchieta e Guarapari. público beneficiado: oito pescadores da região de Lagoa da Mãe-Bá.

DeSpeRtaR paRa a viDa

Os objetivos do programa são educar e conscientizar, por meio da abordagem de temas como promoção da cidadania, direitos humanos, saúde, qualidade de vida e autoestima. Pretende, ainda, auxiliar no combate ao uso de drogas e álcool, prostituição infantil, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis e violência. público beneficiado: 120 pessoas.

CuRSo De elaboRação De pRoJetoS

O objetivo dos cursos de elaboração, gestão e capacitação é orientar as instituições que buscam apoio da Samarco para a implementação de projetos sociais, bem como para obtenção de patrocínios e doações. Também foram realizadas 21 consultorias. público beneficiado: 156 pessoas, representantes de ONGs e dos poderes públicos municipais.

50 Relatório de Sustentabilidade Samarco

Referência 3 - 0,15% Cobertura

km de praias do entorno.

programa Taboa lagoa

Desenvolvido em parceria com ONGs e órgãos públicos, o programa Taboa Lagoa busca fomentar a sustentabilidade no entorno da lagoa de Mãe-Bá, por meio de ações de conservação, preservação e utilização sustentáveis dos recursos naturais da Lagoa de Mãe-Bá, resultados em melhorias para o ecossistema e para a comunidade, através da qualidade de vida e geração de renda local.

Entre as ações do programa estão: manejo sustentável da taboa, recuperação de nascentes em terras

Densidade da codificação

- Visita Samarco
- Saúde
- Nauta Sailor Support
- Educação
- Cultura
- Comunidade Cidadã
- Capacitação
- Investimento em RSC
- Infraestrutura
- Hospital Anchieta
- Condicionante
- Construção
- Comunicação
- Voluntariado
- Imposto Solidário
- Capacitação
- Colaboradores
- RSC

• Programas

• Dente de Leite

• Empreendedorismo

• Desenvolvimento e Lideranças

de produtores rurais e, reintrodução de peixes (espécies nativas) e consolidação do associativismo: Artesãos e Piscicultores.
 Projeto de geração de renda desenvolvido com pescadores da Lagoa Mãe-Bá para a criação de tilápias em tanques-rede. Público beneficiado: 24 pescadores. Parceiro: Prefeitura Municipal de Anchieta, através da Secretaria Municipal de Pesca, da APLAM e do SEBRAE.
 78 Relatório de Sustentabilidade Samarco

Referência 4 - 0,29% Cobertura

Ministério Público do Espírito Santo.
 Do TAC assinado em 28 de setembro de 2004, está em fase final o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Praia de Guanabara, que abrange a Praia do Além. Iniciado em agosto de 2007, tem conclusão prevista para 2009.
 Esse TAC inclui, ainda, o plano diretor de uso das lagoas costeiras de Tanharu, Ubu, Icaraí, Parati, Mãe-Bá e Ubu, localizadas nos municípios de Anchieta e Guarapari. Os planos de recuperação das Lagoas de Ubu e de Mãe-Bá foram iniciados em 2008 e têm conclusão prevista para 2011. Esse item, assim como os demais itens em andamento desse TAC, passaram a integrar o TAC de 5 de agosto de 2005.
 Dos compromissos do TAC de agosto de 2005, foi finalizado, em 2008, o estudo químico de sedimentos da Praia do Além, da região do entorno do Terminal Privativo de Uso Misto da Samarco. No ano, também foram qualificadas 320 pessoas, em cursos profissionalizantes promovidos pelo Senai (informática básica, costureiro industrial, eletricitista instalador predial, soldador, padeiro e confeitiro), pelo contrato firmado com a Samarco.
 Além disso, a obra de asfaltamento de ruas prevista, inicialmente, para as comunidades de Ubu e Mãe-Bá foi estendida para a comunidade de Parati. Em Ubu e Parati, as obras, incluindo sinalização, foram concluídas em janeiro de 2008. Em Mãe-Bá, a conclusão dos trabalhos aconteceu em junho de 2008.
 Ainda em 2008, a Samarco doou equipamentos para o aparelhamento do Hospital do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), conforme especificações indicadas pela diretoria do hospital. As obras de reforma e ampliação têm início previsto para outubro de 2009.
 Já a construção da estação de tratamento de esgoto (ETE) da comunidade de Mãe-Bá tem conclusão prevista para 2009.
 83 Relatório de Sustentabilidade Samarco

<Arquivos\Relatórios de Sustentabilidade\2009-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade> - § 5
 referências codificadas [0,43% Cobertura]

Referência 1 - 0,07% Cobertura

aprovadas 238 bolsas de estudo.
 Já em termos de educação complementar, lançamos, em 2009, o projeto Cidadão do Futuro, abrangendo 160 alunos de MãeBá, comunidade de Anchieta (ES). As ações do projeto estão divididas em três grandes temas: educação, esporte e cultura.
 O projeto é uma parceria entre a Samarco, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, as prefeituras municipais de Anchieta, Guarapari e Piúma (ES) e a Associação Comunitária do Bairro Mãe-Bá.
 INVESTIMENTO EM SAÚDE PÚBLICA
 Em

Densidade da codificação

- Visita Samarco
- Saúde
- Nauta Sailor Support
- Empreendedorismo
- Educação
- Dente de Leite
- Cultura
- Comunidade Cidadã
- Capacitação
- Investimento em RSC
- Infraestrutura
- Hospital Anchieta
- Condicionante
- Construção
- Comunicação
- Voluntariado
- Imposto Solidário
- Capacitação
- Colaboradores
- RSC

• Programas

• Desenvolvimento e Literanças

Referência 2 - 0,03% Cobertura

Programa Dia V - Germano, MG

Também em 2009, realizamos a construção de uma estação de tratamento de esgoto na comunidade de Mãe-Bá, em Anchieta (ES). Veja outras informações no item "Plano de Investimentos" deste Relatório.

VOLUNTARIADO

Mantemos, de forma regular

Referência 3 - 0,05% Cobertura

naturais adjacentes às nossas operações. Podemos citar os Programas de Recomposição das

Nascentes da Lagoa de Mãe-Bá, próxima

94

à unidade de Ubu (ES). Por meio de um trabalho de parceria com os produtores rurais, abrangendo uma área de 26.418 m2, foi feito o plantio, em 2009, de 5.332 mudas de 48 espécies florestais nativas.

Há também o Programa de

Referência 4 - 0,10% Cobertura

de 48 espécies florestais nativas.

Há também o Programa de Reforço do Estoque Pesqueiro na Lagoa de Mãe-Bá, com a introdução e o monitoramento de espécies de peixes nativos, visando:

- o reforço dos estoques naturais de peixes; • a melhoria do domínio da reprodução de espécies nativas; • a produção de alevinos, para apoio a programa específico voltado para a conservação da biodiversidade e para a manutenção da pesca; • a criação de condições para o estabelecimento de parcerias para pesquisa das espécies autóctones;
- as solturas simbólicas de peixes e a promoção de atividades de educação ambiental; • o aumento da piscosidade da lagoa de Mãe-Bá.

Outro programa que apoiamos é

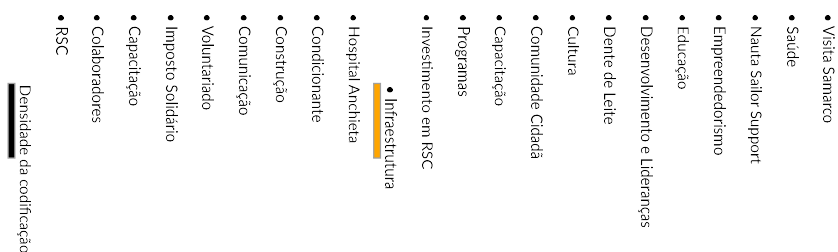
Referência 5 - 0,18% Cobertura

ainda não foi ultrapassado.

100

Atuamos, em 2009, em dois Termos de Ajustes de Conduta (TAC). Para atendimento de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), elaboramos estudos para revitalizar e recuperar as lagoas costeiras de Anchieta e de Guarapari, no Espírito Santo, e a lagoa de Mãe-Bá, pertencente aos dois municípios. A partir daí, desenvolvemos, com as prefeituras de Anchieta e Guarapari, o Plano Diretor de Lagoas Costeiras (PDLC), que teve início em novembro de 2008 e envolve o trabalho de mais de 16 profissionais, entre biólogos, engenheiros, sociólogos e economistas. Foram levantadas informações sobre a qualidade das águas, sedimentos e aptidão dos solos e biodiversidade da fauna e da flora, bem como foram mapeadas as fontes de poluição e o uso e a ocupação praticados no entorno das lagoas. Para acompanhar a pesquisa e o estudo, foi formado um Comitê Gestor de Lagoas Costeiras, com representantes das partes interessadas. Com relação a esse TAC, iniciado em agosto de 2005, dos 33 compromissos assumidos, 23 foram cumpridos integralmente, três foram atendidos, seis estão em cumprimento e um está sendo monitorado.

A - Cumpridas B - Em cumprimento



- Visita Samarco
- Saúde
- Nauta Sailor Support
- Empreendedorismo
- Desenvolvimento e Lideranças
- Dente de Leite
- Comunidade Cidadã
- Capacitação
- Investimento em RSC
- Infraestrutura
- Hospital Anchieta
- Construção
- Comunicação
- Voluntariado
- Imposto Solidário
- Capacitação
- Colaboradores
- RSC

• Educação

• Programas

• Condicionante

Densidade da codificação

<Arquivos\Relatórios de Sustentabilidade\2010-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade> - § 3
referências codificadas [0,24% Cobertura]

Referência 1 - 0,13% Cobertura

quatro comunidades de Minas Gerais.

- Projeto Cidadão do Futuro – tem o objetivo de promover atividades complementares à Escola que possam impactar positivamente no desempenho dos alunos em sala de aula, além do relacionamento com a família e comunidade, a fim de combater o risco social e melhorar a qualidade de vida no local. Em 2010, o projeto beneficiou 130 alunos de Mãe-Bá, comunidade de Anchieta (ES), sendo que 92% desses alunos apresentaram rendimento superior à média escolar. Também foi realizado um evento de apresentação de resultados, que contou com a participação de cerca de 250 pessoas. O Projeto é uma parceria entre a Samarco, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, a Prefeitura Municipal de Anchieta e a Associação Comunitária do Bairro Mãe-Bá, e suas ações estão divididas em três grandes temas: educação, esporte e cultura.
- Programa de Educação Ambiental – é

Referência 2 - 0,01% Cobertura

concluída em maio de 2011.

Construção do Centro Esportivo de Mãe-Bá (CEMBA), em Anchieta (ES). A construção abrange um terreno de 12

Referência 3 - 0,10% Cobertura

termos de recirculação de água.

No final de 2010, assinamos outro Termo de Compromisso Ambiental (TCA), com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (IEMA), com foco exclusivo na questão hídrica. O objetivo é aperfeiçoar a gestão de recursos hídricos, principalmente no que diz respeito ao tratamento de efluentes e à água de reuso, visando buscar melhorias na utilização desse importante recurso. As ações provenientes desse Termo foram iniciadas em 2011. Um dos projetos previstos é a instalação de uma estação de tratamento para o efluente armazenado na Barragem Norte, ocasionalmente vertido para a Lagoa de Mãe-Bá.

O uso da água no

<Arquivos\Relatórios de Sustentabilidade\2011-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade> - § 2
referências codificadas [0,36% Cobertura]

Referência 1 - 0,19% Cobertura

e na compra de insumos.

projeto Cidadão do Futuro

projeto desenvolvido pela samarco em parceria com o Ministério público do espírito santo, prefeitura Municipal de anchieta e comunidade de Mãe-bá que promove atividades complementares para os alunos da escola Municipal Maria luiza flores.

são desenvolvidas atividades em quatro modalidades: artes, com atividades de teatro e reciclagem; dança, oferecendo aulas de jazz, hip hop e street ball; esporte, com foco no futsal; e música, com aulas de violão e guitarra. em 2011, foram atendidos 167 alunos com idade entre oito e 16 anos. o alto

• Cultura

índice de aprovação entre os participantes do projeto, 99%, é uma evidência de seu sucesso. em novembro, foi assinado um aditivo para a realização de mais três anos do projeto nessa comunidade. em 2012, a iniciativa será implantada na comunidade de condados, em guarapari (es). projeto de Engajamento de Fornecedores

Referência 2 - 0,17% Cobertura

entregue em agosto de 2011.
centro esportivo de Mãe-bá – ceMba, em anchieta (es) o local abrange um terreno de 12.100 m² e contempla campo de futebol com alambrado e arquibancada, pista de atletismo, duas quadras de areia, vestiários, sanitários, administração, lanchonete e área de recreação infantil. para as obras, foram contratados 40 profissionais da comunidade de Mãe-bá para as atividades de pedreiro, carpinteiro e auxiliar.
essa obra faz parte de um termo de ajustamento de conduta (tac) e beneficia cerca de 2 mil pessoas da comunidade. o centro esportivo foi construído com recursos da samarco, em parceria com o Ministério público do espírito santo, a prefeitura Municipal de anchieta e a associação de Moradores de Mãe-bá.
Valor do investimento da Samarco: R\$ 2.270.852,34 Obra entregue em outubro de 2011.
65
planejando o Futuro ISSQN

<Arquivos\\Relatórios de Sustentabilidade\\2012-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade> - § 2
referências codificadas [0,14% Cobertura]

Referência 1 - 0,09% Cobertura

591.563 14.321.641
Em 2012, foi concluído um trabalho de estudo e monitoramento limnológico e da ictiofauna das Lagoas de Mãe-Bá e Ubu, realizado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (RJ), que apontou não existir contaminação por metais pesados nos peixes da Lagoa de Mãe-Bá. Durante o ano, também iniciamos a implantação dos Programas do Plano Diretor de Lagoas de Costeiras do Município de Anchieta.
total de água retirada por

Referência 2 - 0,05% Cobertura

atingiu 193.081 m3
. 54
Daremos continuidade ao programa de reforço do estoque pesqueiro na Lagoa de Mãe-Bá, com introdução e monitoramento de espécies de peixes nativos – trabalho em parceria com comunidades vizinhas e instituições federais de ensino –, além de reforçar os programas

<Arquivos\\Relatórios de Sustentabilidade\\2013-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade> - § 1
referência codificada [0,10% Cobertura]

Referência 1 - 0,10% Cobertura

biomas em que estamos presentes

Densidade da codificação

- Visita Samarco
- Saúde
- Nauta Sailor Support
- Empreendedorismo
- Educação
- Desenvolvimento e Lideranças
- Dente de Leite
- Cultura
- Comunidade Cidadã
- Capacitação
- Programas
- Investimento em RSC
- Infraestrutura
- Hospital Anchieta
- Construção
- Comunicação
- Voluntariado
- Imposto Solidário
- Capacitação
- Colaboradores
- RSC

• Condicionante

REFORÇO E ESTOQUE PESQUEIRO DA LAGOA DE MÃE-BÁ – ANCHIETA (ES) Demos seguimento às iniciativas de reprodução e reforço de estoque pesqueiro na Lagoa de Mãe-Bá, que já contabiliza 250 mil alevinos inseridos ao longo do projeto. Em 2013, trabalhamos em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) para a reintrodução de três espécies de peixes nativos em diferentes níveis da lagoa. Também fizemos um trabalho de educação ambiental com as comunidades.

CULTIVO DE ESPÉCIES DE PEIXE

<Arquivos\Relatórios de Sustentabilidade\2014-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade> - § 4
referências codificadas [0,38% Cobertura]

Referência 1 - 0,23% Cobertura

do site www.samarco.com.

Por meio desses canais, colhemos sugestões e informações da comunidade sobre nossa atuação e nosso relacionamento, mapeando oportunidades de melhoria que influenciam o planejamento e as iniciativas de diálogo social da Empresa. A proximidade geográfica de algumas comunidades em relação às operações – como Antonio Pereira (Ouro Preto), na unidade de Germano (MG), e Mãe-Bá, Recanto do Sol, Ubu e Parati (Anchieta), em Ubu (ES) –, por exemplo, faz com que nossa operação promova impactos específicos.

Com os registros de questões identificadas pelas comunidades, podemos tratar esses impactos, por meio dos canais de relacionamento e dos projetos socioinstitucionais. Entre os aspectos notados como mais críticos pela comunidade estão emissões, água, ruído, mobilidade urbana e contratação de mão de obra local.

Assunto
Reclamações Denúncias
Outros2 total3

Referência 2 - 0,01% Cobertura

2013 a julho de 2014
Centro de Convivência da mãe-bá
1.011.000
Construção de

Referência 3 - 0,07% Cobertura

de Convivência da mãe-bá
1.011.000
Construção de um centro de convivência em Mãe-Bá, município de Anchieta (ES), com edificação contendo auditório, fraldário, banheiros, cozinha, depósito, área de recreação, pavimentação externa e calçada
Execução: agosto a dezembro de 2014
Calçamento de porto Grande
646

Referência 4 - 0,07% Cobertura

se os descritos a seguir.

- Visita Samarco
- Saúde
- Nauta Sailor Support
- Empreendedorismo
- Educação
- Desenvolvimento e Lideranças
- Dente de Leite
- Cultura
- Comunidade Cidadã
- Capacitação
- Programas
- Investimento em RSC
- Infraestrutura
- Hospital Anchieta
- Condicionante
- RSC

Densidade da codificação

• Comunicação

• Construção

- Visita Samarco
- Saúde
- Nauta Sailor Support
- Empreendedorismo
- Educação
- Desenvolvimento e Lideranças
- Dente de Leite
- Cultura
- Comunidade Cidadã
- Capacitação
- Programas
- Investimento em RSC
- Infraestrutura
- Hospital Anchieta
- Condicionante
- Construção
- Comunicação
- Voluntariado
- Imposto Solidário
- Capacitação
- Colaboradores
- RSC

Densidade da codificação

- programa de Reforço de estoque pesqueiro na lagoa de mãe-bá: contabiliza a soltura de 250 mil peixes desde que o projeto foi iniciado, em 2009, além de contemplar ações de educação ambiental, de monitoramento de qualidade das águas e de ictiofauna.
- programa de monitoramento de Quelônios

<Arquivos\\Relatórios de Sustentabilidade\\2015-16-Relatório Bial-Samarco> - § 1 referência codificada [0,11% Cobertura]

Referência 1 - 0,11% Cobertura

seguir, alguns programas de destaque:

Programa de Reforço de Estoque Pesqueiro na lagoa de Mãe-Bá: uma parceria com o Instituto Federal do espírito Santo (IFeS-Alegre), contabiliza a soltura de 150 mil peixes nativos (Hoplias malabaricus – traira, rhamdia quelen – jundiá e Geophagus brasiliensis - acará) desde seu início, de 2008 até o ano de 2015; também inclui ações de educação ambiental e monitoramento mensal de ictiofauna que constatou o aumento de indicadores ecológicos referentes a dominância e frequência da espécie, além do número de indivíduos de Geophagus brasiliensis no período de 2011 a 2015.

Programa de Monitoramento de quelônios